

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU**

**PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA
INFÂNCIA
2025-2035**

BIGUAÇU, SC



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025-2028
Salmir da Silva

VICE-PREFEITO MUNICIPAL
Alexandre Martins de Souza

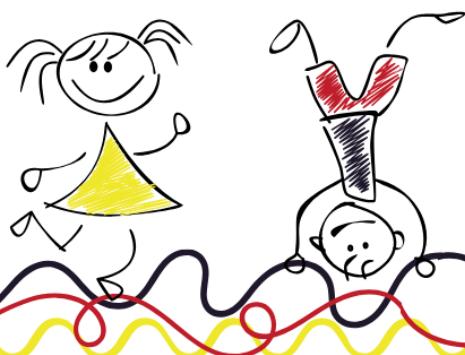
SECRETARIA RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal da Educação
Gustavo Silva Sagas

SECRETARIAS ARTICULADORAS

Secretaria Municipal da Assistência Social
Aline Coutinho Juanol

Secretaria Municipal de Saúde
Ana Flávia de Almeida e Silva





COMITÊ INTERSETORIAL (CIM)

Ana Paula Medeiros Silva Vicente – Conselheira Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)
Maria Eduarda Aguiar de Barcelos – Gerente Operacional FAMABI
Mariana Ester Borges Costa – Enfermeira
Maria José Rodi Passerino – Gerente de Políticas do SUAS
Mônica Luiza Prim Conradi – Diretora Executiva e Geral de Ensino da Educação

GRUPO DE TRABALHO (GT)

Ana Paula Medeiros Silva Vicente – Conselheira Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)
Anderson da Silva – Polícia Militar
Bárbara Antão Inácio - Conselho Tutelar
Caroline Marie Model Almeida – Conselho Tutelar
Cláudio Henrique de Oliveira Junior – Associação Du Projetus
Isis Vanessa Picinini Silva – Entidade AMA 2
Júlia Rodrigues de Castro – Gerente de Cultura
Juliana Coimbra – Coordenadora de Indicadores da Atenção Básica
Maria Eduarda Aguiar de Barcelos – Gerente Operacional FAMABI
Maria José Rodi Passerino – Gerente de Políticas do SUAS
Marina Koerich – Especialista em Assuntos Educacionais
Mariana Ester Borges Costa – Enfermeira
Marlei Maciel Bageston – Professora Educação Infantil
Mônica Luiza Prim Conradi – Diretora Executiva e Geral de Ensino da Educação
Naissa Dani - Famabi Guardiões ambientais Biguaçu
Natália Tavares de Mello – Técnica da Vigilância Socioassistencial
Rafaela Dall Agnol – Conselheira Tutelar
Simone Pereira Marçal – Entidade Vovó Sebastiana



CONSULTORIA TÉCNICA

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG

Grupo de Pesquisa Callipolis

Coordenadora do projeto

Dra. Sulivan Desirée Fischer

Equipe de pesquisadores

Dr. Marcos Vinicio Wink Júnior

Dr. Felipe César Marques

Bolsistas Pesquisadores

Dra. Bruna Hamerski

Me. Franciele Boeira Cataneo

Me. Ediane Elis da Silva Dal Sasso

Bela. Laura Barela Pereira

Agradecimento especial ao Deputado Estadual Marcos José Abreu (Marquito), que concedeu as Emendas Impositivas nº 2308/2024 e 3408/2025, para a Elaboração deste Plano.



Lista de Figuras

Figura 1- Autoridades mesa abertura	13
Figura 2- Grupo de Trabalho	14
Figura 3- Aula 1.....	14
Figura 4- Encontro de encerramento do programa de formação para a elaboração do PMPI	15
Figura 5- Encontro de encerramento do programa de formação para a elaboração do PMPI	15
Figura 6- - Localização do Município de Biguaçu, região da Grande Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.....	23
Figura 7-Localização do Município de Biguaçu, região da Grande Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.....	24
Figura 8- Dados habitacionais.....	26
Figura 9- Dados Demográficos de Serviços Públicos e Infraestrutura	27
Figura 10- Dados Demográficos	27
Figura 11-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Biguaçu	28
Figura 12- Perfil de Titulação: Maior Grau de Formação dos Professores em Creche em Biguaçu	42
Figura 13- Perfil de Titulação: Maior Grau de Formação dos Professores em pré-escolas em Biguaçu	43
Figura 14- Atendimento especializado em Biguaçu	44
Figura 15- Disponibilidade de brinquedos e materiais pedagógicos	46
Figura 16- Conjunto institucional da Rede de saúde de Biguaçu	49
Figura 17-Foram realizados 1039 partos	56
Figura 18- índice de baixas condições habitacionais.....	64
Figura 19-Vínculos familiares da população infantil	65
Figura 20-Áreas de Lazer em Biguaçu.....	69



Figura 21- Escuta Qualificada 1	78
Figura 22- Escuta Qualificada 2	79
Figura 23- Escuta Qualificada 3	79
Figura 24-Escuta Qualificada Passeio pelo bairro	81
Figura 25- Nuvem de Palavras das Sugestões para o PMPI de Biguaçu	96



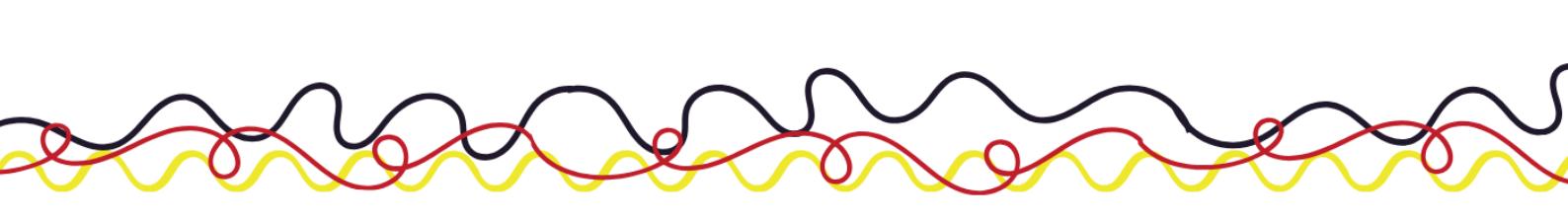
Lista de Gráficos

Gráfico 1-Produto Interno Bruto(PIB) per capita [2021	29
Gráfico 2-Distribuição populacional de Biguaçu segundo faixa etária e de gênero	30
Gráfico 3-Distribuição populacional de Biguaçu segundo faixa etária e de sexo	31
Gráfico 4- Composição demográfica por raça/etnia de Crianças de 0 a 6 anos	33
Gráfico 5- PNE Atendimento de crianças de 0 a 3 anos	35
Gráfico 6- Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos	36
Gráfico 7- Corpo docente em Biguaçu	41
Gráfico 8-Perfil de Titulação: Maior Grau de Formação dos Professores em Creches em Biguaçu	42
Gráfico 9- Evolução da taxa de mortalidade infantil em Biguaçu, Santa Catarina e Brasil, 2006–2023	51
Gráfico 10- Baixo peso ao nascer	52
Gráfico 11- Cobertura Vacinal Infantil	53
Gráfico 12-Auto declaração de raça das gestações com nascidos vivos em Biguaçu	54
Gráfico 13-Gestações de mães até 19 anos	55
Gráfico 14- Crianças de até 6 anos vivendo em famílias de baixa renda	63
Gráfico 15- Atendimentos do Conselho Tutelar de Abril a Junho de 2025.....	66
Gráfico 16-Índice de bairros com maior número de ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar	67
Gráfico 17-Infraestrutura escolar quanto ao Esgotamento Sanitário	71
Gráfico 18-Infraestrutura escolar quanto ao Manejo de Resíduos Sólidos.....	71
Gráfico 19-Esgotamento sanitário entre as escolas de Biguaçu	72
Gráfico 20-Qualidade do ar em Biguaçu	74



Listas de Quadros

Quadro 1-Distribuição populacional de Biguaçu segundo faixa etária e de sexo	31
Quadro 2- População residente de Biguaçu, por cor ou raça — total geral e percentual.....	32
Quadro 3- Percentual de crianças na primeira infância	32
Quadro 4- Número de matrículas registradas em 2024 no Município de Biguaçu para redes públicas e privadas de ensino	34
Quadro 5- Número de unidades de Educação Infantil em Biguaçu segundo localização e dependência administrativa	36
Quadro 6-Atendimento em tempo integral Biguaçu.....	37
Quadro 7-Atendimento em tempo integral no Brasil	38
Quadro 8-Atendimento em tempo integral Santa Catarina	39
Quadro 9-Estrutura da Rede de Assistência Social de Biguaçu.....	58
Quadro 10- Profissionais por Unidades e Funções Exercidas	60



*Todas as pessoas grandes foram um dia crianças –
mas poucas se lembram disso. ”*

(Antoine de Saint-Exupéry, O Pequeno Príncipe)





Prefácio

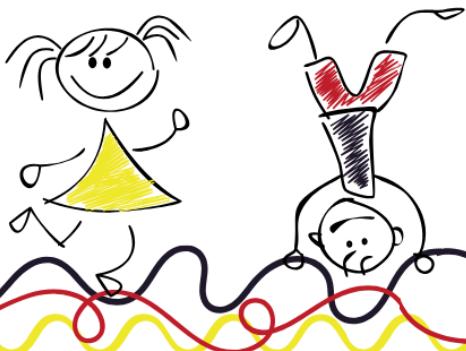
Um Plano Municipal da Primeira Infância é um documento confeccionado pelo Município de forma a contribuir para que as crianças de zero a seis anos tenham seus direitos assegurados de forma integral, sequente e prioritária. Este documento mandatório norteia as políticas públicas tanto de educação, quanto de saúde e de assistência social, entre outras.

Com os objetivos de garantir o desenvolvimento integral, atender com equidade, mapear vulnerabilidades, reduzir as desigualdades, orientar ações intersetoriais, definir prioridades e recursos, além de apoiar as famílias das crianças, a importância deste Plano perpassa pela observação do diagnóstico situacional do Município, pela definição de metas e ações, que, com base nas legislações vigentes, qualificam o atendimento dos bebês e das crianças pequenas e bem pequenas, tanto no que tange ao seu bem estar e à sua segurança de forma geral.

Desta forma, manifesto meus sinceros agradecimentos à Coordenadora do Projeto Professora Doutora Sulivan Desirée Fischer, aos Professores Pesquisadores: Doutor Marcos Vinicio Wink Júnior e Doutor Felipe César Marques, além dos Bolsistas Pesquisadores. E, de forma especial, aos Grupos de Trabalho da Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Segurança Pública, e da Cultura, Lazer e Meio Ambiente.

Fazer parte deste movimento integra a essência da gestão que vivemos, com vistas ao trabalho em equipe, o acolhimento afetuoso das famílias e das crianças e a unidade entre as instituições de ensino na direção de uma educação pública e de qualidade.

**Professor Gustavo Silva Sagas
Secretário Municipal de Educação**





Apresentação

Este documento apresenta o **Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI)** do Município de Biguaçu para o período de **2025-2035**. O Plano orienta políticas públicas voltadas à garantia dos direitos a todas das crianças de 0 a 6 anos, assegurando atenção integral e qualidade nos serviços essenciais.

Sua elaboração foi conduzida em parceria com pesquisadores do Grupo de Pesquisa Callipolis, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag), com base em pesquisa científica, governança colaborativa e ampla participação social. O processo envolveu o Comitê Intersetorial Municipal, Grupos de Trabalho, servidores públicos, entidades da sociedade civil, famílias e crianças, por meio de escuta qualificada e consulta pública.

O PMPI está alinhado ao **Marco Legal para a Primeira Infância** (Lei nº 13.257/2016, Lei nº 14.880/2024 e Lei nº 15.220/2025), ao Plano Nacional pela Primeira Infância, os planos nacionais e estaduais de políticas de educação, saúde, assistência social, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), além dos planos municipais de Biguaçu e outras normativas.

O processo de elaboração do PMPI foi estruturado em um **percurso formativo**, aliado a uma metodologia desenvolvida pelos pesquisadores do Grupo Callipolis, composto por **seis módulos**:

i) Formação do Comitê Intersetorial Municipal (CIM) e Grupos de trabalho (GTs);

ii) Conhecendo o Marco Legal para a Primeira Infância;

iii) Diagnóstico da Primeira Infância;

Parte 1 - Elaboração do diagnóstico baseado em evidências;

Parte 2 – Participação social e escuta qualificada;

- 
- iv) Ações Finalística e Ações Meio;
 - v) Financiamento; e
 - vi) Monitoramento, avaliação e transparência.

Toda a construção do PMPI contou com a participação do CIM e dos GTs, por meio de encontros semanais - presenciais e virtuais síncronos e assíncronos, apoiados pela plataforma Moodle. O processo teve duração de seis meses e mobilizou, além dos membros do CIM e GTs, servidores das Secretarias e Órgãos públicos, entidades não governamentais, pais e/ou responsáveis, gestantes e crianças, garantindo a participação social.

O programa de formação para a elaboração do PMPI foi lançado em **08 de maio de 2025, às 9h., no Auditório da Prefeitura de Biguaçu**. A mesa contou com autoridades municipais e estaduais, representantes da Udesc e pesquisadores do Grupo de Pesquisa Callipolis. Durante a cerimônia, foi assinado o Termo de Cooperação Técnico-Científica entre a UDESC e o Município para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, assessoria-técnico-pedagógica e formação para a elaboração do PMPI, sem transferência de recursos financeiros. O programa foi subsidiado com recursos de Emendas Impositivas nº 2308/2024 e 3408/2025, concedidas pelo **Deputado Estadual Marcos José Abreu (Marquito)**. Na ocasião, os membros dos GTs assinaram a Portaria de designação para participação no Programa de Formação e Estruturação do PMPI (Portaria nº. 4254/2025).

Figura 1- Autoridades mesa abertura



Fonte: Evento Lançamento Programa de Formação

O evento foi aberto à comunidade e contou com a presença de outras autoridades, secretários e vereadores.

No período da tarde, teve início o programa de formação para a elaboração do PMPI, realizado no Centro Administrativo, com aula inaugural do percurso formativo.



Figura 3- Aula 1

Figura 2- Grupo de Trabalho



Fonte: Aula inaugural do Programa de Formação

Em novembro de 2025 no Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG/UDESC) finalizamos o programa de formação para a elaboração do PMPI, ocasião na qual foram realizados, coletivamente, os últimos ajustes para a versão final do Plano



Figura 4- Encontro de encerramento do programa de formação para a elaboração do PMPI



Figura 5- Encontro de encerramento do programa de formação para a elaboração do PMPI



Esse percurso formativo-participativo resultou neste Plano, que traduz as evidências levantadas, traduzidas em estratégias concretas para garantir o





desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. O PMPI está organizado em eixos estratégicos, com metas mensuráveis e ações intersetoriais, alinhadas ao Marco Legal da Primeira Infância, ao Plano Nacional pela Primeira Infância e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Mais que um documento normativo, este Plano é um instrumento de gestão e participação social, que orientará políticas públicas voltadas para à Primeira Infância, assegurará mecanismos de financiamento, monitoramento, avaliação e transparência pública. Este Plano reafirma o compromisso de Biguaçu com a proteção integral da Primeira Infância.

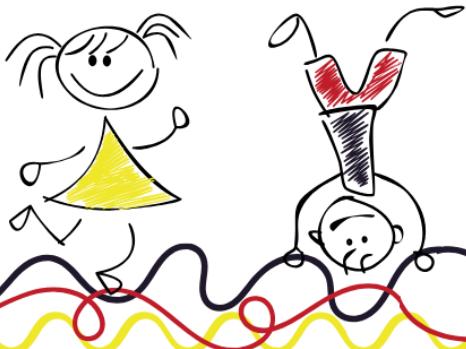
Equipe Pesquisadores Callipolis





Sumário

Prefácio.....	10
Apresentação.....	11
Introdução	18
1. Diagnóstico Situacional.....	22
1.1 Caracterização do Município	23
1.2 Educação Infantil.....	34
1.3 Saúde.....	47
1.4 Assistência Social.....	57
1.4.1 Conselho Tutelar	66
1.5 Cultura, Lazer e Meio Ambiente.....	68
2. Escuta Qualificada	76
2.1 Escuta Qualificada com as crianças no CEI	76
2.2 Escuta Qualificada com as crianças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes.....	83
3. Escuta Materna: Percepções e vivências na gestação	92
4. Contribuições da Consulta Pública	96
5. Ações_Finalísticas e Ações Meio: Educação Infantil	103
6. Ações Finalísticas e Ações Meio: Crianças com Saúde.....	133
7. Ações Finalísticas e Ações Meio: Assistência Social	143
8. Ações Finalísticas e Ações Meio: Territórios da Infância Cultura, Lazer e Meio Ambiente como Espaços de Direito	159
9. Financiamento.....	163
10. Monitoramento e Avaliação	163
11. Transparéncia.....	165
12. Referências.....	166





INTRODUÇÃO

Este documento consiste no **Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI)** do Município de Biguaçu para o período de **2025-2035**. Trata-se de uma política pública construída de forma participativa, que busca assegurar direitos e atender necessidades de crianças de 0 a 6 anos no Município, reconhecendo a Primeira Infância como uma etapa decisiva para o desenvolvimento humano.

A Primeira Infância, compreendida entre a gestação e os seis anos de idade, é reconhecida pela neurociência como um período único e determinante para o desenvolvimento humano. É a fase de maior neuroplasticidade, quando se estruturam as bases biológicas que sustentam as funções cognitivas, sociais e emocionais da criança. Investir nessa etapa significa garantir condições para que cada criança cresça em um ambiente seguro, saudável e afetivo, com oportunidades para desenvolver plenamente suas potencialidades.

Pesquisas científicas e estudos econômicos, como os do Prêmio Nobel James Heckman, demonstram que políticas voltadas à Primeira Infância geram impactos duradouros na saúde, na educação e na economia, com retornos sociais e financeiros superiores a qualquer outro investimento ao longo da vida. Essa evidência reforça a prioridade absoluta que a Constituição Federal (Art. 227) atribui à infância, bem como os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que consolidam a criança como sujeito de direitos e orientam políticas públicas integradas.

A elaboração deste PMPI foi orientada por princípios de governança colaborativa, participação social e base científica, articulando diferentes setores da administração pública e da sociedade civil. O processo considerou o **Marco Legal da Primeira Infância** (Leis nº 13.257/2016, nº 14.880/2024 e nº 15.220/2025), o **Plano Nacional pela Primeira Infância**, os Planos Nacionais de Educação, Saúde e Assistência Social, além das diretrizes estaduais e municipais. Essa integração garante que o PMPI



esteja alinhado às normativas vigentes e aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade, redução de desigualdades, saúde e bem-estar.

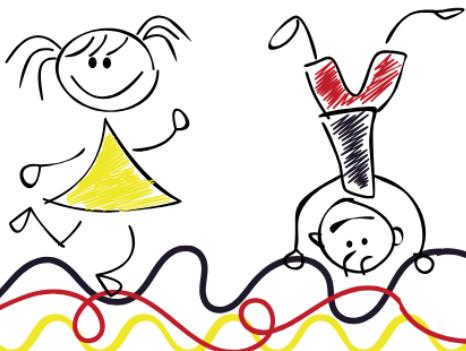
Para subsidiar sua elaboração, foi realizado um diagnóstico situacional que reuniu dados quantitativos de fontes oficiais (IBGE, DATASUS, INEP, SNIS, PNUD, entre outras) e informações qualitativas provenientes da escuta qualificada e da consulta pública. Essa abordagem permitiu identificar desafios estruturais, como desigualdades territoriais, déficit de vagas em creches, baixa cobertura de tempo integral, vulnerabilidades socioeconômicas e barreiras no acesso a serviços especializados, além de apontar potencialidades como a qualificação docente, a existência de redes de proteção e a diversidade cultural no Município.

Organizado em **eixos estratégicos**, o PMPI contempla áreas prioritárias para assegurar direitos e promover o desenvolvimento integral:

- **Educação Infantil:** expansão da oferta, qualificação pedagógica, inclusão e valorização do brincar;
- **Saúde:** atenção integral à gestação, parto, nascimento e à criança, prevenção e promoção da saúde;
- **Assistência Social:** proteção integral, fortalecimento de vínculos, atenção especializada e enfrentamento da vulnerabilidade;
- **Sistema de Garantia de Direitos e Segurança Pública:** fortalecimento do Conselho Tutelar e protocolos intersetoriais;
- **Cultura, Lazer e Meio Ambiente:** territórios da infância como espaços de direito, acessibilidade e sustentabilidade.

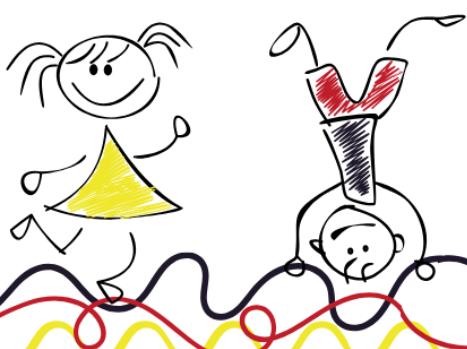
Cada eixo estratégico apresenta justificativas, metas e ações estratégicas, acompanhadas de prazos e responsáveis, garantindo clareza para a implementação. Além disso, o Plano define mecanismos de financiamento, monitoramento, avaliação e transparéncia, assegurando que as políticas sejam executadas com eficiência, controle social e prestação de contas à população.

Mais do que um documento normativo, o PMPI é um **instrumento vivo**, que deve orientar a gestão pública e mobilizar a sociedade civil para a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e acolhedora para as crianças. Sua efetividade depende da articulação intersetorial, da participação cidadã e do compromisso contínuo com a proteção integral da Primeira Infância, reconhecendo que investir nos primeiros anos de vida é investir no futuro de Biguaçu.





Como dizia Manoel de Barros, “a liberdade e a poesia a gente aprende com as crianças”. Que este Plano seja, portanto, um compromisso vivo com elas e com a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e acolhedora.





Diagnóstico Situacional





Diagnóstico Situacional

O diagnóstico é uma ferramenta essencial para compreender a realidade da Primeira Infância no Município de Biguaçu e orientar a formulação de políticas públicas de forma integrada e sensível às especificidades dessa fase da vida. Ele permite dimensionar os desafios que precisam a ser enfrentados tanto pelos gestores públicos quanto pela sociedade civil biguaçuense.

Este diagnóstico foi elaborado de forma colaborativa, com o apoio técnico do Grupo de Pesquisa Callipolis, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e com a participação ativa dos Grupos de Trabalho Setoriais. Os dados apresentados foram coletados a partir de bases oficiais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indicadores da Federação Catarinense de Municípios, Ministério da Saúde (DataSUS), Sistema Nacional de informações em Saneamento Básico (SINISA), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Secretaria da Fazenda de Santa Catarina (SEF), e outras bases.

Além das fontes quantitativas, o processo também contou com a escuta qualificada de crianças, de gestantes e com a consulta pública à sociedade civil. Essas contribuições trouxeram informações qualitativas valiosas, ampliando a compreensão sobre a Primeira Infância no Município. Contudo, é importante destacar que nem todas as áreas possuem indicadores consolidados para a faixa etária de 0-6 anos, o que evidencia a necessidade de avançar na produção de dados e na formulação de políticas específicas para esse público.

Apesar dessas limitações, o resultado alcançado é um documento robusto, que serve como base para a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Biguaçu e está alinhado aos princípios da Constituição Federal (Brasil, 1988), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e ao Marco Legal da Primeira Infância (Leis nº 13.257/2016 , nº 14.880/2024 e nº 15.220/2025).

O diagnóstico tem início com a **caracterização do Município**, apresentando dados que permitem compreender o contexto territorial, histórico, demográfico, econômico e cultural do Município - elementos fundamentais para a formulação do Plano Municipal para a Primeira Infância.

1.1 Caracterização do Município

O Município de **Biguaçu** está localizado no Litoral Centro da Região Metropolitana de Florianópolis, em Santa Catarina. Foi oficialmente fundado em maio de 1833, embora sua história remonte a presença de povo africanos, indígenas e à chegada de imigrantes portugueses na segunda metade do século XVIII, período em que era denominado Vila de São Miguel da Terra Firme. Em 1910, passou a se chamar Biguaçu – nome do rio que forma a bacia hidrográfica local¹. No final da década de 1960, ocorreu um processo de reorganização administrativa da região do “Alto Biguaçu”, resultando no desmembramento de Municípios vizinhos, como Antônio Carlos e Governador Celso Ramos².

Figura 6 - Localização do Município de Biguaçu, região da Grande Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

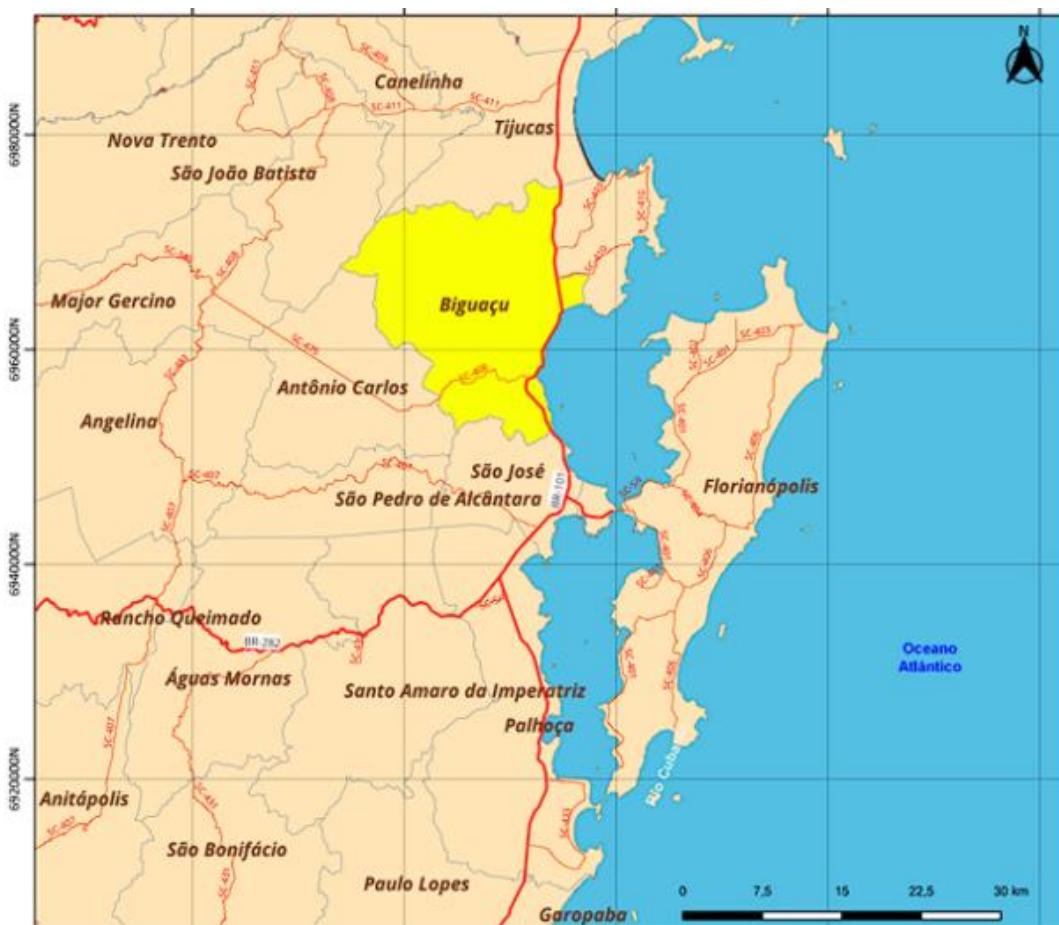


Fonte: Pfuetzenreuter, et. al. (2023)

¹ A Bacia Hidrográfica do Rio Biguaçu faz parte da Região Hidrográfica (RH) 08 de Santa Catarina, que abrange a área de 22 Municípios. Fonte: aguas.sc.gov.br

² Fonte: Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Figura 7-Localização do Município de Biguaçu, região da Grande Florianópolis, Santa Catarina, Brasil



Fonte: Pfuetzenreuter, et. al. (2023)

A área territorial de Biguaçu corresponde a aproximadamente 365,755km², e sua localização estratégica, com acesso às rodovias BR-101 e SC-408, favorece atividades em diferentes setores econômicos. Cerca de 60% das terras são destinadas à agricultura e o Município destaca-se como o maior produtor de grama do Estado e é referência na produção de arroz e hortaliças. Biguaçu também integra o distrito industrial de distribuição de gás natural em Santa Catarina e desenvolve atividades na indústria manufatureira de plástico³.

³ Fonte: Pfuetzenreuter, et. al. (2023).



A primeira Terra Indígena Guarani oficialmente reconhecida em Santa Catarina é a aldeia M'Biguaçu, demarcada em 2003 com 59 hectares e localizada a 30km de Florianópolis⁴. Atualmente, o Município abriga em seu território cinco aldeias: M'Biguaçu, Tekoá Kuriy, Aldeia Bonita, Itanhaém - Morro da Palha e Comunidade Amâncio⁵. Essa particularidade, caracterizada pela diversidade cultural, reforça a relevância do Plano Municipal para a Primeira Infância no Município, que visa promover ações de cuidados voltadas à saúde, educação, combate a violências ou qualquer outra forma de discriminação da população indígena ampliando ou implementando medidas mais adequadas às realidades específicas das crianças indígenas dessas comunidades.

De acordo com o Censo Demográfico 2022, atualmente Biguaçu possui aproximadamente 76.773 habitantes, o que representa, em nível estadual, cerca de 1,01% da população total de Santa Catarina (7.610.361)⁶. A maior parte da população (70.811) reside na área urbana, acompanhando a tendência de urbanização do Município em relação à população residente rural (5.962).

⁴ Fonte: Rosa & Okenda, 2021

⁵ Ministério da Saúde - População Indígena - SESAI

⁶ Censo Demográfico 2022. Fonte: sidra.ibge.gov.br

Figura 8- Dados habitacionais



Referente à oferta de serviços públicos e infraestrutura, de acordo com indicadores do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), o Município possui um índice de atendimento total de água de 93,60%, cobertura de energia elétrica em 93,60%⁷ e taxa de cobertura regular do serviço de coleta de resíduos sólidos, em relação à população total, de 100%⁸. Tais resultados demonstram que, de modo geral, esses indicadores não se apresentam como um desafio para o Município, entretanto, o setor do esgotamento sanitário representa um ponto crítico. O Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2024) aponta que o Município não forneceu dados sobre essa área. Segundo o Censo Demográfico 2022, 47,31% da população (36.197 habitantes) utiliza fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede pública⁹ o que evidencia a necessidade de avanço no setor, pois a ausência de esgoto tratado aumenta os riscos de proliferação de doenças infecciosas e outros agravos à saúde, afetando especialmente as crianças na Primeira Infância.

⁷ Fonte: SIDEMS (2016)

⁸ Painel de Indicadores do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)

⁹ Fonte: aguaesaneamento.org.br

Figura 9- Dados Demográficos de Serviços Públicos e Infraestrutura

Serviços Públicos e Infraestrutura

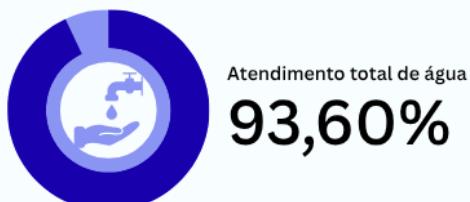
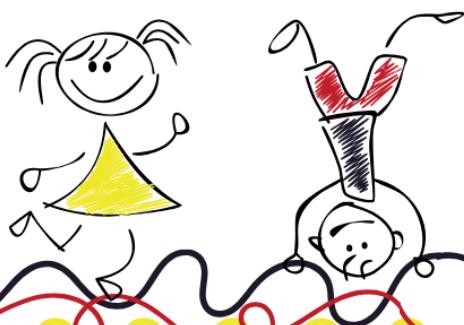
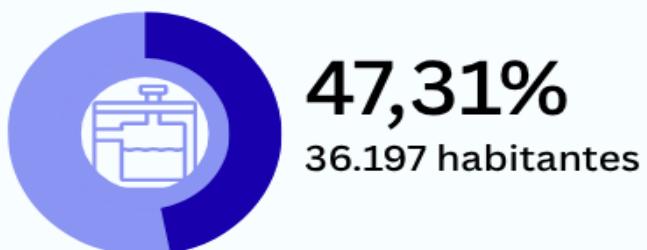


Figura 10- Dados Demográficos

População que utiliza fossa séptica ou
fossa filtro **não** ligada à rede pública



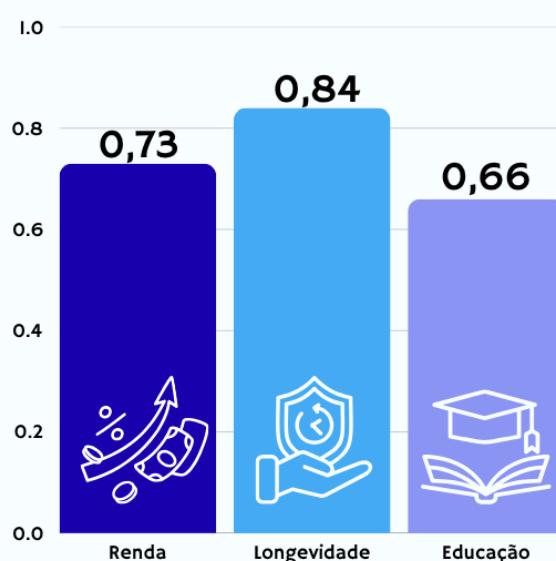


O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) de Biguaçu foi de 0,739¹⁰, sendo nas dimensões – de renda, longevidade e educação – de, respectivamente: 0,73 (*alto*); 0,84 (*muito alto*) e 0,66 (*médio*)¹¹. Embora possam representar disparidades internas relacionadas a necessidades específicas, como avanço nas dimensões de renda e educação, tais indicadores auxiliam na avaliação da qualidade de vida e bem-estar da população local, refletindo nas condições de acesso a serviços e oportunidades no Município.

Figura 11-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Biguaçu

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Biguaçu

Na cidade de BIGUAÇU o Índice é de 0,739



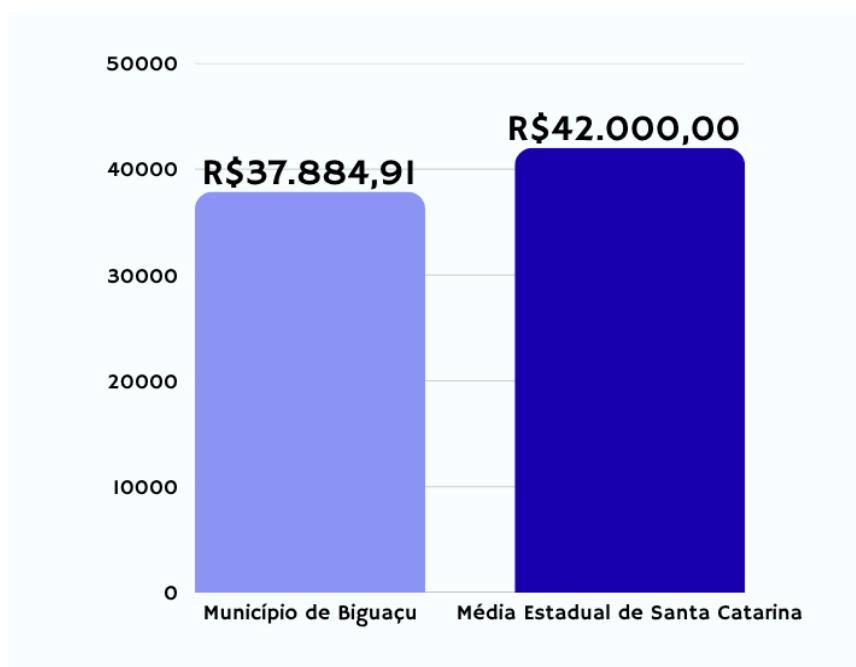
¹⁰ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/biguaçu/panorama>

¹¹ Fonte: infosanbas.org.br



Em termos de renda, o Produtor Interno Bruto (PIB) per capita [2021] corresponde a R\$37.884,91¹², valor que posiciona o Município em uma faixa intermediária-inferior, abaixo da média estadual estimada em torno de R\$ 42.000,00¹³. Isso demonstra espaço para crescimento, além da necessidade de incentivo econômico e diversificação da economia local.

Gráfico 1-Produto Interno Bruto(PIB) per capita [2021]

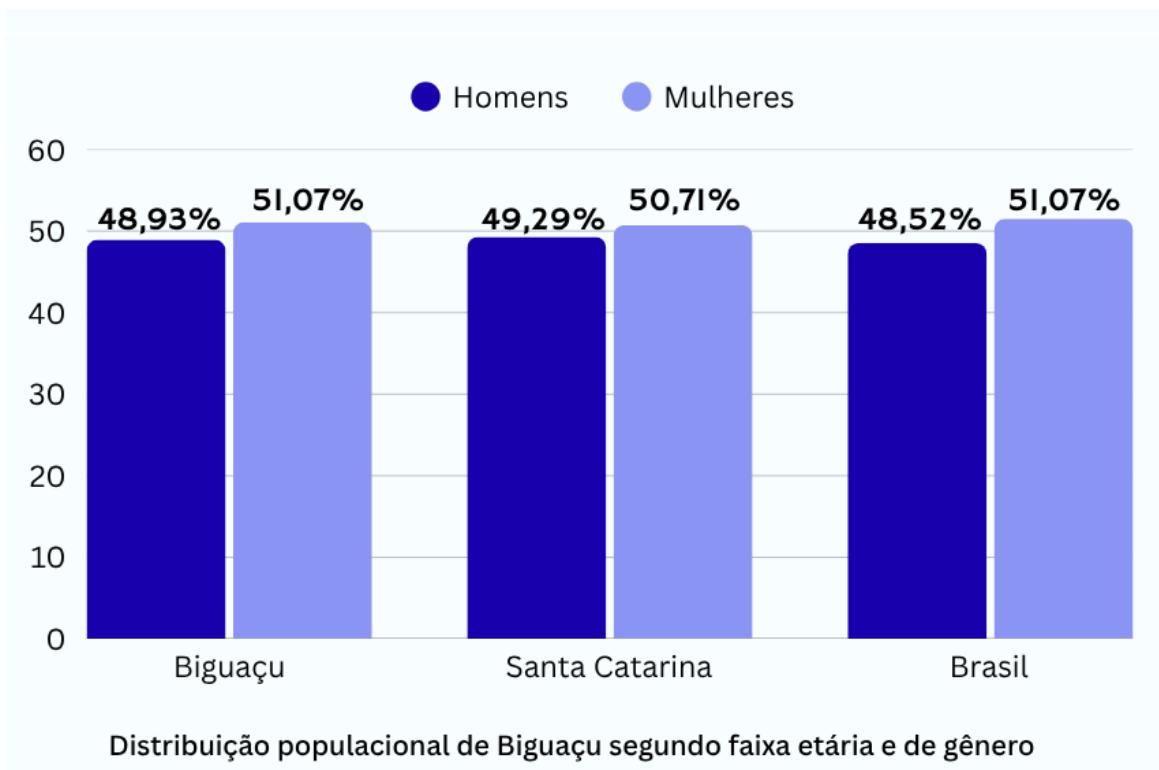


O atual número de habitantes de Biguaçu (76.773) representa um crescimento de 31,9% em relação ao Censo Demográfico 2010. Em termos populacionais e de distribuição demográfica, considerando três níveis territoriais: Biguaçu, Santa Catarina e Brasil, a proporção comparativa de pessoas residentes, segundo o sexo, é equilibrada —embora haja pequenas variações. Em Biguaçu, as mulheres representam 51,07% da população, percentual ligeiramente superior ao de Santa Catarina (50,71%) e um pouco inferior à média nacional (51,48%).

¹² Fonte: cidades.ibge.gov.br

¹³ Fonte: estado.sc.gov.br

Gráfico 2-Distribuição populacional de Biguaçu segundo faixa etária e de gênero



Fonte: sidra.ibge.gov.br. Censo Demográfico 2022

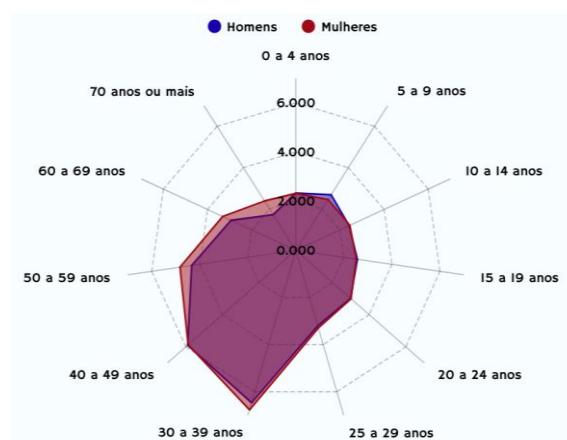
Em valor absoluto, a divisão por gênero é de 39.211 mulheres e 37.562 homens.
Em termos etários, a população está distribuída da seguinte forma:

Quadro 1-Distribuição populacional de Biguaçu segundo faixa etária e de sexo

Faixa Etária	Homens	% Homens	Mulheres	% Mulheres	Total	% Total
0 a 4 anos	2332	6.21%	2317	5.91%	4649	6.06%
5 a 9 anos	2690	7.16%	2461	6.27%	5151	6.71%
10 a 14 anos	2416	6.43%	2450	6.25%	4866	6.34%
15 a 19 anos	2564	6.83%	2513	6.41%	5077	6.61%
20 a 24 anos	2986	7.95%	3011	7.68%	5997	7.81%
25 a 29 anos	3206	8.53%	3297	8.41%	6503	8.47%
30 a 39 anos	6469	17.22%	6769	17.27%	13238	17.25%
40 a 49 anos	5900	15.71%	5872	14.97%	11772	15.34%
50 a 59 anos	4335	11.54%	4821	12.30%	9156	11.93%
60 a 69 anos	2937	7.82%	33313	8.45%	6250	8.14%
70 anos ou mais	1727	4.60%	2387	6.09%	4114	5.36
Total	37562	100%	39211	100%	76773	100%

Fontes: <https://sidra.ibge.gov.br>; <https://www.ipeadata.gov.br/>

Gráfico 3-Distribuição populacional de Biguaçu segundo faixa etária e de sexo





Já a composição demográfica por raça/etnia é distribuída da seguinte forma:

Quadro 2- População residente de Biguaçu, por cor ou raça – total geral e percentual¹⁴

Raça/etnia	População	Percentual
Branca	56174	73.17%
Preta	5033	6.56%
Amarela	66	0.09%
Parda	15072	19.63%
Indígena	428	0.56%
Total	76773	100.00%

Diante desse panorama, uma atenção especial aos dados da Primeira Infância: a distribuição percentual de crianças, de acordo com o Censo Demográfico 2022 é de:

Quadro 3- Percentual de crianças na primeira infância

Faixa etária	Total (%)	Meninos (%)	Meninas (%)
0 a 4 anos	6.06	3.04	3.02
5 anos	1.37	0.70	0.67
6 anos	1.34	0.70	0.64

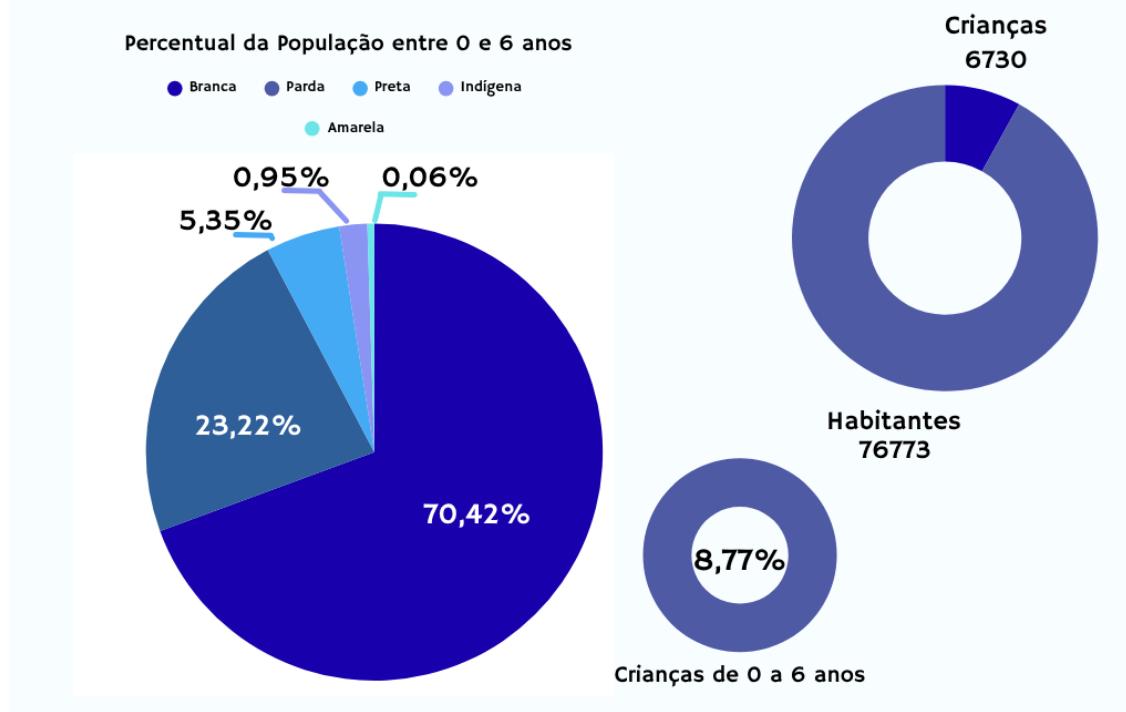
O percentual total da população entre 0 e 6 anos é de 8,77%, o que representa 6.730 crianças de um total de 76.773 habitantes. Em termos de composição

¹⁴ IBGE – Censo Demográfico 2022

demográfica por raça/etnia para essa faixa, a distribuição é de 70,42% branca; 23,22% parda; 5,35% preta; 0,95% indígena e; 0,06% amarela¹⁵.

Gráfico 4- Composição demográfica por raça/etnia de Crianças de 0 a 6 anos

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Biguaçu



Apresentamos a seguir uma análise situacional detalhada da Primeira Infância em Biguaçu, com os principais domínios de atenção para o desenvolvimento integral das crianças no Município: Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura, Lazer e Meio Ambiente.

Cada área abordou mais de um tema, de forma a garantir a abrangência dos assuntos prioritários estabelecidos no artigo 5º do Marco Legal para a Primeira Infância

¹⁵ Fonte: primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br

1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Primeira Infância, consolidam-se as bases fundamentais da aprendizagem e da formação cidadã. O direito de acesso à Educação Infantil deve estar alinhado aos princípios da equidade, da qualidade, da universalização do acesso e atendimento, e da valorização da diversidade.

Este diagnóstico apresenta informações sobre dados demográficos, rede de atendimento, número de matrículas, recursos humanos, infraestrutura das instituições e sua distribuição no território. O Município de Biguaçu apresenta de acordo com dados do INEP – Sinopses Estatísticas (2024), 3.322 crianças estão **matriculadas na Educação Infantil** no Município. Desse total, 1.404 estão matriculados em creches e 1.918 em pré-escolas.

Quadro 4- Número de matrículas registradas em 2024 no Município de Biguaçu para redes públicas e privadas de ensino

Número de matrículas na modalidade de creche	Rede pública 1.218	Rede privada 186	Total 1.404
Número de matrículas na modalidade pré-escola / educação infantil	Rede pública 1.584	Rede privada 334	Total 1.918
Total de crianças matriculadas na educação infantil em todo o município 3.322			

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica 2024

O Plano Nacional de Educação estabelece que os Municípios devem oferecer atendimento a 50% das crianças de 0 a 3 anos. A média nacional para esse parâmetro, segundo o Painel de Monitoramento do PNE, foi de 41,2% em 2024, enquanto que a média catarinense foi de 53,3% para o mesmo período. Biguaçu estava abaixo dessa média, considerando uma taxa bruta de matrícula de 35,2% nas creches do Município,



calculada a partir do número de matrículas das Sinopses Estatísticas de 2024, e a estimativa populacional municipal por faixa etária fornecida pelo DATASUS. Dessa forma, para alcançar o índice nacional, seria necessária a criação de 237 novas vagas, para atingir a meta definida no PNE, seriam necessárias 588 vagas adicionais, enquanto que para atingir a média estadual, seriam necessárias 719 novas vagas.

Gráfico 5- PNE Atendimento de crianças de 0 a 3 anos



O Plano Nacional de Educação prevê também que a Pré-Escola deve ser universalizada para as crianças de 4 a 5 anos. O Painel de Monitoramento do PNE mostra que, em 2024, 94,6% das crianças de 4 a 5 anos no Brasil frequentavam creches ou escolas. Em Santa Catarina, este índice era de 95,2%. O Município de Biguaçu, por sua vez, possui uma taxa bruta de matrícula em pré-escolas estimada em 89,1%. Dessa forma, o Município precisaria criar 118, 131 ou 234 novas vagas para que possa alcançar os indicadores nacionais, estaduais e a meta do PNE, respectivamente.

Gráfico 6- Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos

Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos



A distribuição das **unidades de educação** no território tem como critério principal a demanda por vagas, o que faz com que áreas mais populosas concentrem maior número de instituições, enquanto outras regiões ou bairros não sejam igualmente contemplados.

Atualmente, 23 unidades de Ensino atendem à Educação Infantil no Município, com a seguinte distribuição:

Quadro 5- Número de unidades de Educação Infantil em Biguaçu segundo localização e dependência administrativa

Tipo	Total	Municipais (Urbana)	Municipais (Rural)	Privadas (Urbanas)
Creches	21	15	1	5
Pré-escolas	22	14	2	6

¹⁶ Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica 2024

¹⁶ Atualmente não há estabelecimentos privados em área rural

Destaca-se que uma mesma Unidade pode oferecer mais de uma etapa de ensino e em Biguaçu, não há creches ou pré-escolas de nível federal ou estadual. Além das unidades municipais e privadas, o Município conta com dois Espaços de Convivência Infantil Indígena e um Grupo Escolar que atendem a faixa etária de 4 a 6 anos. Assim, a rede municipal configura-se como um arranjo de instituições públicas, privadas e conveniadas, que atuam de forma complementar para responder à demanda e ampliar a equidade no acesso às vagas.

Em relação ao atendimento em **Tempo Integral na Educação Infantil**, numa análise em série histórica de 2015-2024, observa-se que o Município de Biguaçu apresenta percentuais de atendimento em tempo integral significativamente inferior às médias estadual e nacional, tanto na modalidade creche quanto na de pré-escola, conforme os Quadros 6, 7 e 8.

Quadro 6-Atendimento em tempo integral Biguaçu

Biguaçu	Creche				Pré-escola			
	Total	Integral	Parcial	% Integral	Total	Integral	Parcial	% Integral
2015	801	299	502	37.33%	1.410	519	891	36.81%
2016	1.012	255	757	25.20%	1.695	263	1.432	15.52%
2017	1.434	214	1.220	14.92%	1.289	76	1.213	5.90%
2018	1.525	66	1.459	4.33%	1.451	88	1.363	6.06%
2019	1.708	257	1.451	15.05%	1.731	145	1.586	8.38%
2020	1.662	269	1.393	16.19%	1.850	144	1.706	7.78%
2021	1.402	70	1.332	4.99%	1.585	73	1.512	4.61%
2022	1.522	173	1.349	11.37%	1.822	94	1.728	5.16%
2023	1.490	336	1.154	22.55%	1.958	132	1.826	6.74%
2024	1.404	415	989	29.56%	1.918	210	1.708	10.95%

Quadro 7-Atendimento em tempo integral no Brasil

BR	Creche				Pré-escola			
	Total	Integral	Parcial	% Integral	Total	Integral	Parcial	% Integral
2015	3.049.072	1.775.267	1.273.805	58.22%	4.923.158	565.337	4.357.821	11.48%
2016	3.238.894	1.875.899	1.362.995	57.92%	5.040.210	549.664	4.490.546	10.91%
2017	3.406.796	1.971.196	1.435.600	57.86%	5.101.935	584.757	4.517.178	11.46%
2018	3.587.292	2.032.186	1.555.106	56.65%	5.157.892	570.777	4.587.115	11.07%
2019	3.755.092	2.119.269	1.635.823	56.44%	5.217.686	578.510	4.639.176	11.09%
2020	3.651.989	2.104.234	1.547.755	57.62%	5.177.806	585.923	4.591.883	11.32%
2021	3.417.210	2.020.202	1.397.008	59.12%	4.902.189	583.519	4.318.670	11.90%
2022	3.935.689	2.242.866	1.692.823	56.99%	5.093.075	652.427	4.440.648	12.81%
2023	4.122.873	2.388.335	1.734.538	57.93%	5.338.282	757.871	4.580.411	14.20%
2024	4.187.691	2.490.834	1.696.857	59.48%	5.304.203	837.785	4.466.418	15.79%

Quadro 8-Atendimento em tempo integral Santa Catarina

SC	Creche				Pré-escola			
	Total	Integral	Parcial	% Integral	Total	Integral	Parcial	% Integral
2015	157.815	122.607	35.208	77.69%	164.233	48.11	116.123	29.29%
2016	163.409	124.534	38.875	76.21%	175.132	45.187	129.945	25.80%
2017	168.561	126.037	42.524	74.77%	182.287	45.853	136.434	25.15%
2018	179.012	128.514	50.498	71.79%	187.716	41.902	145.814	22.32%
2019	194.601	133.718	60.883	68.71%	191.697	38.396	153.301	20.03%
2020	191.188	132.729	58.459	69.42%	194.149	38.147	165.002	19.65%
2021	180.488	117.912	62.576	65.33%	192.689	34.762	157.927	18.04%
2022	203.608	133.424	70.184	65.53%	202.296	37.110	165.186	18.34%
2023	213.102	140.543	72.559	65.95%	210.123	39.821	170.302	18.95%
2024	219.027	148.634	70.393	67.86%	209.674	43.325	166.349	20.66%

Na creche, Biguaçu oscilou entre 14,9% (2017) e 37,3% (2015), com uma leve recuperação em 2024 (29,6%). Em contraste, Santa Catarina manteve percentuais elevados e estáveis, com 67,9% em 2024, enquanto o Brasil registrou 59,5% no mesmo ano. Já na pré-escola, Biguaçu apresentou percentuais ainda mais baixos, com o menor índice em 2021 (4,61%), seguido por 6,06% em 2018. O ano de 2024 registrou o maior índice dos anos mais recentes, com 10,9%. No mesmo ano, Santa Catarina e Brasil alcançaram, respectivamente, 20,7% e 15,8%.

Esses dados evidenciam que, embora o Município tenha avançado em número de matrículas, o modelo de atendimento ainda é predominantemente parcial, o que limita o tempo de permanência das crianças nas instituições e, consequentemente, o potencial de desenvolvimento integral previsto nas diretrizes da Educação Infantil.

A discrepância entre Biguaçu e os demais contextos (estadual e nacional) reforça a urgência de investimentos estruturantes para ampliar o número de vagas em



tempo integral, especialmente em creches, onde a diferença é mais acentuada. Além disso, a análise histórica permite identificar períodos de queda e recuperação, o que pode subsidiar o planejamento de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

Na Educação Escolar Indígena, a rede assegura um modelo diferenciado com escolas e professores indígenas, demonstrando o respeito à cultura e ao território. A Lei n. 4421/2025 criou o Centro de Educação Infantil Indígena Kyringue Aranduá, localizado na aldeia indígena M'Biguaçu, Aldeia Ynn Moroti Wherá, no bairro de São Miguel, que atende 14 crianças em tempo integral. Do mesmo modo, a Lei n. 4.422/2025 criou o Centro de Educação Infantil Municipal Indígena Taguato Mirim, localizado na aldeia Itanhaém, bairro Sorocaba, que atende 13 crianças em tempo integral, com uma proposta que respeita a diversidade cultural dos povos originários.

No Município, a **alimentação escolar** é organizada em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os cardápios são elaborados por nutricionistas e contam com mais de 80 itens, com destaque para a aquisição de hortifrutigranjeiros por meio de Chamada Pública, contemplando a Cooperativa de Agricultura Familiar de Biguaçu, que recebe quase 100% do recurso federal destinado ao Programa. De acordo com o Censo Escolar de 2024, 21 unidades de Educação Infantil oferecem alimentação escolar, enquanto duas instituições privadas não dispõem desse serviço.

No que se refere ao **corpo docente**, atualmente há 283¹⁷ professores atuando em creches e/ou pré-escolas em Biguaçu. Nas creches, estão alocados 164 docentes, sendo 146 na rede municipal e 18 na rede privada. Já na pré-escola, são 159 docentes, dos quais 128 vinculados à rede municipal e 31 à rede privada.

¹⁷ Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica 2024

Gráfico 7- Corpo docente em Biguaçu



Considerando o total de docentes atuando no Município, bem como o número de matrículas registradas na Sinopse Estatística da Educação de 2024, tem-se, em média, que cada docente atende a 8,6 crianças nas creches, e 12,1 crianças nas pré-escolas do Município. Os resultados dessa razão para o Brasil são de 11,2 alunos educandos por professor de creches e 14,5 educandos por professor de pré-escolas. Já a média estadual em Santa Catarina é de 8,9 alunos educandos por professor em creches e 12,1 alunos para cada professor em pré-escolas. Embora os resultados do Município para este indicador sejam melhores que as médias nacionais e estaduais, deve-se considerar o fato de que as taxas de matrículas são inferiores ao restante do país, contribuindo para esta estatística.

Um ponto importante a ser avaliado em relação à oferta docente é a capacitação destes. No Município de Biguaçu, dos 164 professores que atuam em creches, 154 possuem, ao menos, ensino superior completo na área de licenciatura, sendo que 133 contam também com especialização, 10 com mestrado e 1 com doutorado. Dessa forma, 93,3% dos docentes no Município têm formação superior, índice acima da média nacional, com 81,2% de docentes com formação superior, e catarinense, com 88,2%.

Gráfico 8-Perfil de Titulação: Maior Grau de Formação dos Professores em Creches em Biguaçu

Índice de docentes com ensino superior em creches



Índice de docentes com ensino superior em pré-escolas



Analizando estes números no contexto dos docentes que atuam em pré-escolas, verifica-se que, em Biguaçu, 149 dos 159 docentes possuem ensino superior na área de licenciatura. Destes, 116 possuem, também, especialização, 14 possuem mestrado e 2 possuem doutorado. O índice biguaçuense, portanto, é de 93,7% dos docentes pré-escolares com formação superior, o que o torna superior à média nacional (83,1%) e catarinense (89,6%).

Figura 12- Perfil de Titulação: Maior Grau de Formação dos Professores em Creche em Biguaçu

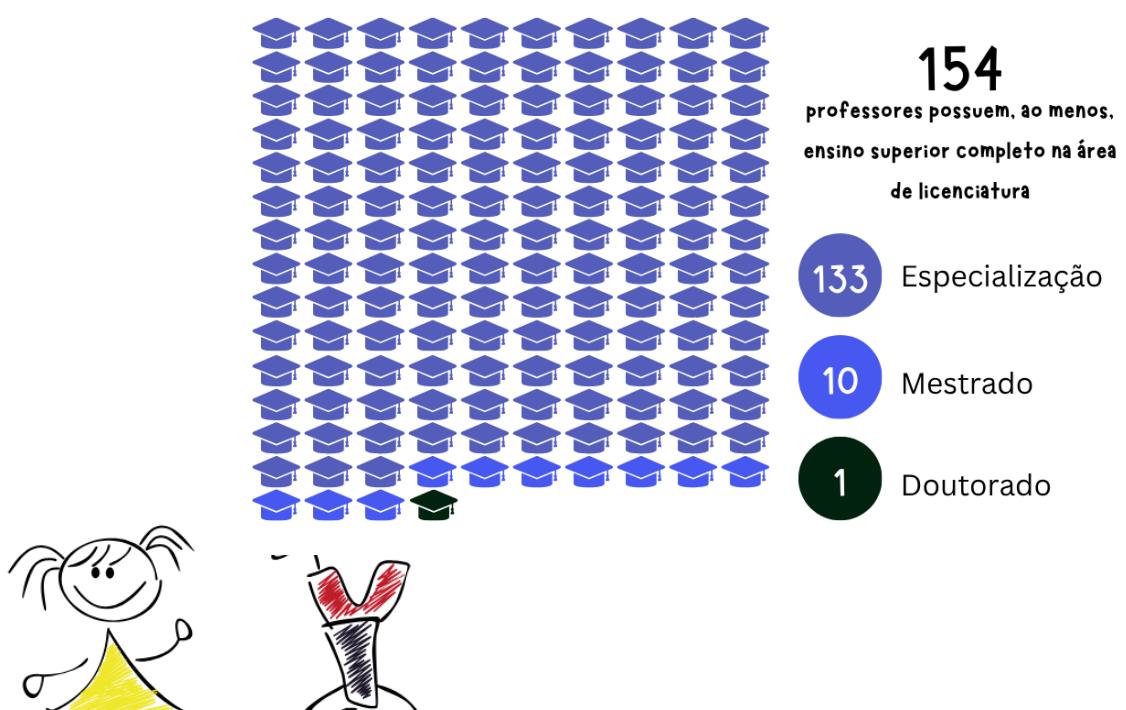
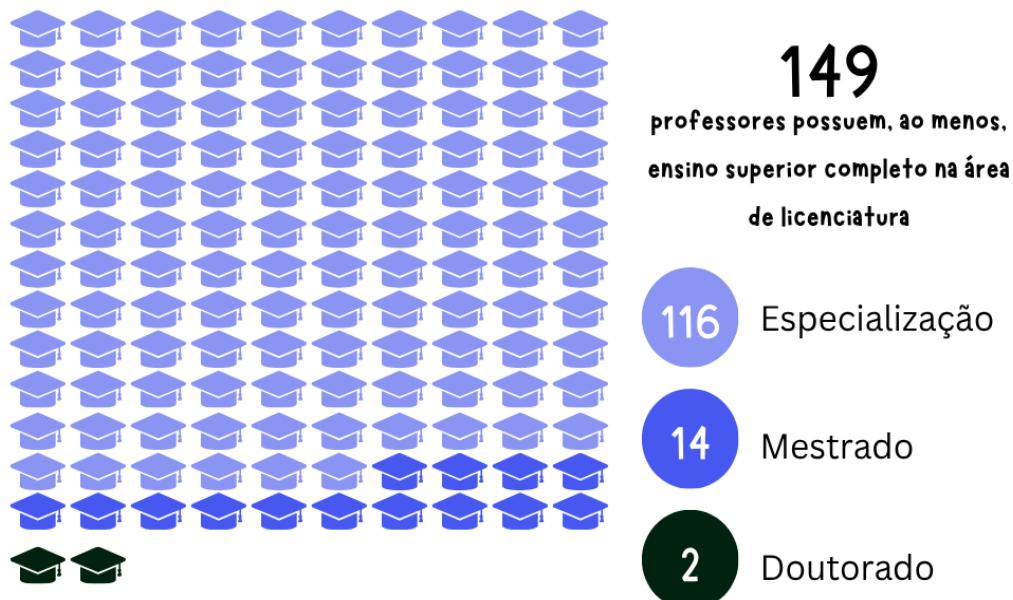


Figura 13- Perfil de Titulação: Maior Grau de Formação dos Professores em pré-escolas em Biguaçu



Com o objetivo de garantir a qualidade do atendimento educacional na Primeira Infância, a Secretaria Municipal de Educação promove formações continuadas destinadas a Professores, Professores Auxiliares de Sala, Professores Auxiliares de Ensino, Técnicos em Educação, Especialistas em Assuntos Educacionais, Gestores, Auxiliares de Serviços Gerais – Merendeira e Auxiliares de Serviços Gerais. Essas ações visam consolidar uma política que dialogue com as metas estabelecidas nos Planos Nacional e Municipal de Educação.

O Município também desenvolve e participa de projetos e programas em parceria com instituições de ensino superior, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Essas ações se materializam em formações continuadas por meio de dois formatos:

- Centralizadas, organizadas diretamente pela Secretaria Municipal de Educação; e
- Descentralizadas, realizadas pelas próprias instituições de ensino em momentos de hora-atividade, grupos de estudos e encontros pedagógicos.

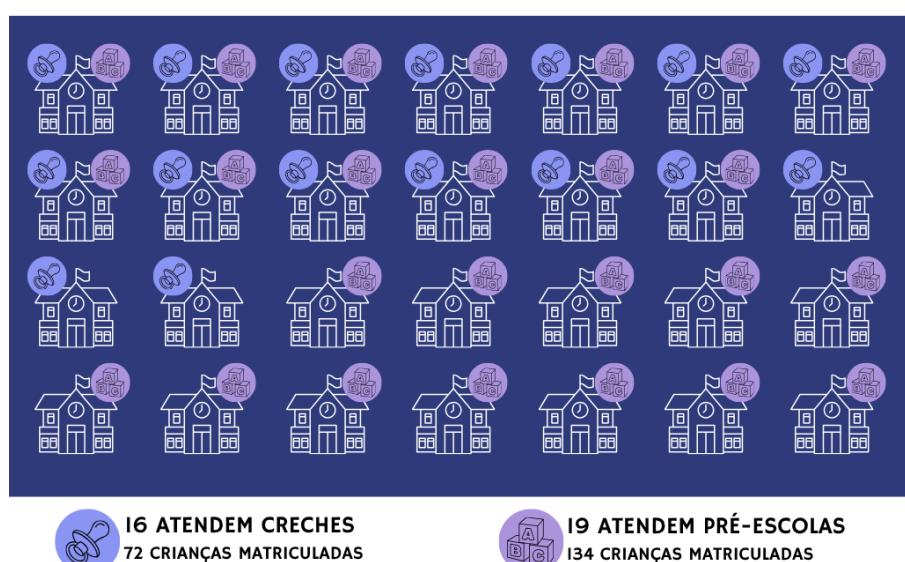
Biguaçu reafirma ainda seu compromisso com a educação inclusiva em consonância com a legislação vigente sobre inclusão que garante o direito de todas as



crianças à educação em igualdade de condições. Atualmente, o Município conta com 21 estabelecimentos que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo 16 com atendimento em creche e 19 em pré-escola, totalizando 206¹⁸ crianças matriculadas (72 em creches e 134 em pré-escolas). Todas essas crianças estão matriculadas em classes comuns, seguindo o que dispõe a legislação sobre inclusão que preconiza a oferta do AEE de forma complementar e não substitutiva ao ensino regular. Apesar dos avanços, o AEE (creches e pré-escola) ainda apresenta déficits significativos, especialmente diante da crescente demanda. Atualmente o Município conta com 35 professores de AEE, número que ainda se mostra insuficiente para atender plenamente às necessidades educacionais específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alta habilidades/superdotação.

Figura 14- Atendimento especializado em Biguaçu

21 ESTABELECIMENTOS COM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO



Para crianças de 0 a 6 anos, o Município conta com o Programa de Estimulação Precoce da APAE de Biguaçu e o apoio da Associação de Amigos do Autismo (AMA) e do

¹⁸ O total da Educação Infantil inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns. Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica 2024





Centro Especializado de Referência em Desenvolvimento da Infância e Adolescência (CERDIA), para avaliações diagnósticas de crianças e adolescentes com suspeitas de transtorno do neurodesenvolvimento.

Para o fortalecimento dos vínculos entre as instituições educacionais, famílias e comunidades, Biguaçu conta com diferentes espaços participativos de diálogo e tomada de decisão, entre os quais se destacam: o Conselho Municipal de Educação (COMED), o Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA) , o Fórum Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS Fundeb), o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e as Associações de Pais e Professores (APPs). Esses colegiados, por meio de encontros periódicos, configuram instâncias de escuta ativa e de construção compartilhada de estratégias pedagógicas.

No caso das APPs, sua atuação tem sido consolidada e ativa em Biguaçu. As Unidades de Ensino da Rede Municipal recebem recursos do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e participam de iniciativas integradas, como o Programa Educação Conectada e o Cantinho da Leitura. Nesse contexto, as APPs apoiam a elaboração de projetos pedagógicos, promovem atividades culturais, colaboram na resolução de demandas cotidianas e exercem a função de canal de comunicação entre a gestão escolar e as famílias. Além disso, organizam eventos que contribuem para arrecadação de recursos, como bingos e festas, que contribuem para a melhoria da infraestrutura escolar e para a aquisição de materiais.

Em relação à disponibilidade de brinquedos e materiais pedagógicos nas creches e pré-escolas para enriquecer o aprendizado das crianças, de acordo com os microdados do Censo Escolar de 2024, este informa que entre os 23 estabelecimentos da Educação Infantil de Biguaçu, todos possuem parque infantil, 10 possuem biblioteca e/ou sala de leitura, e 22 possuem brinquedos para Educação Infantil.

Figura 15- Disponibilidade de brinquedos e materiais pedagógicos



Quanto à existência de **instrumentos e materiais pedagógicos** que promovam a diversidade sociocultural entre as crianças, apenas um estabelecimento possui materiais indígenas, 5 estabelecimentos possuem materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais e 7 possuem materiais pedagógicos para a educação especial.

Os dados levantados sobre matrículas, redes de atendimento e distribuição territorial das Unidades evidenciam o alcance atual da Educação Infantil em Biguaçu, mas também as janelas para a ampliação de vagas, do atendimento educacional especial e para a redução das desigualdades de oferta entre áreas urbanas e rurais. Há predominância da rede pública na oferta de vagas, a concentração das instituições no espaço urbano e a necessidade de maior atenção à área rural, onde a cobertura ainda é restrita. Esses elementos constituem aspectos centrais para o aprimoramento do planejamento educacional e para a efetivação do direito à educação na Primeira Infância no Município.

1.3 Saúde

A saúde, em suas dimensões física, emocional e social, constitui um direito universal assegurado no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e garantido pela Lei 8.080/1990, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). No campo da Primeira Infância, esse direito se concretiza por meio de uma ampla rede de serviços voltados à atenção integral da criança, da mulher e da família, incluindo programas de promoção da saúde, assistência materno-infantil e atendimentos especializados.

Neste diagnóstico, são apresentados alguns dados referentes à rede de saúde de Biguaçu e sua capacidade de atendimento à saúde às crianças de 0 a 6 anos e à saúde às gestantes. Conhecer as estruturas instaladas no território municipal é elemento fundamental para compreender a capacidade do Município em atender gestantes, puérperas e crianças de zero a seis anos, uma vez que a qualidade da rede influencia diretamente os indicadores de saúde da Primeira Infância.

A rede de saúde de Biguaçu é composta por 146 serviços registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em dezembro de 2024, considerando tanto estabelecimentos públicos quanto privados. Essa rede apresenta grande diversidade, abrangendo desde unidades de atenção primária, que são a porta de entrada do sistema, até serviços de média e alta complexidade, como Hospital Regional Helmuth Nass, inaugurado em 2015, com maternidade e atendimentos em especialidades médicas e odontológicas.

A atenção básica conta com 17 Unidades Básicas de Saúde, apoiadas por duas policlínicas públicas: a Policlínica Luiz Carlos Martins, localizada na região central e já em funcionamento, e outra em processo de instalação, que será inaugurada em 2026 para atender a região Sul do Município, cujos bairros em seu entorno apresentam elevada concentração populacional urbana, descentralizando assim o atendimento ambulatorial especializado que conecta a atenção básica com os serviços de média e alta complexidade.

Considerando a presença da população indígena no Município, o bairro São Miguel conta com uma Unidade de Saúde Indígena (atualmente em reforma), destinada ao atendimento referenciado dessas famílias. Esse conjunto constitui a base da assistência contínua às famílias, sendo responsável pelo acompanhamento pré-natal, pelo atendimento infantil de rotina e por ações de prevenção em saúde.

No mesmo espaço físico Policlínica Luiz Carlos Martins, estão os serviços especializados de pediatria, fonoaudiologia, psicologia e neurologia, todos essenciais para a Primeira Infância. Além destes, há a Clínica Municipal de Fisioterapia, o Serviço



de Assistência Especializada (SAE) em infectologia, que abrange os Programas IST/HIV/Aids, Hepatites Virais, Tuberculose e Hanseníase, e o Centro Especializado em Odontologia (CEO), com destaque para o atendimento odontológico humanizado às pessoas com deficiência.

O Município dispõe de uma Unidade de Pronto-Atendimento 24 horas (UPA24h), que amplia a resposta a situações de urgência e emergência. Também conta com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), por meio de duas unidades móveis de urgências básicas, que ampliam a cobertura em situações específicas e fora dos espaços convencionais.

Ainda na região central, o Município dispõe de uma farmácia 24 horas, o que possibilita aos moradores de Biguaçu, ao saírem da UPA24h ou de algum hospital, retirar imediatamente os medicamentos necessários para o início do tratamento.

A rede pública municipal de saúde conta também com um serviço de atenção domiciliar, por meio do Programa Melhor em Casa (MEC), que acompanha pacientes após a alta hospitalar em parceria com a atenção básica.

O Hospital Regional Helmuth Nass é uma unidade de atendimento eletivo e o acesso ocorre através das unidades de saúde, exceto a maternidade que funciona por demanda espontânea. Atende os 22 Municípios da Grande Florianópolis com consultas eletivas de várias especialidades, cirurgias de pequeno porte e a maternidade inaugurada em 2018, que assegura a realização dos partos no próprio Município, reduzindo a necessidade de deslocamentos.

Na área da vigilância em saúde, atuam os setores de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, cada um com suas atribuições, mas sempre de forma integrada com toda a rede.

Em relação à saúde mental, há o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O público-alvo inclui pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, mas que não necessitam de um atendimento contínuo ou em período integral. São casos que, apesar da gravidade, conseguem estabelecer vínculos sociais com acompanhamento e tratamento regular, desde a infância até a fase adulta, sendo que o Município está em fase de construção e habilitação de um serviço de referência infanto juvenil, denominado Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi).

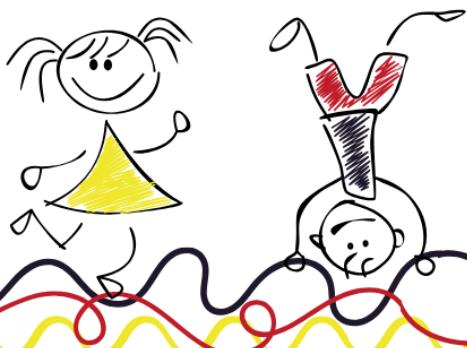
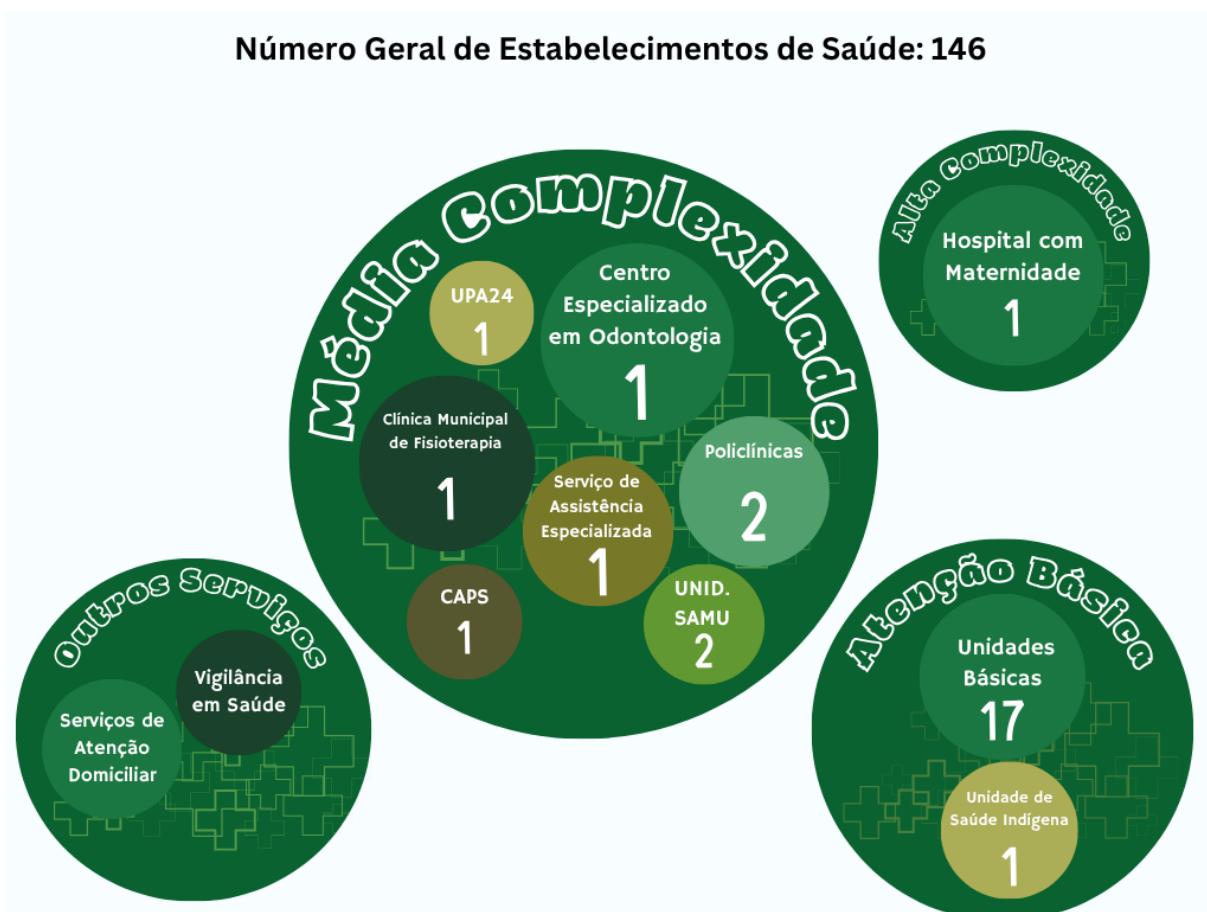


Figura 16- Conjunto institucional da Rede de saúde de Biguaçu



Além da estrutura física, a **composição das equipes** é um fator essencial para avaliar a efetividade da rede no atendimento à Primeira Infância. Considerando dados de agosto de 2025, o Município contava com **36 equipes de Saúde da Família** e **15 de Saúde Bucal**, responsáveis pela maior parte do acompanhamento contínuo de gestantes e crianças.

Dentro da rede de atenção básica, há ainda **duas equipes** que atendem públicos específicos: (1) a **equipe Consultório na Rua (eCR)**, habilitada no segundo semestre de 2024 e voltada ao **atendimento de pessoas em situação de rua**; e (2) a equipe de **Atenção Básica Prisional (eABP)**, que atua no presídio regional do Município.

De forma geral, a análise da rede indica que Biguaçu dispõe de uma estrutura diversificada e articulada, com capacidade de atender diferentes demandas da população. Para a Primeira Infância, é fundamental que os serviços ofertados pelo Município **priorizem o atendimento às crianças e adolescentes**, garantindo qualidade

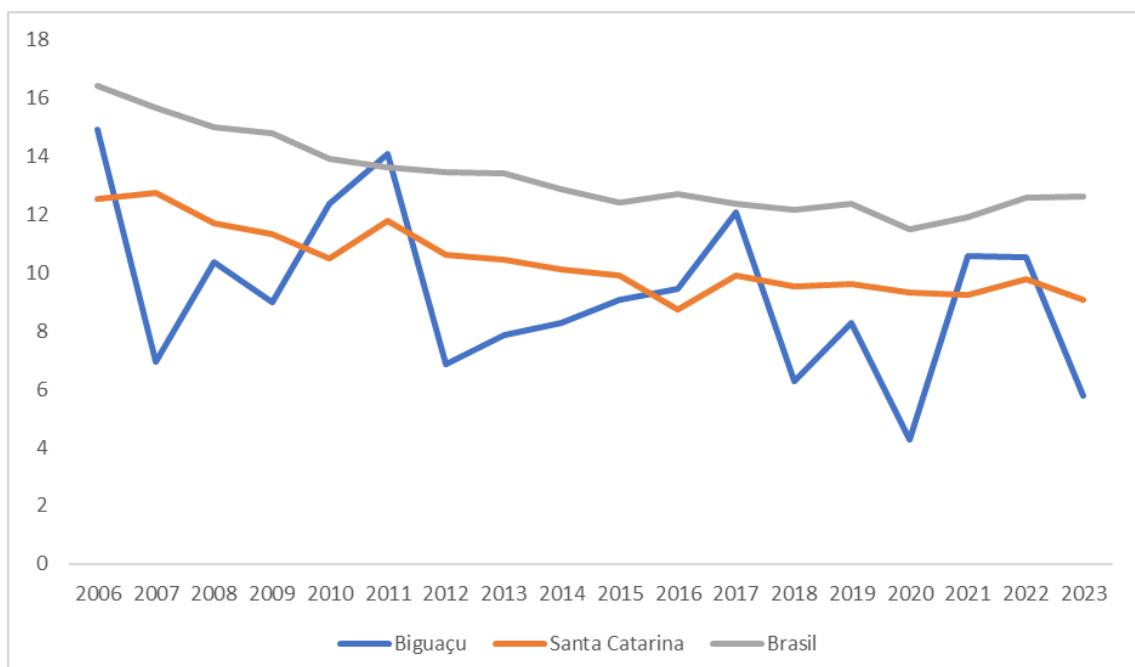


desde a atenção básica até os serviços hospitalares. Essa organização representa um potencial importante para assegurar atenção integral à saúde materno-infantil, etapa decisiva para o desenvolvimento pleno das crianças.

A mortalidade infantil é um dos principais indicadores para avaliar as condições de saúde de um Município, pois reflete tanto a qualidade da atenção materno-infantil quanto fatores sociais mais amplos, como saneamento, renda e escolaridade. Em Biguaçu, segundo dados do Ministério da Saúde (DATASUS, 2023), foram registrados **1.039 nascimentos e seis óbitos de crianças menores de um ano**, resultando em uma taxa de **5,77 por mil nascidos vivos**. Embora o valor seja relativamente baixo, a interpretação anual em Municípios de médio porte deve ser feita com cautela, pois está sujeita a variações de um ano para outro.

A análise da série histórica desse indicador, de 2006 a 2023, mostra oscilações entre **14,93 e 4,26**, mas evidencia uma tendência de redução ao longo do período (Figura 1). Enquanto em 2006 a taxa era próxima a 15, em 2023 registrou-se valor bem abaixo de 10. Essa trajetória acompanha o movimento geral de queda observado no Brasil e em Santa Catarina. No Estado, o indicador caiu de **12,55 em 2006 para 9,07 em 2023**, enquanto no país passou de 16,41 para 12,62 no mesmo intervalo. Biguaçu, apesar da volatilidade, tem apresentado resultados melhores do que os nacionais e próximos aos do Estado, o que aponta para avanços no cuidado à Primeira Infância.

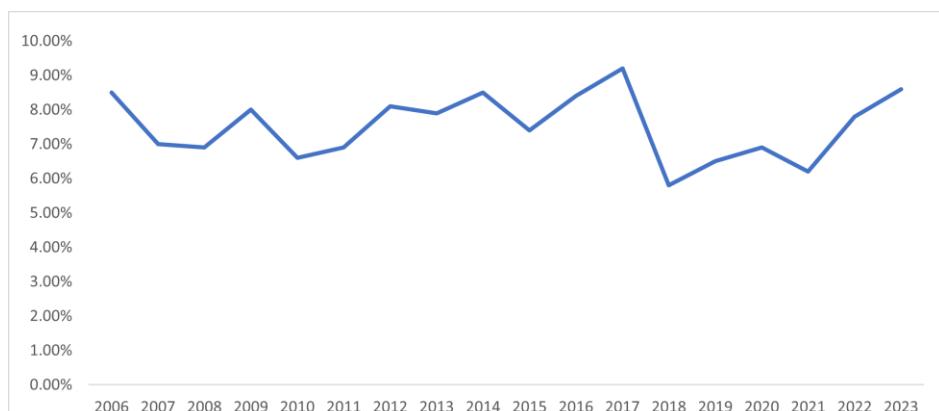
Gráfico 9- Evolução da taxa de mortalidade infantil em Biguaçu, Santa Catarina e Brasil, 2006-2023.



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS.

Outro aspecto relevante é o **baixo peso ao nascer**, definido como peso inferior a 2.500 gramas. Em 2023, 8,6% dos nascidos vivos em Biguaçu se enquadraram nessa condição, segundo o DATASUS. Esse indicador é importante porque está associado a maior risco de morbimortalidade infantil e pode refletir tanto fatores biológicos quanto condições socioeconômicas e de atenção à saúde. O monitoramento desse dado é fundamental para orientar políticas voltadas à gestação saudável e à promoção da saúde das crianças desde o nascimento.

Gráfico 10- Baixo peso ao nascer



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS.

A análise das causas de mortalidade também oferece subsídios relevantes. No período de 2006 a 2023, conforme o DATASUS, foram registradas **149 mortes de crianças de até quatro anos de idade no Município por causas consideradas evitáveis**, sendo **seis no último ano**. Além disso, a análise das internações hospitalares contribui para compreender os riscos à saúde nessa faixa etária. Entre agosto de 2024 e julho de 2025, ocorreram **36 internações**, considerando o local de residência, de crianças de até quatro anos por **doenças infecciosas e parasitárias**, representando **6,7% das internações do grupo etário em Biguaçu**. Essa proporção é inferior à observada em Santa Catarina, mas ainda evidencia a relevância de **políticas de prevenção**. Entre essas doenças destacam-se as **diarreias infecciosas, hepatites virais, infecções parasitárias e infecções do trato respiratório**, todas relacionadas a **fatores ambientais e de saneamento**.

Os dados do SISREG (abril/2025) também revelam importante **demandas reprimidas em especialidades diretamente relacionadas ao desenvolvimento infantil**. Na Policlínica Municipal, havia **816 crianças aguardando atendimento em Pediatria**, especialidade de atendimento exclusivo infantil. No mesmo período, **Fonoaudiologia (1.421)**, **Neurologia (198)** e **Psicologia (4.707)** também apresentavam filas, compostas por crianças e adultos. Esses números apontam para uma **pressão significativa sobre as áreas responsáveis pelo acompanhamento do desenvolvimento global, linguagem, comportamento e saúde mental**, indicando a necessidade de **ampliação da oferta e de estratégias de regulação que priorizem a Primeira Infância**.

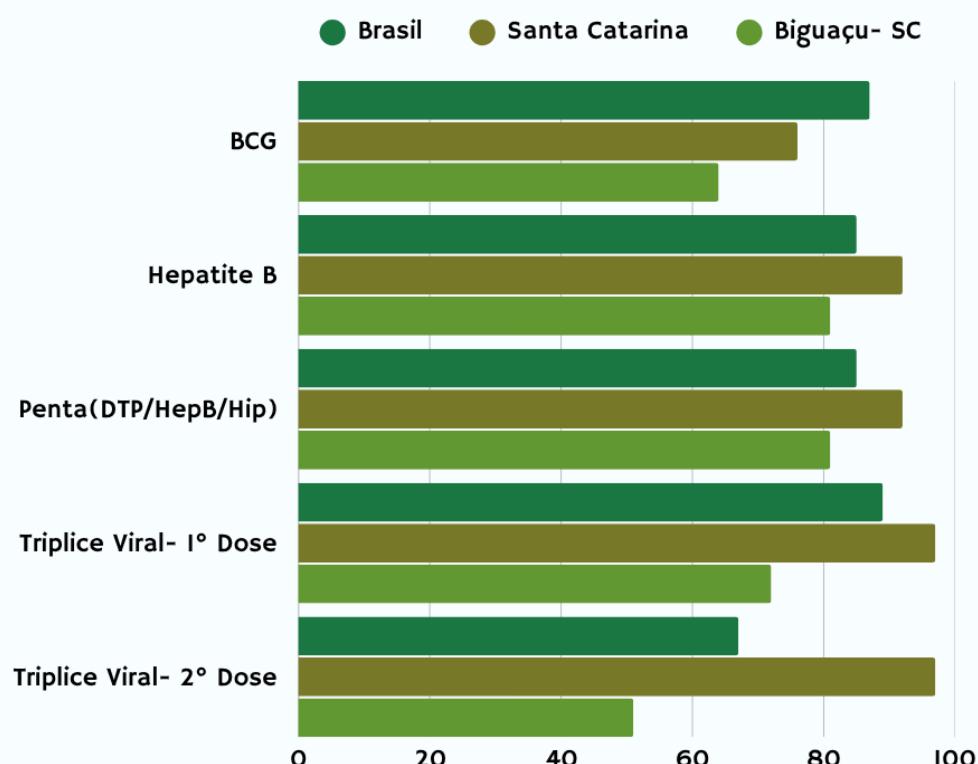
Outro serviço relevante para a Primeira Infância, que envolve as secretarias de saúde e educação, principalmente, é o **Centro Especializado de Referência em Desenvolvimento na Infância e Adolescência (CERDIA)**, responsável pela avaliação diagnóstica de crianças com suspeita de transtornos do neurodesenvolvimento. O



serviço atende exclusivamente crianças e adolescentes sem diagnóstico confirmado, realizando avaliações multiprofissionais. Em novembro de 2025, havia 360 crianças e adolescentes na lista de espera para atendimento, o que evidencia a necessidade de fortalecer a capacidade diagnóstica precoce no Município.

No que se refere à **cobertura vacinal**, entre janeiro e julho de 2025, 2.309 crianças de 0 a 6 anos tinham o esquema vacinal atualizado, enquanto 537 apresentavam vacinas em atraso.

Gráfico 11- Cobertura Vacinal Infantil



Fonte: Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (2023)

Além dos indicadores referentes às crianças, é importante considerar também o perfil das mães. Entre as **1.039 gestações** registradas nesse ano, 75,5% das mães se declararam brancas, 8,8% pretas, 15,0% pardas e 0,7% indígenas, segundo dados do SINASC/DATASUS.

Gráfico 12-Auto declaração de raça das gestações com nascidos vivos em Biguaçu

Em Biguaçu foram registradas 1.039 gestações

com nascidos vivos

● Indígenas ● Pretas ● Pardas ● Brancas

75.5%

15%

8.8%

0.7%

Considerando a qualidade da atenção materna, observa-se que, das **1.039 gestações com nascidos vivos** em 2023, **824 gestantes** (79,3% do total) tiveram a quantidade adequada de **consultas pré-natais** (7 ou mais). O resultado é inferior ao observado em Santa Catarina (82,8%) e superior ao nacional (77,2%), segundo dados do DATASUS para este mesmo ano. A proporção de consultas adequadas constitui um parâmetro essencial de qualidade da atenção materna, pois reflete tanto a oferta e a organização dos serviços quanto a efetividade das políticas públicas voltadas à saúde da mulher.

Entre as gestações registradas nesse ano, **84 foram de mães com até 19 anos** — grupo marcado por maior vulnerabilidade social. Destas, **27 apresentavam escolaridade inferior ao ensino fundamental completo** (até 11 anos de estudo), o que amplia os riscos de exclusão social e limita o acesso à informação sobre saúde reprodutiva.

Gráfico 13-Gestações de mães até 19 anos

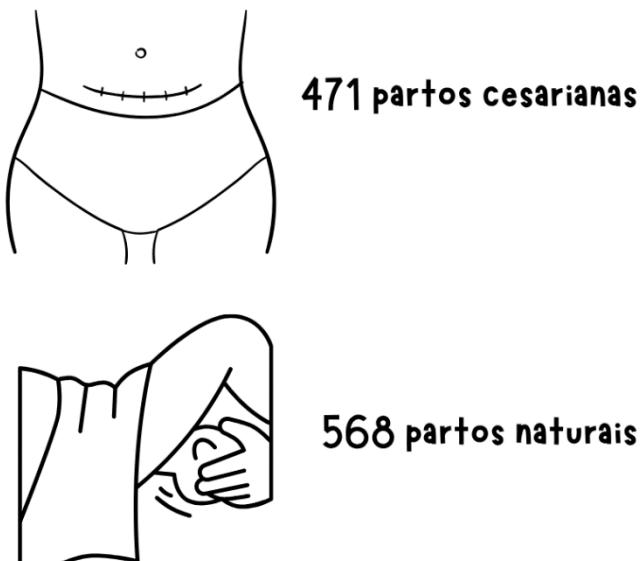


No recorte por cor ou raça, **25 das gestantes adolescentes se declararam pretas, pardas ou indígenas**, o que corresponde a **30% do grupo**. Embora a maioria das mães adolescentes ainda seja branca, esse percentual é superior ao observado entre todas as gestantes do ano, nas quais essas categorias somadas representaram menos de 25%. Isso indica uma **sobrerepresentação de gestantes pretas, pardas e indígenas entre as adolescentes**, revelando que a gestação precoce afeta de forma mais intensa populações historicamente vulnerabilizadas, reforçando desigualdades sociais e raciais.

Ainda em 2023, foram realizados **1039 partos**, sendo **568 naturais** e **471 cesarianas**. No mesmo ano, **não houve registro de óbitos maternos durante a gravidez, parto ou aborto**. O último óbito materno registrado nessa fase ocorreu em 2014. Com relação ao puerpério (até 42 dias após o parto), **apenas um óbito foi registrado em 2023**.



Figura 17-Foram realizados 1039 partos



Esses resultados indicam **efetividade da rede de atenção materna**, embora reforcem a necessidade de políticas de prevenção contínuas, capazes de garantir acompanhamento qualificado e reduzir desigualdades no acesso aos cuidados.

Tais achados reforçam a **relevância de políticas intersetoriais envolvendo saúde, educação e assistência social**, voltadas tanto à prevenção da gravidez precoce quanto ao **fortalecimento das redes de apoio às mães jovens e suas famílias**. A efetividade dessas políticas depende não apenas da aplicação na alocação de recursos e da ampliação dos investimentos públicos, mas também da capacidade de superar desigualdades que impactam diretamente as condições de saúde das crianças. Nesse sentido, desenvolver ações integradas de promoção, prevenção e cuidado é essencial para ampliar os ganhos em saúde e assegurar o pleno desenvolvimento infantil.



1.4 Assistência Social

A rede de assistência social de Biguaçu é coordenada pela Secretaria de Assistência Social, responsável por articular políticas e serviços voltados à proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. O Município conta ainda com instrumentos de gestão fundamentais, como o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e o Plano Municipal de Assistência Social (2022 - 2025), que orientam a execução e o monitoramento das políticas públicas da área .

Em 2023, Biguaçu destinou R\$ 9,02 milhões à assistência social, o que equivale a R\$ 127,95 por habitante e corresponde a 2,6% do total das despesas liquidadas do Município. Embora o valor demonstre a presença de financiamento público no setor, o percentual revela uma participação ainda modesta no orçamento global, o que levanta dúvidas sobre a suficiência dos recursos para enfrentar a amplitude das vulnerabilidades sociais existentes.

A atual estrutura da Rede de Assistência Social de Biguaçu é organizada em níveis de proteção/complexidade, conforme o Quadro 9 indica.

Quadro 9-Estrutura da Rede de Assistência Social de Biguaçu

Nível de Proteção	Serviços e Programas Ofertados
Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF/CRAS) • Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) *para crianças e adolescentes (6 a 15 anos)
Proteção Especial de Média Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS) • Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias • Serviço para Pessoas em Situação de Rua • Acompanhamento de adolescentes em medidas socioeducativas, como o Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
Proteção Especial de Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Abordagem Social • Acolhimento institucional de crianças, adolescentes, adultos, famílias e idosos

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE, 2023)

O Serviço para Pessoas em Situação de Rua (POP) está localizado no centro da cidade, com número de atendimentos bastante variável, porém não há dados sistematizados desses atendimentos. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) realiza atendimentos em todo o território municipal e, atualmente, acompanha cerca de 250 famílias, havendo ainda lista de espera para novos atendimentos. No âmbito do PAEFI, por exemplo, o registro de atendimentos do CREAS referente ao mês de agosto de 2025 indica o ingresso de três crianças (entre 0 e 12 anos) como vítimas de violência ou violações de direitos, sendo uma delas (entre 0 e 6 anos, do sexo feminino), vítima de negligência ou abandono.

Além dos serviços públicos, o Município conta com instituições não-governamentais que, por meio de Termos de Colaboração, complementam a rede socioassistencial. No total, são quatro organizações parceiras que atendem crianças e adolescentes e mulheres e filhos vítimas de violência, são elas:

- Três voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes: (i) Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas (NURREVI) - Projeto Ama; (ii) Casa “Vovó Sebastiana”; e (iii) Instituto Amor Incondicional (AMINC);

- 
- Uma dedicada ao acolhimento de mulheres e filhos vítimas de violência: Instituto de Acolhimento “Árvore da Vida”.

Entre as 19 crianças acolhidas no NURREVI, nove pertencem ao grupo da Primeira Infância. A instituição de acolhimento “Vovó Sebastiana¹⁹” conta com 12 acolhidos, dos quais também nove têm entre 0 e 6 anos. Já no AMINC, há sete acolhidos – nenhum pertencente ao grupo da Primeira Infância.

São diversos os fatores que levam à necessidade de acolhimento de crianças, entre os quais se destacam: negligência em cuidados básico – como alimentação, saúde e educação –, uso abusivos de álcool e/ou drogas por parte dos genitores, adoção irregular, conflitos familiares, guarda exercida por terceiros e diferentes formas de violência física e psicológica. A atuação conjunta entre o poder público e as organizações não-governamentais é essencial para assegurar a cobertura integral dos atendimentos necessários, reforçando o caráter protetivo da política de assistência social. Essa articulação em rede é fundamental para prevenir reincidências e promover a reintegração familiar, sempre que possível.

O Município conta com três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) distribuídos pelo território:

- I. CRAS Casa da Família, localizado na Praia João Rosa (região central), onde também é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- II. CRAS Orival Prazeres, situado no bairro Universitário (região central), que tem sob sua referência quatro aldeias indígenas – aproximadamente 130 famílias dessas comunidades recebem alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entre os membros dessas famílias, na faixa etária entre 0 a 6 anos, há 25 meninos e 38 meninas;
- III. CRAS Bom Viver, localizado no bairro Bom Viver (região sul).

Estima-se que, atualmente, até 5 mil famílias estejam referenciadas nos serviços de atendimento e acompanhamento socioassistencial. De acordo com os registros de atendimento dos CRAS's, referentes ao mês de agosto de 2025, foram contabilizadas:

- 116 famílias em acompanhamento pelo PAIF;
 - 8 auxílios-natalidade concedidos;
 - 3 crianças de 0 a 6 anos atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
-

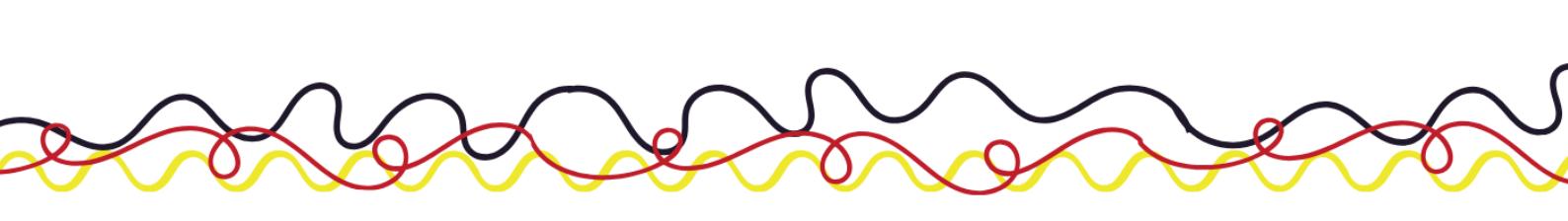
¹⁹ Nos últimos cinco anos foram 89 crianças de 0 a 6 anos acolhidas na instituição “Vovó Sebastiana”



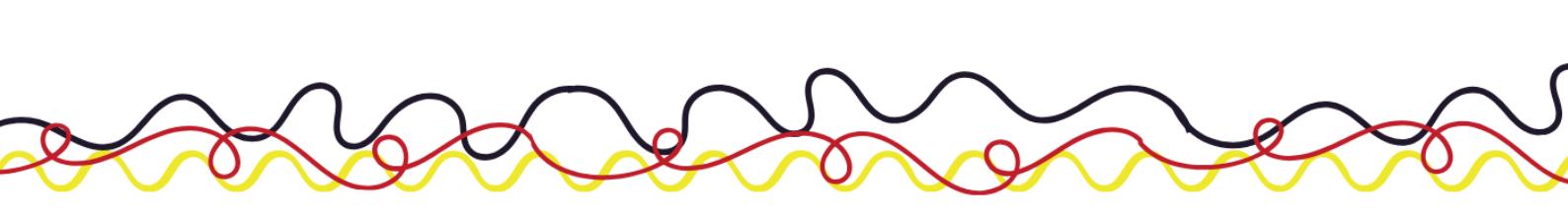
Quanto ao corpo técnico e aos profissionais alocados nesses equipamentos, sua composição organiza-se conforme o (Quadro 10), que apresenta a distribuição dos profissionais por unidade e funções exercidas.

Quadro 10- Profissionais por Unidades e Funções Exercidas

Secretaria de Assistência Social	1 Secretária 1 Secretária Adjunta 2 Diretores 5 Gerentes 5 Coordenadores 3 Assistentes Sociais 1 Psicóloga 1 Procuradora 3 Orientadores Sociais 1 Escriturário 2 Serviços Gerais 1 Auxiliar Operacional 4 Estagiárias
CRAS I	1 Coordenadora 4 Assistentes Sociais 3 Psicólogas 1 Orientador Social

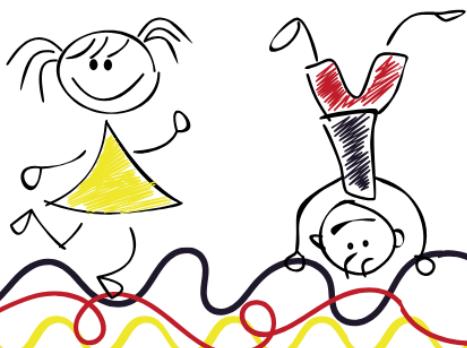


	1 Escriturário 2 Serviços Gerais 1 Motorista
SCFV	1 Assistente Social 1 Pedagoga 5 Orientadores Sociais 1 Merendeira 1 Serviços Gerais
CRAS II	1 Coordenadora 3 Assistentes Sociais 2 Psicólogas 1 Orientadora Social 1 Auxiliar Administrativo 1 Serviços Gerais 1 Motorista 2 Estagiárias
CRAS III	3 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Orientadora Social 1 Apoio Administrativo



	1 Serviços Gerais 1 Motorista
CREAS	1 Coordenadora 10 Assistentes Sociais 10 Psicólogos 1 Advogado 2 Orientadoras Sociais 2 Serviços Gerais 2 Motoristas
Centro Pop	1 Coordenador 3 Assistentes Sociais 1 Psicóloga 3 Orientadores Sociais 2 Serviços Gerais 1 Motorista

No que se refere à Primeira Infância, dados do Censo SUAS (2024) mostram que o Município mantém duas unidades de acolhimento institucional destinadas a crianças e adolescentes, com capacidade para 20 e 14 vagas. Contudo, persistem lacunas importantes: a MUNIC 2023 aponta a ausência de Serviço de Família Acolhedora e de Serviço de Convivência específico para a faixa de 0 a 6 anos. Além disso, o Município não dispõe de serviço de atendimento 24 horas da Assistência Social (plantão), o que limita a capacidade de resposta imediata a situações emergenciais que envolvem crianças, mulheres e famílias em vulnerabilidade.





Tais limitações reduzem a conformidade da rede municipal às diretrizes nacionais de proteção integral à infância, que priorizam soluções familiares e comunitárias em detrimento do acolhimento institucional.

O diagnóstico da Primeira Infância em Biguaçu evidencia que a rede socioassistencial convive com demandas elevadas. Em 2024, havia 2.520 crianças de até seis anos vivendo em famílias de baixa renda (37,4% do total), segundo o CadÚnico. Esse percentual é maior que à média estadual (26,5%) e inferior à nacional (54,4%), situando o Município em posição intermediária, mas ainda com proporção significativa de crianças em situação de vulnerabilidade. Dentro desse grupo, 146 crianças apresentam deficiência, o que amplia a necessidade de atenção especializada e intersetorial.

Gráfico 14- Crianças de até 6 anos vivendo em famílias de baixa renda

Crianças até 6 anos vivendo em famílias

de baixa renda



146 crianças apresentam deficiência

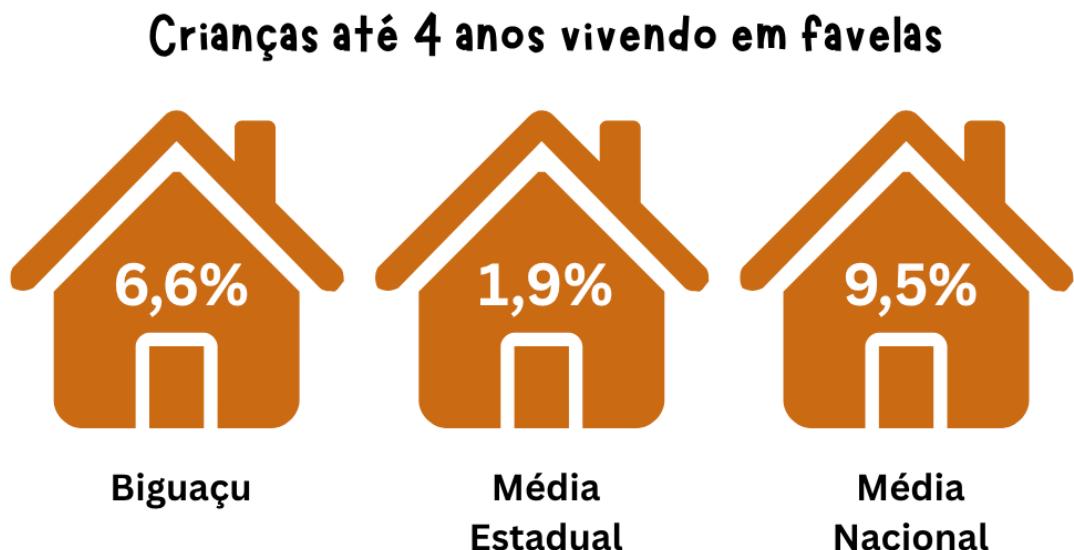
A cobertura por programas de transferência de renda é expressiva: 80% das crianças de baixa renda eram beneficiárias do Bolsa Família e 79 crianças recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC). No entanto, essa proteção não elimina as fragilidades existentes. Entre as crianças de 4 a 6 anos pertencentes a famílias de baixa renda, 30,7% não frequentavam a escola — índice superior à média estadual (25,4%) —, evidenciando que, mesmo com políticas assistenciais, persistem barreiras à inclusão educacional.

As baixas condições habitacionais também reforçam as desigualdades. O Censo Demográfico (2022) registrou 308 crianças de até 4 anos vivendo em favelas (6,6% do grupo etário). Embora o índice seja inferior ao nacional (9,5%), ele é muito superior ao



estadual (1,9%), colocando Biguaçu em posição de maior vulnerabilidade no contexto catarinense.

Figura 18- índice de baixas condições habitacionais

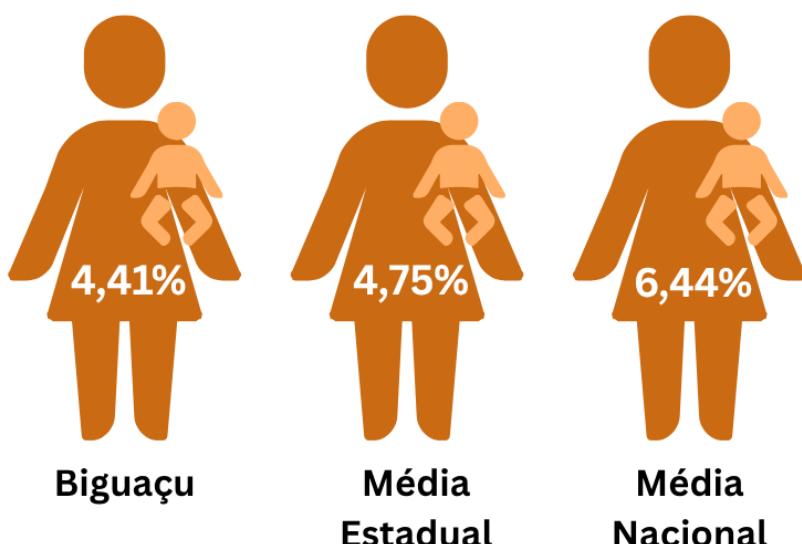


As desigualdades raciais tornam o quadro ainda mais crítico: apenas 3,6% das crianças brancas viviam em favelas, em contraste com 13,7% das crianças pretas e 14,8% das pardas. Esse contraste evidencia que a vulnerabilidade social e habitacional não se distribui de forma homogênea, recaindo de maneira desproporcional sobre grupos historicamente discriminados.

Outros indicadores ajudam a dimensionar as fragilidades das famílias. Segundo o Censo SUAS (2024), 14 crianças de até cinco anos estavam acolhidas institucionalmente no Município (3 meninos e 11 meninas). Já os dados do Registro Civil (2024) apontam que, entre 2.039 nascimentos, 90 (4,41%) tiveram apenas a mãe registrada – proporção próxima à média estadual (4,75%) e inferior à nacional (6,44%) –, mas ainda assim reveladora de vínculos familiares frágeis em parte da população infantil.

Figura 19-Vínculos familiares da população infantil

Nascimentos com apenas a mãe registrada



A segurança e a integridade física das crianças na Primeira Infância representam outro ponto sensível. Em 2024, foram registradas 38 notificações de violência interpessoal contra crianças de até quatro anos, o que corresponde a 7,5 casos por mil crianças, valor equivalente à média estadual (Sinan/DATASUS). A ocorrência desse tipo de violência em patamar semelhante ao do Estado indica que Biguaçu enfrenta desafios consistentes, não isolados, reforçando a necessidade de políticas preventivas e de fortalecimento das redes de proteção.

No mesmo ano, foram registradas 12 internações de crianças de até quatro anos por causas externas — como acidentes, quedas, agressões —, o que representa 2,38 casos por mil, índice inferior ao estadual (4,05 por mil). Apesar da diferença, trata-se de um indicador de alta relevância, sujeito a variações anuais, que aponta para riscos que não podem ser negligenciados no planejamento de políticas de cuidado e segurança infantil.

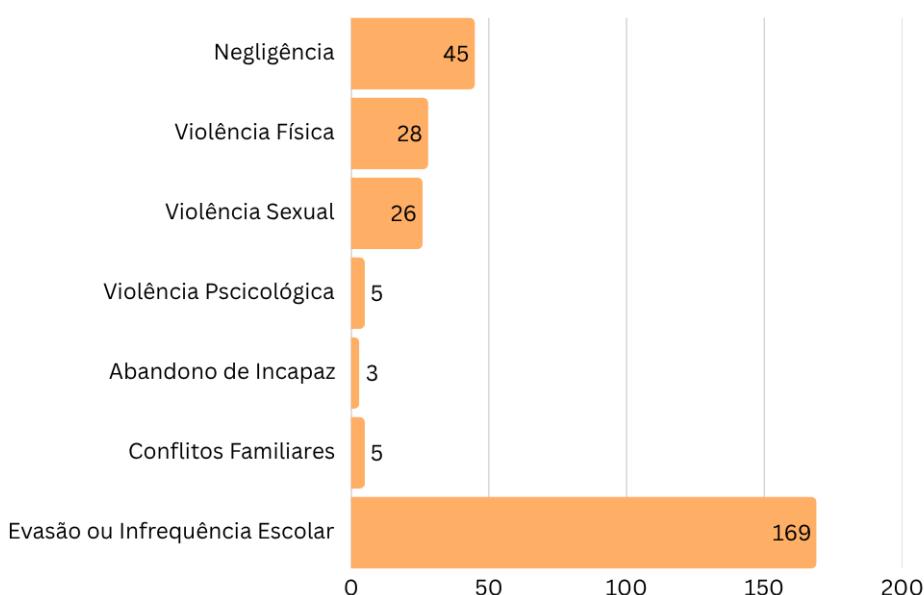
A vulnerabilidade social na Primeira Infância manifesta-se de forma intersetorial, refletindo na saúde, educação e bem-estar das crianças.

1.4.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tendo entre suas atribuições zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e aplicar as medidas de proteção previstas em lei. Localizado na Rua Sete de Setembro, nº 78, no Centro, o Conselho Tutelar de Biguaçu é composto por cinco conselheiras tutelares e atua em regime de plantão 24 horas, e conta com atendimento à população de todo o território municipal.

No período de abril a junho de 2025, o Conselho Tutelar registrou 507 atendimentos, abrangendo diversas situações de violação de direitos, conflitos familiares e demandas de proteção social. Entre os principais tipos de ocorrência, destacam-se negligência (45 casos), violência física (28), violência sexual (26), violência psicológica (5), abandono de incapaz (3) e conflitos familiares (5). Foram ainda registradas 169 ocorrências de evasão ou infrequência escolar, refletindo a necessidade de articulação contínua com a rede educacional para garantir o direito à educação.

Gráfico 15- Atendimentos do Conselho Tutelar de Abril a Junho de 2025

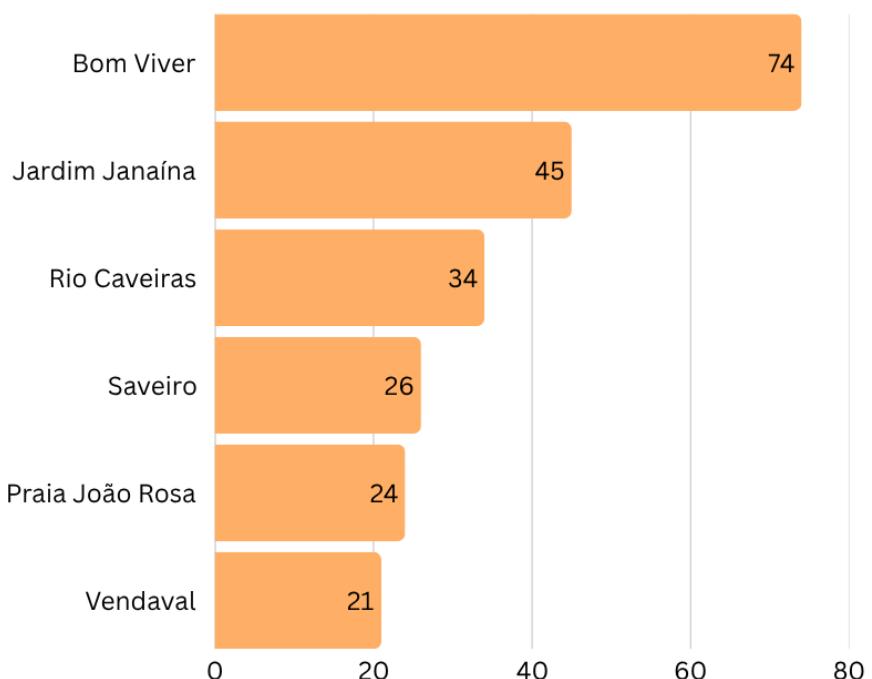


As ocorrências se distribuíram por diferentes bairros, com maior concentração nos territórios Bom Viver (74 atendimentos), Jardim Janaína (45), Rio Caveiras (34), Saveiro (26), Praia João Rosa (24) e Vendaval (21), o que demonstra a presença significativa de situações de vulnerabilidade em áreas periféricas do Município. Durante



o mesmo período, o Conselho realizou diversos encaminhamentos à rede de proteção, fortalecendo o caráter intersetorial de sua atuação: 54 encaminhamentos ao CREAS, 25 aos CRAS, 13 ao Poder Judiciário, 3 ao Ministério Público, além de outros para escolas, unidades de saúde e órgãos estaduais e municipais.

Gráfico 16-Índice de bairros com maior número de ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar



Esses dados evidenciam a importância do Conselho Tutelar como elo entre as famílias e os serviços públicos responsáveis pela garantia e defesa de direitos.

A atuação do órgão é fundamental para identificar e intervir precocemente em situações de risco, articulando medidas de proteção e responsabilização, conforme o previsto no artigo 136 do ECA. No entanto, o volume de atendimentos e a diversidade das demandas reforçam a necessidade de estrutura adequada e de integração permanente com as demais políticas públicas, especialmente Assistência Social, Educação, Saúde e Segurança Pública, a fim de assegurar uma resposta efetiva e humanizada às crianças, adolescentes e famílias em vulnerabilidade.



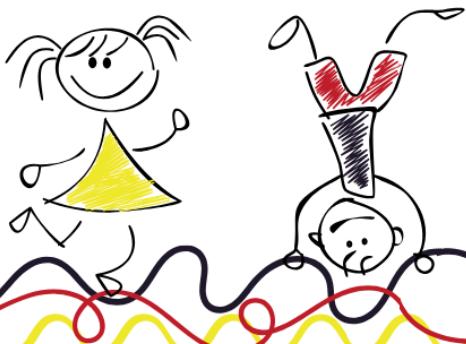
1.5 Cultura, Lazer e Meio Ambiente

A vida cultural e artística é parte essencial do desenvolvimento humano, especialmente na Primeira Infância, quando o contato com diferentes experiências, expressões e linguagens possibilita que as crianças integrem aprendizado, lazer e pertencimento comunitário. O acesso à cultura e aos espaços coletivos — como praças, bibliotecas e atividades culturais e esportivas amplia oportunidades de aprendizagem, fortalece vínculos sociais e estimula a convivência, permitindo que a infância seja vivida de forma plena e integrada à vida da cidade.

Em Biguaçu, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE, 2021), a estrutura cultural e esportiva inclui uma biblioteca pública municipal, um teatro ou sala de espetáculo, um centro cultural, um arquivo público ou centro de documentação, além de um ginásio e quatro instalações esportivas municipais. Entre os principais espaços culturais²⁰, destacam-se o Centro Cultural Casarão Born, localizado no centro da cidade, e o Museu Etnográfico Casa dos Aços, situado às margens da Baía Norte. Ambos resgatam a memória da povoação luso-teuto-brasileira e representam referências históricas e culturais do Município. Outro exemplo é a iniciativa Oficina das Artes, iniciativa de fomento e incentivo que, há cinco anos, oferece centenas de vagas gratuitas para crianças, adolescentes, adultos e idosos, em modalidades como teatro, dança, pintura e música.

No que se refere às áreas públicas de lazer, Biguaçu conta atualmente com 43 praças distribuídas em aproximadamente, 21 bairros. Entre eles, cinco (22,70%) estão localizados na região norte do Município (Areias de Cima, Cachoeira, Beira Rio, São Miguel e Tijuquinhas); quatro (18,20%) na região sul (Bom Viver, Jardim Janaína, Mar das Pedras e Morro da Bina); 10 (45,50%) na região central (Boa Vista, Centro, Fundos, Padro, Padro de Baixo, Praia João Rosa, Rio Caveiras, Saudade, Universitário e Vendaval); e um (4,5%) na porção oeste (Santa Catarina). Há ainda, duas (9,10%) localidades na Zona Rural: Sorocaba de Fora e Sorocaba do Sul. Observa-se que a maior concentração de praças está na região central de Biguaçu, que reúne quase metade dos bairros contemplados com esses equipamentos. Em contraste, a região oeste e a zona

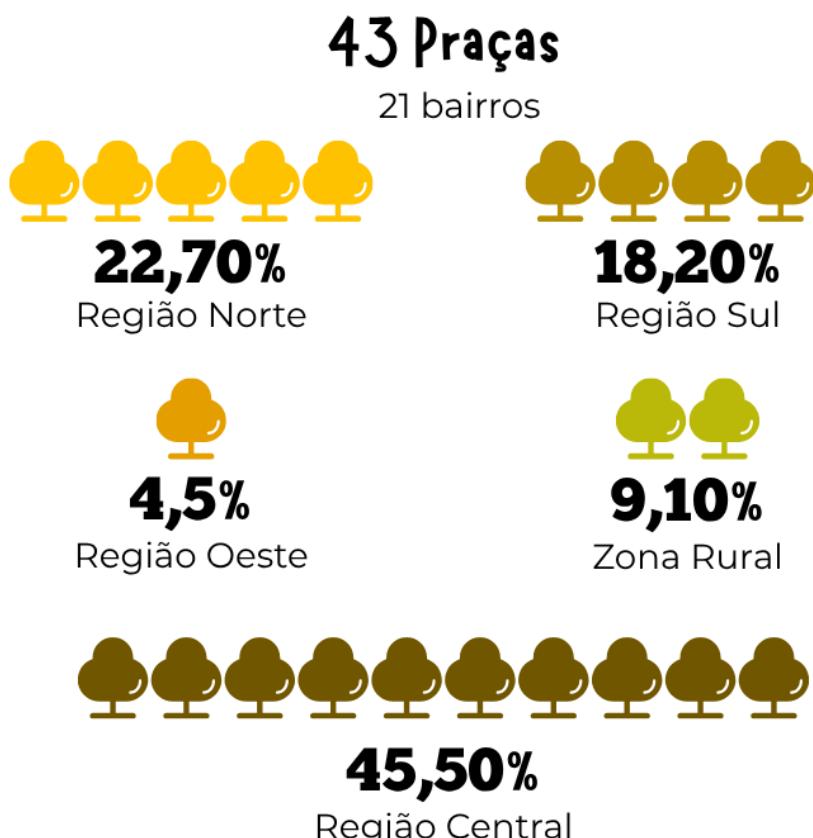
²⁰ A manutenção, conservação e segurança desses locais são de responsabilidade da municipalidade, com exceção do museu, que pertence à Fundação Catarinense de Cultura (FCC).





rural apresentam menor cobertura, o que evidencia a necessidade de ampliar a oferta de espaços de lazer e convivência nessas localidades.

Figura 20-Áreas de Lazer em Biguaçu



Esses espaços contribuem para a promoção da qualidade de vida e para o desenvolvimento da Primeira Infância, oferecendo ambientes de convivência e de contato com a natureza. No entanto, alguns deles necessitam de revitalização e investimentos para garantir acesso seguro, inclusivo e igualitário às crianças e suas famílias.

Além da infraestrutura física, o Município promove eventos culturais e recreativos de caráter temático, articulados ao calendário festivo. Entre eles estão a Páscoa na Praça, BigFest, Gincana Cultural Cidade de Biguaçu, Noite da Dança e Mostra de Dança e Natal, que incluem espetáculos, oficinas e apresentações interativas. Essas iniciativas, coordenadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, reforçam o acesso das crianças e da comunidade a experiências culturais diversificadas.



Embora Biguaçu não disponha de cinemas ou circos fixos, a existência de centros culturais, museus, bibliotecas, praças e eventos contribui para garantir o contato das crianças e de suas famílias com diferentes formas de expressão artística, lazer e esporte.

A integração entre cultura, lazer e infância deve ser entendida como uma estratégia de promoção do desenvolvimento integral, em que a cidade se torna também espaço educativo. Investir em bibliotecas, teatros, centros culturais, praças e ginásios significa ampliar oportunidades para que as crianças explorem, aprendam e convivam em ambientes coletivos. Esse processo contribui para reduzir desigualdades de acesso a bens culturais e reforça a ideia de que uma cidade pensada para as crianças é, ao mesmo tempo, uma cidade mais justa e acolhedora para todos.

Além dos aspectos relacionados à cultura e ao lazer, é igualmente fundamental considerar as condições ambientais, uma vez que os meios que as crianças frequentam influenciam de maneira decisiva sua saúde, seu bem-estar e seu desenvolvimento.

No caso da Educação Infantil, a infraestrutura escolar é um aspecto essencial para garantir ambientes seguros e saudáveis. Além da cobertura de água potável, é importante observar que, embora todas as escolas de Educação Infantil em Biguaçu estejam conectadas à rede pública de energia elétrica e recebam coleta de lixo comum, ainda há desafios na gestão de resíduos e no esgotamento sanitário. Dados do SIAB/DATASUS indicam que 58,5% das escolas estão conectadas à rede pública de esgoto, 25% utilizam fossa séptica, 12,5% fossa comum e 4% não possuem destinação adequada. Quanto ao manejo de resíduos sólidos, apenas 33% das escolas realizam separação de lixo e 12% adotam práticas de reciclagem, enquanto 58% não realizam qualquer tipo de tratamento, evidenciando a necessidade de ações educativas voltadas à sustentabilidade ambiental. Em contrapartida, 50% das escolas contam com áreas verdes e 54% mantêm hortas escolares, o que favorece o contato das crianças com a natureza e práticas pedagógicas voltadas à alimentação saudável.



Gráfico 17-Infraestrutura escolar quanto ao Esgotamento Sanitário

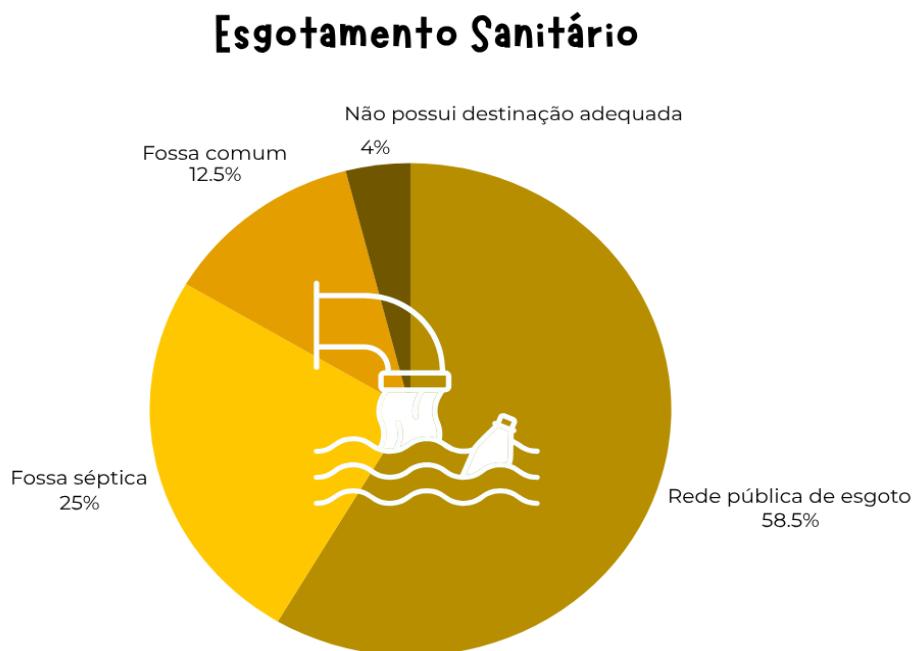


Gráfico 18-Infraestrutura escolar quanto ao Manejo de Resíduos Sólidos

Manejo de Resíduos Sólidos





Em Biguaçu, segundo o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2024), todas as 23 escolas que atendem crianças dessa etapa contam com fornecimento de água potável, sendo que apenas uma delas, da rede pública, utiliza abastecimento por poço artesiano, enquanto as demais estão ligadas à rede pública.

A questão do esgotamento sanitário revela desigualdades entre escolas. Entre as 23 unidades, 19 dispõem de sistemas considerados adequados: 13 (56,52%) estão conectadas à rede pública e 6 (39,13%) utilizam fossa séptica. Outras quatro escolas, todas da rede municipal, apresentam esgotamento inadequado, sendo três (13,04%) com fossa comum e uma sem sistema de esgoto.

Gráfico 19-Esgotamento sanitário entre as escolas de Biguaçu

19 dispõem de sistemas adequados de esgotamento



Conectadas à
Rede Pública



Fossa Séptica

SEM Sistema
de Esgoto

1

3

Fossa Comum

4 apresentam
esgotamento
inadequado

No que se refere ao serviço de coleta e tratamento de resíduos²¹, 10 escolas (43,48%) adotam práticas de separação, reciclagem e/ou reutilização. Por outro lado,

²¹ Fonte: <http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>





estima-se que aproximadamente 13 unidades (58%) não realizem o tratamento adequado, o que abre espaço para a elaboração de ações pedagógicas e ambientais voltadas à gestão sustentável dos resíduos. Também merece destaque a presença de áreas verdes e de cultivo: 11 escolas (47,83%) contam com gramados ou vegetação, enquanto 13 (56,52%) mantêm área de plantio ou hortas escolares. Esses espaços ampliam o contato das crianças com a natureza e possibilitam atividades pedagógicas voltadas à alimentação saudável e à educação ambiental.

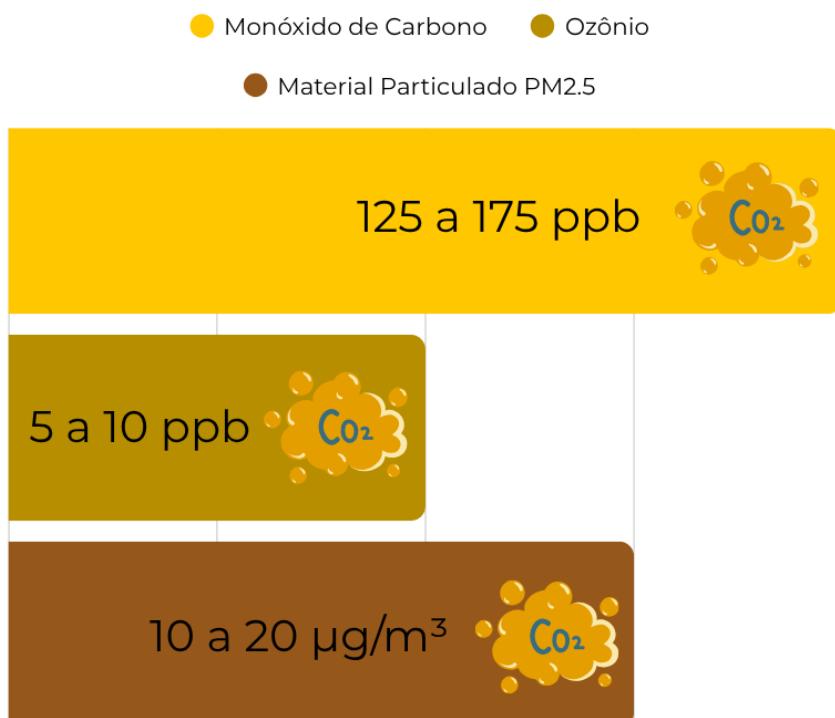
Esses dados escolares dialogam com a realidade domiciliar. O Censo Demográfico de 2022 aponta que 46,5% da população residente em domicílios particulares permanentes de Biguaçu vive em lares com esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa séptica ligada à rede. A leitura conjunta dos dados sugere que, embora o Município já garanta condições adequadas em boa parte dos espaços frequentados pelas crianças, persistem diferenças importantes no acesso ao saneamento e ao tratamento de resíduos, tanto entre escolas quanto nos domicílios. Cabe destacar que, até o momento, a indisponibilidade dos microdados do Censo Demográfico 2022 não permite calcular esses indicadores de saneamento de forma específica para crianças em idade de Primeira Infância, o que seria fundamental para refinar a análise.

Outro dado relevante refere-se à qualidade do ar, diretamente relacionada à saúde infantil, por seus efeitos em doenças como infecções do trato respiratório e outras enfermidades associadas a fatores ambientais.

A qualidade do ar em Biguaçu também se destaca positivamente. Segundo dados do CPTEC/INPE (2025), as concentrações de poluentes atmosféricos como monóxido de carbono (125 a 175 ppb), ozônio (5 a 10 ppb) e material particulado PM2.5 (10 a 20 $\mu\text{g}/\text{m}^3$) estão dentro dos padrões considerados bons, o que contribui para a saúde respiratória das crianças, especialmente na Primeira Infância. Além disso, dados do Ministério da Saúde (SVS/DATASUS) apontam que, nos últimos cinco anos (2020 a 2024), não foram registrados óbitos por doenças relacionadas à veiculação hídrica – como cólera, hepatite A, esquistossomose ou leptospirose – em crianças de 0 a 6 anos no Município. Esses indicadores reforçam os avanços na área ambiental e de saúde pública, embora persistam desigualdades que demandam atenção contínua.



Gráfico 20-Qualidade do ar em Biguaçu



De forma geral, o diagnóstico ambiental de Biguaçu evidencia avanços relevantes, como: (i) a universalização do acesso à água potável nas escolas, (ii) a presença de áreas verdes e hortas pedagógicas e (iii) a manutenção de níveis satisfatórios de qualidade do ar. Contudo, permanecem desafios relacionados à desigualdade no acesso ao saneamento e ao tratamento de resíduos, tanto em instituições de ensino quanto nos domicílios.



Escuta Qualificada





Escuta Qualificada

A escuta qualificada de crianças é um componente fundamental do **Plano Municipal pela Primeira Infância**, que reconhece o direito das crianças à participação na formulação das políticas que lhes dizem respeito e está alinhado ao artigo 4º do **Marco Legal da Primeira Infância** (Lei nº 13.257/2016).

Reconhecendo as crianças enquanto sujeitos de direitos e produtores de cultura, o Município de Biguaçu desenvolveu escuta qualificada com crianças no Centro de Educação Infantil (CEI), e com crianças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SVFV) para crianças e adolescentes.

Como parte desse processo, também foi realizada uma escuta com gestantes do Município, por meio de um questionário estruturado com o objetivo de compreender suas vivências, percepções e necessidades durante o período gestacional e os primeiros cuidados com a criança. Essa abordagem amplia o olhar sobre o cuidado integral, desde a gestação, fortalecendo a construção de políticas públicas mais sensíveis à realidade local.

As informações coletadas – tanto com crianças quanto com gestantes – foram sistematizadas e incorporadas neste diagnóstico situacional, oferecendo subsídios qualitativos relevantes para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes para a Primeira Infância em Biguaçu.

2.1 Escuta Qualificada com as crianças no CEI

Como parte das ações de escuta qualificada para a construção do **Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI)**, foi realizada uma série de atividades com as crianças do Grupo 5 do CEIM Cândido João de Aquino, localizado no bairro Vendaval, em Biguaçu.

As propostas pedagógicas, desenvolvidas entre os dias **21 e 30 de setembro de 2025**, com o objetivo de compreender as percepções, desejos e sugestões das crianças sobre o território onde vivem e estudam. Por meio de experiências lúdicas, passeios exploratórios e recursos digitais, as crianças foram incentivadas a expressar suas ideias sobre o bairro e a creche, revelando uma visão rica, afetiva e crítica do espaço que habitam. Essas contribuições são fundamentais para o planejamento de políticas públicas voltadas à Primeira Infância.





A escuta foi estruturada em três momentos principais:

- 1) uma atividade de leitura e construção simbólica do bairro, utilizando materiais lúdicos, inspirada no livro “O Bairro do Marcelo”;
- 2) um passeio exploratório pelas ruas do bairro Vendaval, com registros realizados pelas crianças em pranchetas; e
- 3) uma aula digital utilizando o Google Maps, permitindo às crianças revisitar os locais percorridos e ampliar sua compreensão do território.

As produções das crianças foram registradas por meio de anotações e fotografias, e posteriormente analisadas para integrar este diagnóstico situacional da Primeira Infância no Município. A seguir apresentamos as contribuições da escuta qualificada separadas de cada momento:

1) Leitura e Construção Simbólica do Bairro - 21/09/2025

- **Tipo de atividade:** Leitura do livro “O Bairro do Marcelo” (Ruth Rocha), seguida de construção simbólica com materiais lúdicos.
- **Metodologia:** As crianças foram estimuladas a identificar elementos do bairro retratado no livro e compará-los com os de seu próprio bairro. Em seguida, construíram representações simbólicas utilizando peças de madeira, brinquedos de encaixe e desenhos.
- **Achados:**
 - Desejo expressos pelas crianças: Inclusão de espaços como **praça com brinquedos, praia, piscina, cinema, sorveteria, livraria, açougue e biblioteca**.
 - Valorização de elementos afetivos: Representações como “**casas de amor e carinho**”, “**torres para todos que são de Jesus**”, “**moradias próximas entre amigos**”.
 - Reconhecimento de espaços existentes no bairro: **igreja, mercado, parquinho, lojas, estradas, campo de futebol**, foram identificados como parte do cotidiano das crianças.
 - Sugestões para a creche: Desejos como **bolo de chocolate, capuccino, guarda-volumes, balões no teto**, demonstrando o interesse das crianças por um ambiente acolhedor, lúdico e afetivo.

Figura 21- Escuta Qualificada 1



Figura 22- Escuta Qualificada 2

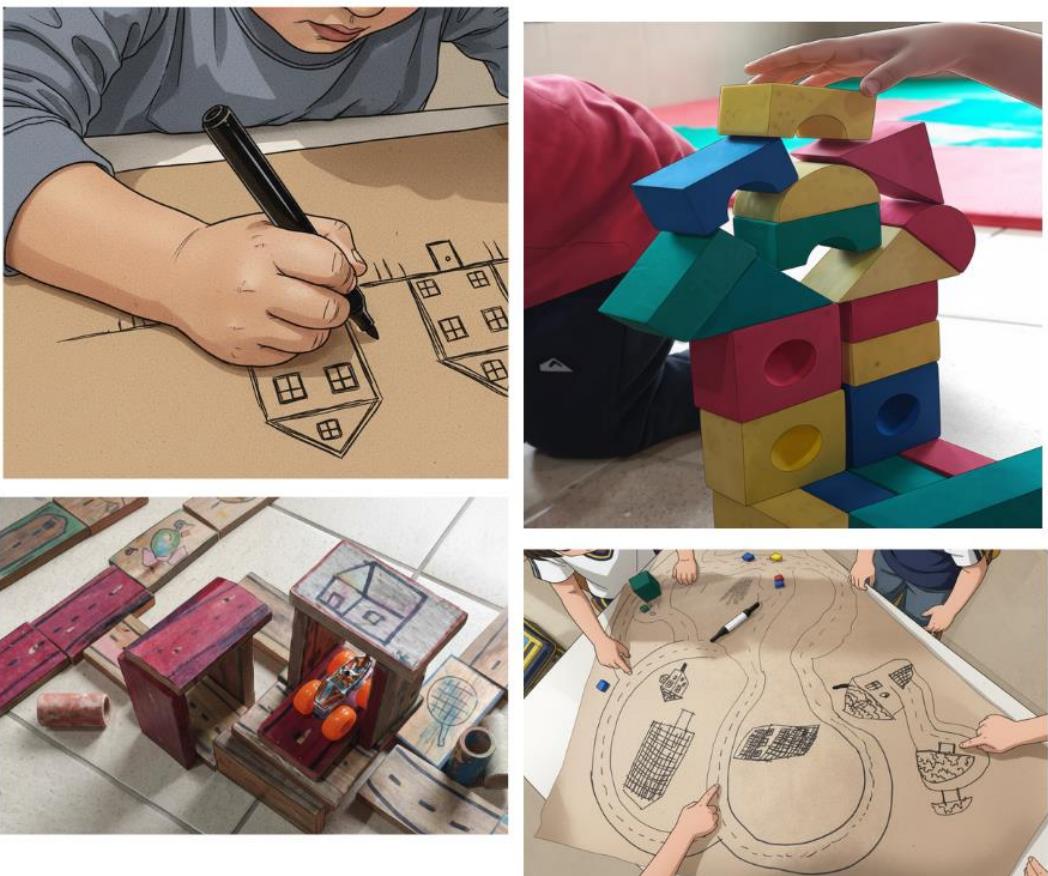
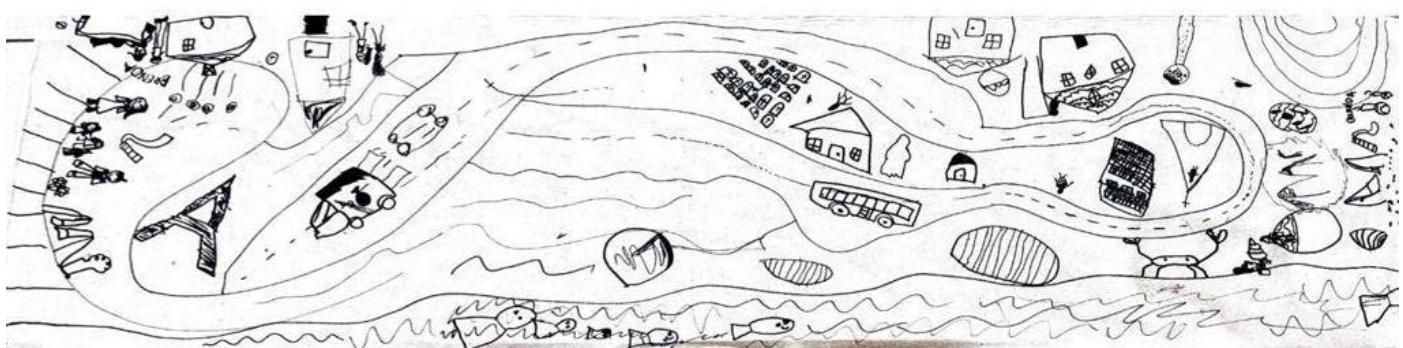


Figura 23- Escuta Qualificada 3





2) Passeio pelo Bairro Vendaval – 29/09/2025

- **Tipo de atividade:** Caminhada pelas ruas do bairro com registro em pranchetas pelas próprias crianças.

- **Percorso realizado:**

Igreja Santa Clara,
Floricultura,
Campo de futebol,
Padaria Marcelino,
Casa da Dona Naura,
Pet shop,
Salão de beleza,
Parque,
Casa da avó do Fabrício,
Escola Avelino Müller,
Posto de saúde.

- **Achados principais:**

- Descoberta de espaços desconhecidos: Algumas crianças demonstram surpresa ao conhecer locais como o **parque** e a **floricultura**, revelando a importância de atividades que ampliem o repertório de reconhecimento territorial.
- Valorização de comércios locais e vínculos afetivos: As crianças demonstraram reconhecimento e afeto por estabelecimentos e moradores do bairro, evidenciando a relação afetiva com o território.
- Registro espontâneo: Durante o percurso, as crianças realizaram desenhos e anotações espontâneas, expressando suas impressões sobre os espaços visitados.
- Expressão de sentimentos: Apesar do cansaço físico relatado por algumas crianças, a atividade foi marcada por **alegria, curiosidade e sentimento de pertencimento**, reforçando o valor pedagógico e emocional da vivência.

Figura 24-Escuta Qualificada Passeio pelo bairro

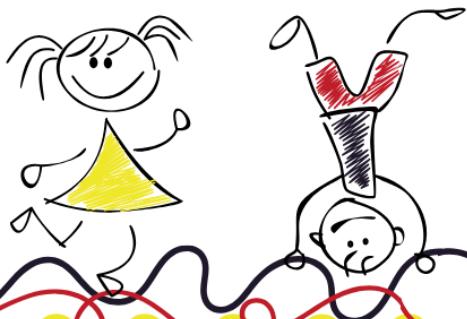


3) Exploração Digital com Google Maps – 30/09/2025

- **Tipo de atividade:** Revisão ao percurso do passeio utilizando o Google Maps, com mediação pedagógica.
- **Objetivo:** Fortalecer a memória afetiva e espacial das crianças sobre o território onde vivem e estudam, promovendo a reflexão sobre os espaços que compõem seu cotidiano.
- **Achados principais:**
 - Reconhecimento de ruas e comércios visitados: As crianças demonstraram familiaridade com os locais percorridos, reforçando a construção de vínculos com o território.
 - Reflexões sobre o que consideram **bonito no bairro**: Foram destacados espaços como o parquinho, floricultura, campo de futebol, revelando o olhar sensível das crianças para elementos estéticos e afetivos.
 - Identificação de **ausências no bairro**: As crianças apontaram a falta de biblioteca, livraria, sorveteria e açougue, expressando desejos por mais espaços de lazer, cultura e convivência.

- 
- Valorização da creche e sugestões de melhorias: A creche foi reconhecida como um espaço importante, e as crianças sugeriram melhorias que tornem o ambiente ainda mais acolhedor e divertido.

As atividades revelaram que as crianças possuem uma **visão sensível, criativa e crítica** sobre o território onde vivem. Elas expressaram desejos por espaços de lazer, cultura e convivência, além de melhorias na infraestrutura da creche. Esses achados reforçam a importância de **integrar a escuta infantil** na formulação de políticas públicas, reconhecendo as crianças como protagonistas na construção de uma cidade mais acolhedora, inclusiva e responsável às suas necessidades.





2.2 Escuta Qualificada com as crianças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes

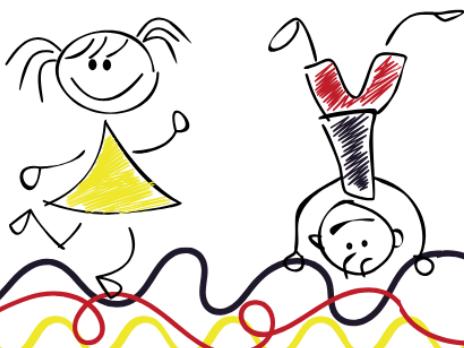
Com o objetivo de compreender suas vivências, vínculos afetivos, percepções sobre o cuidado, convivência e pertencimento das crianças atendidas no SCFV, foi realizada uma escuta qualificada com crianças de 6 a 9 anos. A atividade foi realizada no dia 09 de setembro de 2025, e contou com a presença da técnica de referência do serviço e da profissional de apoio pedagógico.

A metodologia adotada foi qualitativa, estruturada em dois momentos:

1. **Roda de conversa** com o tema “*Qual a cidade que eu tenho, e qual a cidade que eu quero*”, mediada por perguntas acessíveis à faixa etária e apoiada por vídeos introdutórios que estimularam a reflexão e o diálogo.
2. **Atividade lúdica e criativa**, na qual as crianças confeccionaram cartazes com o tema “*A cidade que eu quero*”, utilizando materiais diversos como jornais, papéis, tintas e colagens, com a liberdade total de expressão.

O ambiente foi cuidadosamente preparado para garantir segurança, conforto e estímulos adequados, com brinquedos, almofadas, livros e tatame. A intervenção dos adultos foi mínima, limitada à mediação e ao estímulo à participação, respeitando as expressões espontâneas das crianças.

As produções foram registradas por meio de anotações e fotografias, e posteriormente analisadas para compor este diagnóstico situacional da Primeira Infância no Município. A seguir apresentamos as contribuições da escuta qualificada separadas por área:





1. Educação



As crianças demonstraram apreço por algumas disciplinas, com destaque para as aulas de inglês e artes consideradas momentos prazerosos e estimulantes.

Relataram a presença significativa de crianças autista nas salas e sugeriram a criação de um “cantinho da calma” para acolher colegas em momentos de crise, demonstrando empatia e sensibilidade às necessidades dos outros. Foram registrados relatos preocupantes sobre comportamentos inadequadas de alguns professores, incluindo gritos, uso de palavrões e atitudes agressivas.

Um dos relatos destacou um episódio grave de violência verbal por parte de um professor, o que demanda atenção e apuração por parte da gestão escolar.

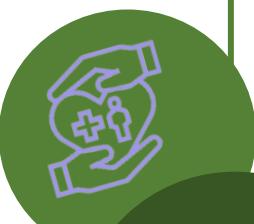
Sobre a estrutura escolar, as crianças sugeriram melhorias da escola como: Mais cores nos ambientes escolares, brinquedos e bolas adequadas para as atividades, balanços no espaço externo e liberdade para repetir a alimentação, quando desejado.

Também relataram desperdício de comida por outras crianças, o que impede, segundo elas, impedir que quem deseja repetir consiga se servir novamente, apontando para a necessidade de revisão nas práticas de distribuição e aproveitamento da alimentação escolar e verificação se isso é algo pontual em uma única escola e eventual ou recorrente e em todas as escolas.





2. Saúde



Durante a escuta qualificada, as crianças compartilharam percepções e vivências relacionadas aos serviços de saúde do Município.

Os principais achados foram:

Sugeriram a criação de salas separadas para adultos e crianças nas Unidades de Saúde.

Relataram a existência de pichações ofensivas nas UBS, atribuídas a adolescentes.

Sobre os hospitais, a maioria nunca estive em um hospital, mas os que foram relataram experiências negativas e sugeriram ambientes mais acolhedores.

Em relação à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), relataram a falta de profissionais e longas esperas, durante as quais as crianças ficam chorando ou incomodadas.

Sugeriram brinquedos nas salas de espera, como alternativa ao uso excessivo de celulares que foi apontado como uma preocupação. Demonstraram preocupação com o acolhimento de crianças autistas na UPA.

Duas crianças relataram experiências positivas com o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), por meio de familiares, reconhecendo a importância do cuidado com a saúde mental.

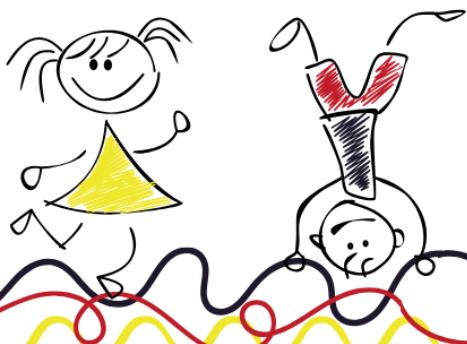


3. Convivência Familiar

Todas as crianças relataram morar com os pais e irmãos, sendo que algumas também convivem com outros familiares, como avós ou tios. Afirmaram sentir-se bem e seguras em casa, demonstrando vínculos afetivos positivos com seus cuidadores e familiares.

Um aspecto recorrente foi o com exceção de medo do escuro ao ir ao banheiro à noite, apontando para uma vivência comum na infância que pode ser acolhida com estratégias de cuidado e escuta.

As crianças afirmaram que não ficam sozinhas em casa; apenas quando as mães precisam sair rapidamente ou quando elas trabalham próximas.





4. Moradia

As crianças afirmaram gostar de suas casas, demonstrando vínculos afetivos com o lar. Entretanto, relataram limitações estruturais, como falta de quartos, camas e cobertas.

Alguns crianças dividem a cama com familiares, por não haver cama suficiente para todos.

Relataram sentir frio à noite, especialmente por não terem cobertas adequadas.

Foram mencionados diversos problemas relacionados aos banheiros das residências: relataram problemas como sujeira, tamanho reduzido, estrutura precária, com divisória caindo e falta de mais unidades de banheiro na casa que é dividida com muitas pessoas.

Um relato indicou que, em caso de emergência, pode ser necessário fazer as necessidades fora do banheiro, por falta de acesso imediato.

Relataram também a falta de água quente e problemas com energia elétrica, o que pode afetar o conforto e a segurança no ambiente doméstico





Relataram que comem em casa, na escola, no SCFV e, ocasionalmente em restaurantes.

Citaram alimentos como arroz, feijão, carne, frango, batata, salada e frutas.

Algumas crianças disseram que nem sempre há variedade, e que carne e feijão são os itens que mais faltam.

Um relato chamou atenção para a falta comida em casa em determinados dias, evidenciando situação de insegurança alimentar.



6. Cidade e Espaço Público

As crianças relataram que gostam de ir à praia, praças e ao centro da cidade, locais associados ao lazer e à convivência com amigos e familiares.

Um dos aspectos que mais incomodam as crianças é a presença de lixo nas ruas, o que afeta a percepção de cuidado e limpeza dos espaços públicos, como algo que incomoda.

Relataram que os parquinhos próximos de suas casas não são bons e que faltam atrações infantis.

Mencionaram o Parque da Lagoa do Amilton, mas disseram que há pouco o que fazer e expressaram medo de animais como os jacarés. Relataram que adolescentes frequentam praças à noite para usar drogas e fazer pichações, o que gera insegurança e afasta as famílias desses espaços.

Sugeriram melhorias nos parquinhos e mercados mais próximos de suas casas.

Demonstraram preocupações com a segurança nos bairros, embora sem detalhamento.



7. Assistência Social

As crianças relataram experiências positivas com os serviços socioassistenciais, especialmente com o CRAS e SCFV. O SCFV foi citado como o serviço mais presente no cotidiano das crianças, sendo valorizado como espaço de convivência, acolhimento e atividades. Apesar da valorização do SCFV, apontaram necessidades de melhoria na infraestrutura física e nos materiais disponíveis. Os CRAS foram percebidos como referência no acolhimento, o que reforça a importância da sua atuação continua e qualificada. As crianças, mesmo sem compreender tecnicamente os serviços dos CRAS, expressaram a necessidade dos gestores para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços. As falas das crianças reforçam a política de assistência social como essencial par a proteção integral, o fortalecimento de vínculos familiares e a prevenção de situações de vulnerabilidade.



Escuta Materna: Percepções e vivências na gestação





Escuta Materna: Percepções e vivências na gestação

Como parte da escuta qualificada a Comissão de Escuta Qualificada realizou uma ação específica voltada à escuta de gestantes, puérperas (mulheres que tiveram filhos há menos de 45 dias) e mães de crianças com até um ano de idade. Essa etapa teve como objetivo captar, por meio da perspectiva dessas mulheres, as necessidades e desejos que dizem respeito ao cuidado e ao desenvolvimento de seus filhos, reconhecendo-as como porta-vozes legítimas das demandas da Primeira Infância.

A escuta foi realizada por meio de um formulário digital, disponibilizado via Google Forms, entre os dias 08 a 18 de setembro de 2025 e contou com a participação de 14 mulheres. O link foi compartilhado com o grupo de gestantes e puérperas do Município por meio de aplicativo de mensagens, além de ter sido divulgado por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS), ampliando o alcance da iniciativa.

Todas as respostas foram coletadas de forma anônima, garantindo o sigilo das participantes e respeitando os princípios éticos da escuta qualificada.

Em relação ao perfil das respondentes: 64,3% (9 mulheres) estavam gestantes no momento da escuta, sendo que a maioria se encontrava no segundo trimestre gestacional, entre 14 e 27 semanas. A maior parte das participantes (10 mulheres) já possui um filho ou está vivenciando a maternidade pela primeira vez, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas ao acolhimento e à orientação nesse período inicial da vida da criança.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde:

- Todas as participantes (100%) utilizam o serviço público de saúde como principal fonte de atendimento.
- 3 mulheres (21,4%) também recorre à rede privada, especialmente para complementar o acompanhamento pré-natal.
- Sobre o número de consultas realizadas durante o pré-natal:
 - 57,1% (8 mulheres) afirmaram ter realizado mais de 8 consultas, o que está acima do mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), demonstrando um acompanhamento gestacional adequado para a maioria.



A seguir, são apresentados os principais pontos identificados, organizados por áreas temáticas, que podem subsidiar a construção de ações estratégicas no Plano da Primeira Infância:

Educação Infantil

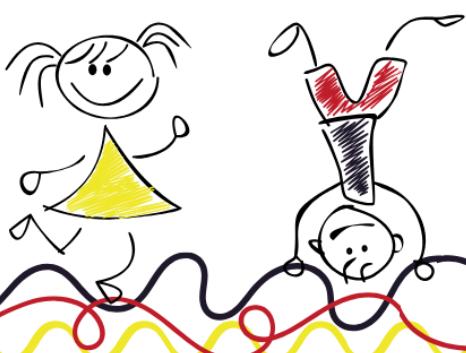
- Informação e prevenção: As participantes destacaram a importância de palestras nas escolas sobre saúde física, mental e sexual, com foco na prevenção de doenças e proteção contra abusos.
- Ações educativas: Sugestões incluem dinâmicas escolares que envolvam crianças e adolescentes, com linguagem acessível e envolvente.
- Participação familiar: Foi ressaltada a necessidade de ações que envolvam famílias, comunidade e escola, promovendo o autocuidado desde a infância.

Saúde

- Acesso e qualidade no pré-natal: Apesar da maioria das gestantes ter efetuados consultas de pré-natal, indicando bom acompanhamento, algumas relataram dificuldades como demora em exames, falta de acolhimento e ausência de materiais básicos, como a caderneta da gestante.
- Serviços de saúde infantil: Houve reconhecimento positivo da maternidade local e da atenção básica, mas também foram apontadas falhas no atendimento pediátrico, falta de medicamentos, e dificuldade de acesso a consultas.
- Promoção à saúde: As mães sugerem mais campanhas de vacinação, divulgação sobre acompanhamento infantil, e reuniões informativas com profissionais de saúde.
- Saúde mental e apoio às mães: Algumas participantes mencionaram a necessidade de psicólogos e apoio emocional, além de respeito e acolhimento nos atendimentos.

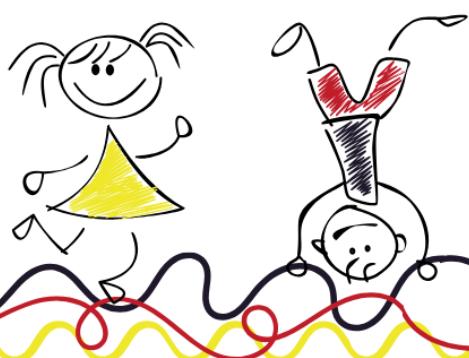
Infraestrutura e Serviços Públicos

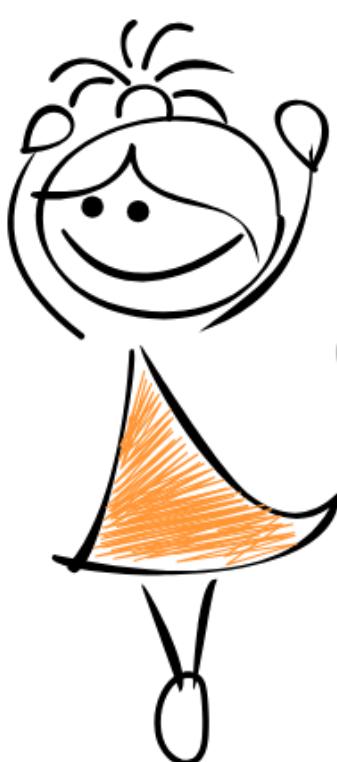
Continuidade de profissionais: Foi apontada a importância de manter os profissionais de saúde nas unidades, evitando trocas frequentes que afetam a qualidade do vínculo e do atendimento.





Espaços adequados: Embora não detalhado, a escuta sugere a necessidade de ambientes públicos preparados para acolher mães e crianças, com estrutura adequada para atendimentos e ações de promoção à saúde.





Contribuições da Consulta Pública



Contribuições da Consulta Pública

Além da escuta qualifica com crianças e gestantes, para a elaboração deste **Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)** do Município de Biguaçu, realizamos uma consulta pública entre os dias **18 de julho e 19 de agosto de 2025**, ouvindo a comunidade local, para identificar as principais demandas, percepções e propostas relacionadas à Primeira Infância.

A consulta pública mobilizou a população a contribuir com sugestões escritas, totalizando **148 manifestações** que foram sistematizadas e analisadas por meio da **metodologia da Análise de Conteúdo**, conforme os princípios estabelecidos por Krippendorff (2018). Essa abordagem combinou técnicas **quantitativas**, como análise lexical e estatísticas de frequência de termos, com **procedimentos qualitativos**, como categorização temática e interpretação contextual das contribuições. O Relatório completo da consulta pública pode ser acessado por esse link: <https://www.udesc.br/esag/callipolis/pmpi>

Elaboramos uma nuvem de palavras que sintetiza visualmente os termos mais frequentes nas manifestações da população, evidenciando a centralidade de temas como crianças, educação, atendimento, saúde e famílias.

Figura 25- Nuvem de Palavras das Sugestões para o PMPI de Biguacu





As sugestões foram organizadas em cinco eixos temáticos, correspondentes aos Grupos de Trabalho (GTs) instituídos para a construção do PMPI: **Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Cultura, Lazer e Meio Ambiente**. Além disso, foram identificados **achados transversais** que perpassam todas as áreas, revelando preocupações sistêmicas da comunidade, como a inclusão de crianças com deficiência e neurodivergentes, a desigualdade territorial no acesso a serviços, a demanda por qualificação profissional e o engajamento cidadão.

A seguir, são apresentados os principais resultados da consulta pública, organizados por eixo temático e complementados por uma análise dos achados transversais que emergiram do conjunto das contribuições.

1. Educação

A comunidade apresentou 46 sugestões, com foco em dois grandes eixos:

- Acesso: Forte demanda por ampliação de vagas em Centros de Educação Infantil Municipal (CEIMs), especialmente em bairros como Três Riachos, Vendaval e Praia João Rosa.
- Qualidade: Preocupações com infraestrutura, segurança, formação continuada de profissionais, apoio especializado (como psicólogos e atendimento a crianças com TEA), qualidade nutricional e atividades no contraturno.

2. Saúde

Foram recebidas 54 sugestões, organizadas em quatro eixos principais:

- Acesso a serviços: Longas esperas para consultas e exames, com destaque para a necessidade de mais laboratórios e agilidade no atendimento.
- Especialização: Carência de profissionais como neuropediatras, psicólogos e fonoaudiólogos, especialmente para crianças com TEA.
- Humanização: Críticas à qualidade do atendimento e à falta de continuidade em serviços como o CAPS.
- Prevenção: Propostas de mutirões, campanhas educativas e presença de profissionais de saúde nas escolas.



3. Assistência Social

Com 18 contribuições, este eixo revelou alto nível de conhecimento sobre o SUAS:

- Infraestrutura: Propostas para criação de novos CRAS e CREAS, além de equipes volantes para áreas rurais e periféricas.
- Prevenção à violência: Forte demanda por capacitação em “escuta especializada” para profissionais da rede, campanhas educativas e fortalecimento do Conselho Tutelar.

4. Segurança Pública

Apesar de contar com apenas 9 sugestões, o conteúdo foi altamente elaborado:

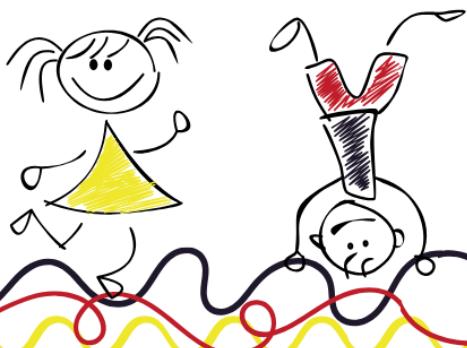
- Ambiente institucional: Propostas de instalação de câmeras, aumento de seguranças e programas educativos como o Proerd Kids.
- Espaço urbano: Demandas por infraestrutura viária segura, fiscalização de trânsito e mobilidade infantil protegida.

5. Cultura, Lazer e Meio Ambiente

Com 23 sugestões, este eixo destacou duas dimensões:

- Infraestrutura: Criação e revitalização de praças, parques e quadras, com atenção à acessibilidade.
- Conteúdo cultural: Propostas de atividades artísticas, oficinas, festivais e inclusão de temas como cultura oceânica e diversidade étnica nos currículos.

Para além das contribuições específicas de cada Grupo de Trabalho, a análise da consulta pública revelou quatro grandes temas transversais que perpassam todas as áreas abordadas. Esses achados refletem uma compreensão profunda e articulada da comunidade sobre os desafios da Primeira Infância em Biguaçu, evidenciando demandas que exigem respostas intersetoriais, estruturadas e sensíveis às realidades locais. A seguir, apresentamos os principais achados:



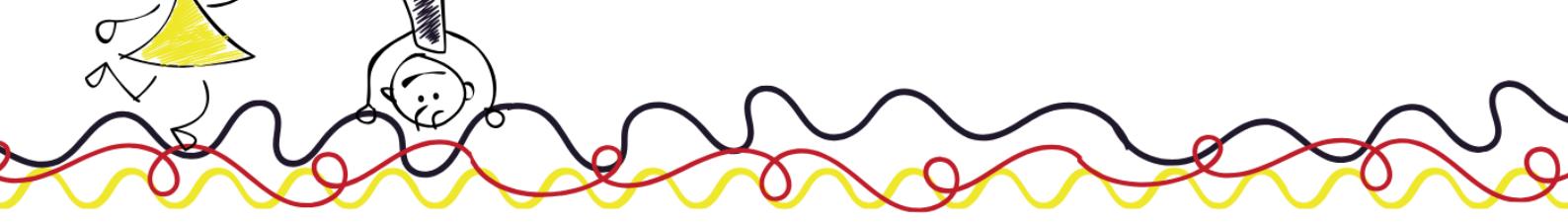


I. Centralidade da Criança com Deficiência e/ou Neurodivergente

A inclusão de crianças com deficiência e neurodivergentes, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi uma preocupação recorrente em todos os eixos. A comunidade clama por:

- Diagnóstico precoce e acesso a terapias especializadas (neuropediatria, psicologia, fonoaudiologia).
- Formação específica de profissionais da educação para lidar com as necessidades dessas crianças.
- Infraestruturas acessíveis, como brinquedotecas sensoriais e praças adaptadas para cadeirantes.

Esse achado revela um desejo coletivo por uma rede de apoio integrada e qualificada, que garanta o pleno desenvolvimento e inclusão dessas crianças.



II. Geografia da Desigualdade: Centro vs. Bairros

As contribuições evidenciam uma desigualdade territorial marcante no acesso a serviços e infraestrutura:

- Bairros periféricos e zona rural demandam a criação de CEIMs, espaços de lazer e unidades de saúde.
- Moradores do centro apresentam propostas mais estruturadas e programáticas, indicando maior acesso à informação e serviços.

Esse contraste aponta para a necessidade de políticas públicas territorializadas, que corrijam as disparidades históricas e promovam equidade no atendimento à Primeira Infância.

III. Visão Intersetorial e Qualificação Profissional

A comunidade demonstra uma compreensão integrada das políticas públicas, conectando áreas como saúde, educação, assistência social e segurança:

- Propostas como presença de enfermeiros nos CEIMs, formação em escuta especializada para todos os profissionais que lidam com crianças, e ações conjuntas entre setores são recorrentes.

- 
- A qualificação profissional é vista como elemento-chave para garantir a efetividade das políticas e o acolhimento adequado das demandas infantis.

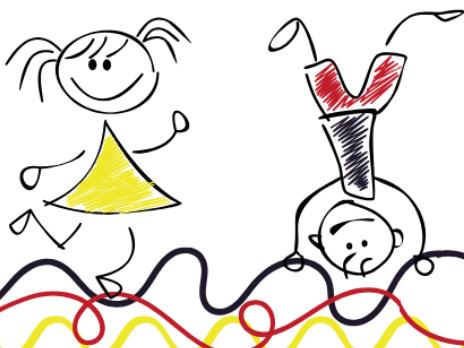
Esse achado reforça a importância de formações continuadas e intersetoriais, além da valorização dos profissionais que atuam na Primeira Infância.

IV. O Cidadão Propositor e o Voluntariado Técnico

A consulta revelou um perfil de participante que vai além da simples demanda por serviços: o cidadão propositor, que oferece soluções e se dispõe a colaborar com o poder público:

- Propostas estruturadas de projetos, como oficinas culturais, educação para o consumo consciente e inclusão da cultura oceânica nos currículos.
- Ofertas de voluntariado técnico, como aulas de yoga, consultorias pedagógicas e apoio à implementação de metodologias sociais.

Esse engajamento cívico representa um capital social valioso, que pode ser mobilizado para fortalecer a execução do PMPI e consolidar uma cultura de participação ativa e colaborativa.





Ações Finalísticas e Ações Meio: Educação Infantil





5. 1. EXPANSÃO DA OFERTA E QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO

5.1.1 Universalizar o acesso à Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos no município de Biguaçu, por meio da ampliação da rede de creches e da diversificação das formas de atendimento.

Justificativa

O diagnóstico aponta que, em 2024, Biguaçu possui uma taxa bruta de matrícula em creches de 35,2%, abaixo da média nacional (41,2%) e estadual (53,3%). Para atingir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 50% de atendimento para essa faixa etária, seriam necessárias 588 novas vagas, e 719 vagas para alcançar a média estadual.

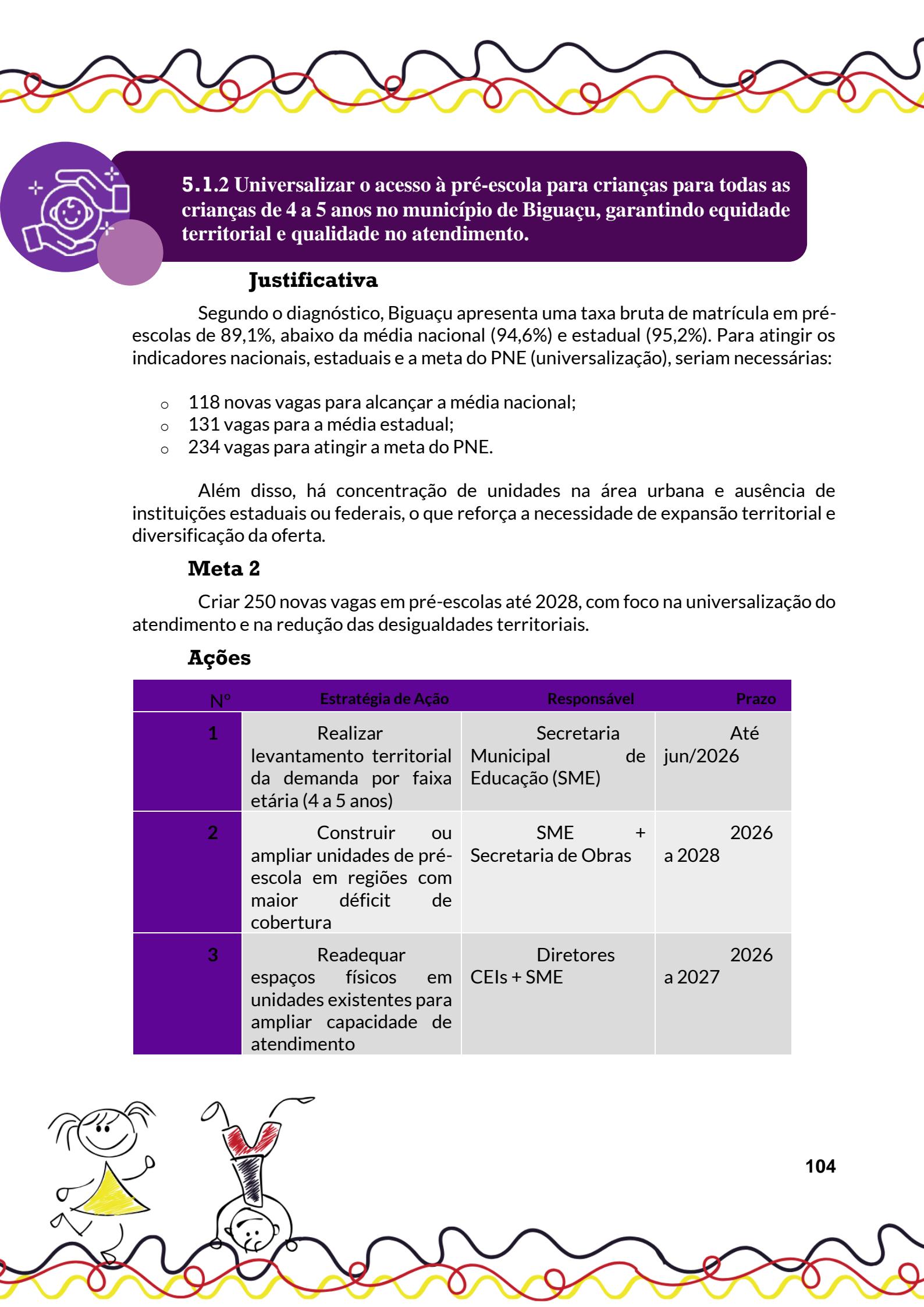
Além disso, há concentração de unidades na área urbana e ausência de creches estaduais ou federais, o que reforça a necessidade de expansão territorial e diversificação da oferta. A rede municipal é predominante, mas ainda insuficiente para atender toda a demanda.

Meta 1

Garantir atendimento a 100% das crianças de 0 a 3 anos em creches até 2030

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar levantamento demográfico e territorial da população de 0 a 3 anos	Secretaria Municipal de Educação (SME)	Até jun/2026
2	Planejar expansão da rede com base em dados populacionais e demanda por bairro	Secretaria Municipal de Educação (SME)	Até dez/2026
3	Construir novas unidades de creche em regiões com maior déficit de cobertura	SME + Secretaria de Obras	2026 a 2030
4	Estabelecer parcerias com instituições privadas e comunitárias para atendimento	SME + Procuradoria Geral do Município	2026 a 2028
5	Readequar espaços físicos em unidades existentes para ampliar capacidade de atendimento	Diretores CEIs + SME	2026 a 2028
6	Garantir financiamento público e captação de recursos para expansão da rede	SME + Secretaria de Finanças + Gabinete do Prefeito	2025 a 2027
7	Monitorar anualmente a taxa de cobertura e ajustar metas conforme crescimento populacional	SME + Equipe técnica de planejamento educacional	Início em 2025 - anual



5.1.2 Universalizar o acesso à pré-escola para crianças para todas as crianças de 4 a 5 anos no município de Biguaçu, garantindo equidade territorial e qualidade no atendimento.

Justificativa

Segundo o diagnóstico, Biguaçu apresenta uma taxa bruta de matrícula em pré-escolas de 89,1%, abaixo da média nacional (94,6%) e estadual (95,2%). Para atingir os indicadores nacionais, estaduais e a meta do PNE (universalização), seriam necessárias:

- 118 novas vagas para alcançar a média nacional;
- 131 vagas para a média estadual;
- 234 vagas para atingir a meta do PNE.

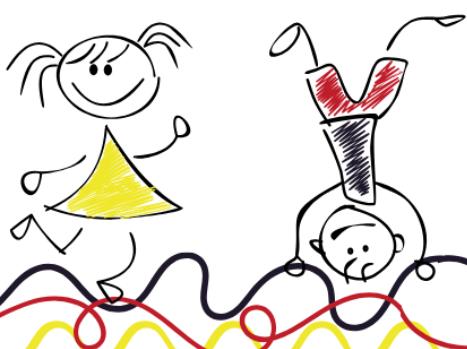
Além disso, há concentração de unidades na área urbana e ausência de instituições estaduais ou federais, o que reforça a necessidade de expansão territorial e diversificação da oferta.

Meta 2

Criar 250 novas vagas em pré-escolas até 2028, com foco na universalização do atendimento e na redução das desigualdades territoriais.

Ações

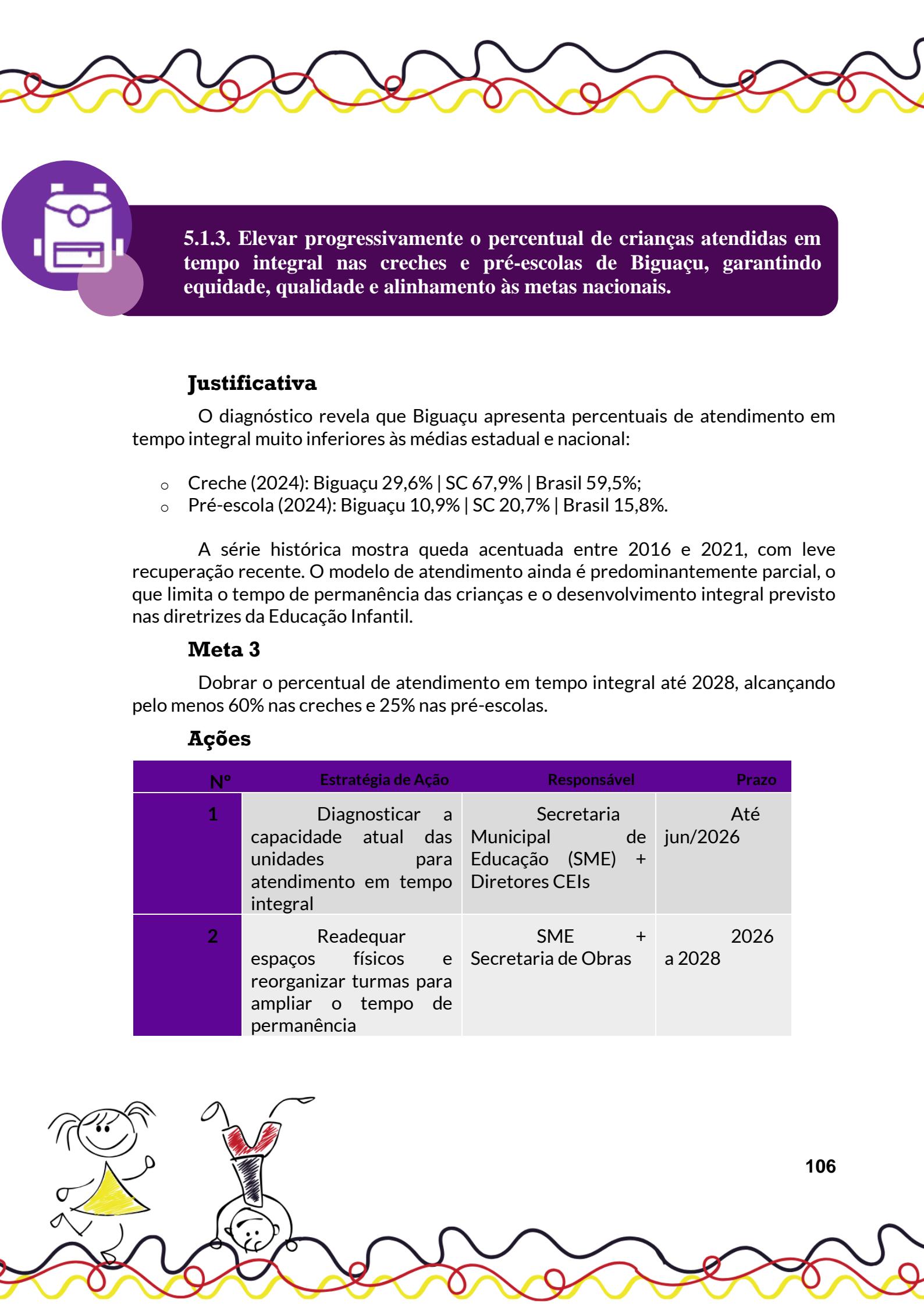
Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar levantamento territorial da demanda por faixa etária (4 a 5 anos)	Secretaria Municipal de Educação (SME)	Até jun/2026
2	Construir ou ampliar unidades de pré-escola em regiões com maior déficit de cobertura	SME + Secretaria de Obras	2026 a 2028
3	Readequar espaços físicos em unidades existentes para ampliar capacidade de atendimento	Diretores CEIs + SME	2026 a 2027





4	Estabelecer parcerias com instituições privadas e comunitárias para atendimento	SME + Procuradoria do Município	2026 a 2027
5	Garantir financiamento público e captação de recursos para expansão da rede	SME + Secretaria de Finanças + Gabinete do Prefeito	2025 a 2027
6	Monitorar anualmente a taxa de cobertura e ajustar metas conforme crescimento populacional	SME + Equipe técnica de planejamento educacional	Início em 2025 - anual





5.1.3. Elevar progressivamente o percentual de crianças atendidas em tempo integral nas creches e pré-escolas de Biguaçu, garantindo equidade, qualidade e alinhamento às metas nacionais.

Justificativa

O diagnóstico revela que Biguaçu apresenta percentuais de atendimento em tempo integral muito inferiores às médias estadual e nacional:

- Creche (2024): Biguaçu 29,6% | SC 67,9% | Brasil 59,5%;
- Pré-escola (2024): Biguaçu 10,9% | SC 20,7% | Brasil 15,8%.

A série histórica mostra queda acentuada entre 2016 e 2021, com leve recuperação recente. O modelo de atendimento ainda é predominantemente parcial, o que limita o tempo de permanência das crianças e o desenvolvimento integral previsto nas diretrizes da Educação Infantil.

Meta 3

Dobrar o percentual de atendimento em tempo integral até 2028, alcançando pelo menos 60% nas creches e 25% nas pré-escolas.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Diagnosticar a capacidade atual das unidades para atendimento em tempo integral	Secretaria Municipal de Educação (SME) + Diretores CEIs	Até jun/2026
2	Readequar espaços físicos e reorganizar turmas para ampliar o tempo de permanência	SME + Secretaria de Obras	2026 a 2028





3	Construir novas unidades com estrutura adequada para tempo integral	SME + Secretaria de Obras	2026 a 2028
4	Estabelecer parcerias com instituições privadas e comunitárias para oferta integral	SME Procuradoria do Município + Geral	2026 a 2027
5	Garantir financiamento público e captação de recursos para expansão da oferta integral	SME + Secretaria de Finanças + Gabinete do Prefeito	2025 a 2027
6	Monitorar anualmente os indicadores de tempo integral por faixa etária e região	SME + Equipe técnica de planejamento educacional	Início em 2025 - anual





3 BOA SAÚDE
E BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



13 COMBATE ÀS
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS



5.2. QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA E CURRÍCULO INCLUSIVO



5.2.1 Qualificar os profissionais da Educação Infantil para o desenvolvimento de um currículo mais flexível e adaptado para atender a diversidade das crianças na Educação Infantil

Justificativa

O diagnóstico evidencia que Biguaçu possui uma rede consolidada de unidades de Educação Infantil, com profissionais altamente qualificados (mais de 93% com ensino superior). No entanto, há desafios relacionados à equidade territorial, inclusão, tempo integral e diversidade pedagógica.

A implementação de um currículo específico para a Primeira Infância é essencial para garantir que o atendimento educacional respeite as etapas do desenvolvimento infantil, promova a escuta ativa das crianças, valorize a diversidade sociocultural e assegure práticas pedagógicas significativas.

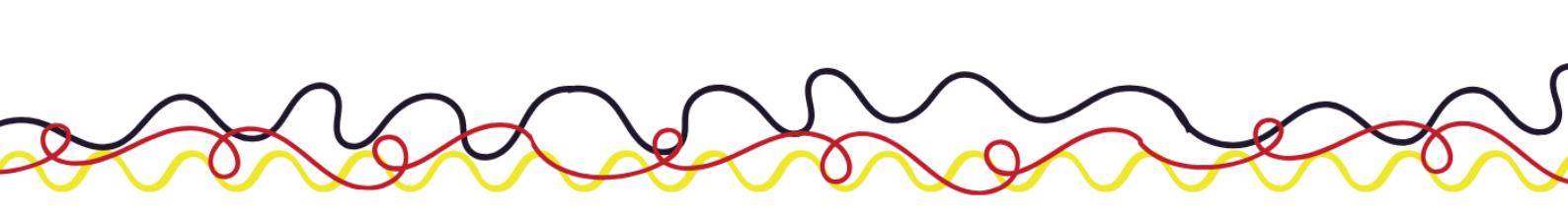
Essa ação está alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às metas do PNE que tratam da qualidade da Educação Infantil e da formação docente.

Meta 1

Adaptar e implementar o currículo da Educação Infantil de forma flexível e inclusiva em todas as unidades até 2027, promovendo a formação continuada dos profissionais e o acompanhamento pedagógico sistemático.

Ações





Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Revisar e adaptar o currículo municipal da Educação Infantil às diretrizes da BNCC	SME + Coordenação Pedagógica	Até dez/2025
2	Realizar formações continuadas sobre o currículo e práticas pedagógicas da Primeira Infância	SME	2025 a 2027
3	Implantar projetos pedagógicos territoriais que valorizem a cultura local e a escuta das crianças	SME + Direções escolares CEIs	2026 a 2027
4	Monitorar a implementação do currículo com visitas técnicas e avaliação pedagógica	SME + Equipe técnica de planejamento educacional	Início em 2026 - semestral
5	Produzir e distribuir materiais pedagógicos alinhados ao currículo	SME + Coordenação de Educação Infantil	2026 a 2027



5.2.2. Garantir o acesso universal ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil de Biguaçu, com estrutura adequada, formação docente específica e materiais pedagógicos inclusivos.

Justificativa

O diagnóstico aponta que Biguaçu atende 206 crianças com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou altas habilidades, distribuídas em 21 unidades (16 creches e 19 pré-escolas). Todas estão matriculadas em classes comuns, conforme a legislação vigente. No entanto, o documento destaca que o AEE ainda é deficitário, com ausência de dados sobre o número de professores especializados e baixa presença de materiais pedagógicos inclusivos:

- Apenas 1 unidade possui materiais indígenas;
- 5 unidades têm materiais para relações étnico-raciais;
- 7 unidades possuem materiais para educação especial.

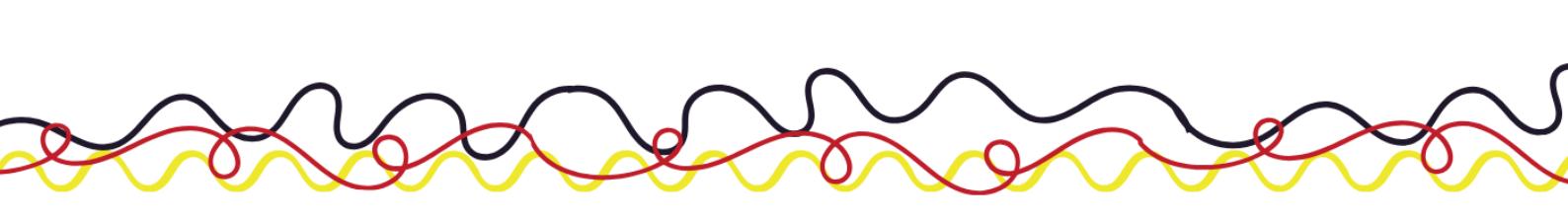
Esses dados evidenciam a necessidade de fortalecer a estrutura de apoio especializado, garantindo inclusão plena e equidade no atendimento.

Meta 2

Implantar Atendimento Educacional Especializado em 100% das unidades de Educação Infantil até 2028, com equipe capacitada e materiais pedagógicos inclusivos.

Ações

Nº	Ação	Estratégia de	Responsável	Prazo
1	Levantar o número atual de professores de AEE e diagnosticar lacunas de atendimento		SME + Coordenação de Educação Inclusiva	Até jun/2026



2	Criar cargos e contratar professores especializados em AEE	SME + Secretaria de Administração	2026 a 2028
3	Oferecer formação continuada específica para docentes e equipes de apoio	SME	Início em 2025 - anual
4	Adquirir e distribuir materiais pedagógicos inclusivos em todas as unidades	SME + Coordenação Pedagógica	2026 a 2027
5	Implantar salas de recursos multifuncionais nas unidades com maior demanda	SME	2026 a 2028
6	Monitorar anualmente o número de crianças atendidas e a qualidade do serviço	SME + Equipe técnica de planejamento educacional	Início em 2025 - anual





5.2.3. Promover o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil em Biguaçu, assegurando que todas as crianças vivenciem experiências lúdicas, criativas e significativas que favoreçam seu desenvolvimento integral.

Justificativa

O diagnóstico aponta que todas as 23 unidades de Educação Infantil de Biguaçu possuem parque infantil e brinquedos pedagógicos, o que demonstra um compromisso com o brincar. No entanto, apenas 10 unidades possuem biblioteca ou sala de leitura, e há baixa presença de materiais que promovam a diversidade sociocultural.

O brincar é reconhecido pela BNCC como uma das bases da Educação Infantil, sendo essencial para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças. Valorizar o brincar é garantir que a infância seja respeitada em sua essência, com espaços, tempos e materiais adequados.

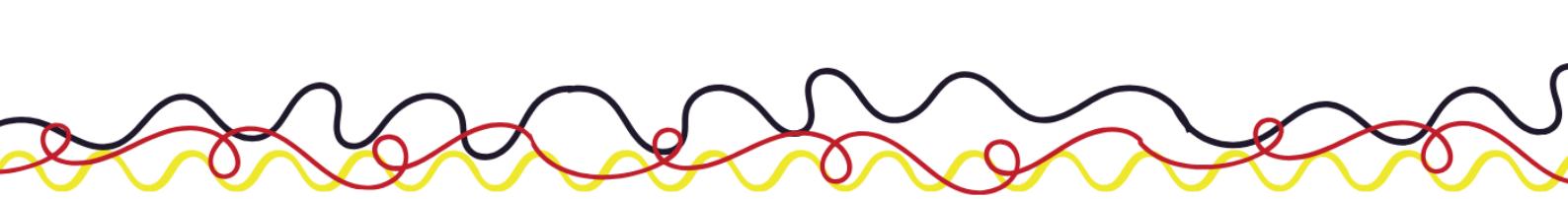
Meta 3

Assegurar que 100% das unidades de Educação Infantil desenvolvam práticas pedagógicas centradas no brincar até 2026, com formação docente e qualificação dos ambientes.

Ações

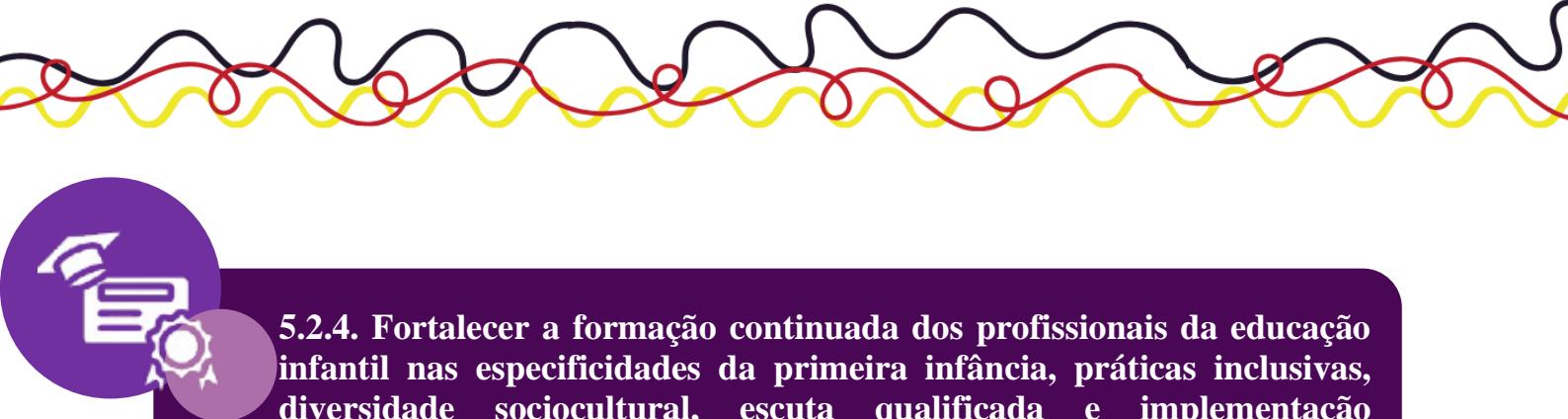
Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar formações continuadas sobre o papel do brincar no desenvolvimento infantil	SME	2025 a 2026
2	Reorganizar os espaços pedagógicos para favorecer o brincar livre e dirigido	SME Direções CEIs	+ 2025 a 2026





3	Adquirir materiais lúdicos e pedagógicos que valorizem a diversidade cultural e étnica	SME Coordenação Pedagógica	+ 2025 a 2026
4	Desenvolver projetos que integrem o brincar com a escuta das crianças, a cultura local e as brincadeiras indicadas para atendimentos de crianças com TEA	SME + Professores + APPs	Início em 2025 - anual
5	Monitorar a presença e uso dos espaços e materiais de brincar nas unidades	SME + Equipe técnica de planejamento educacional	Início em 2025 - semestral





5.2.4. Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação infantil nas especificidades da primeira infância, práticas inclusivas, diversidade sociocultural, escuta qualificada e implementação curricular.

Justificativa

O diagnóstico revela que Biguaçu possui um corpo docente altamente qualificado:

- 93,3% dos professores de creche e 93,7% dos professores de pré-escola têm ensino superior;
- Muitos possuem especialização, mestrado ou doutorado, superando as médias nacional e estadual.

Além disso, o Município já realiza formações continuadas centralizadas e descentralizadas, em parceria com instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil. No entanto, o documento aponta a necessidade de sistematizar e ampliar essas formações, especialmente em temas como:

- Educação inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Diversidade étnico-racial e cultural;
- Escuta qualificada das crianças;
- Currículo da Educação Infantil;
- Sustentabilidade e meio ambiente;
- Cultura de paz e proteção integral.

Meta 4

Garantir que 100% dos profissionais da Educação Infantil participem de ao menos duas formações anuais até 2027, com foco nas temáticas prioritárias identificadas no diagnóstico.



Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar diagnóstico das necessidades de formação continuada junto aos profissionais da Educação Infantil	SME Coordenação Pedagógica	Até mar/2026
2	Firmar parcerias com instituições de ensino superior e organizações especializadas	SME	2025 a 2027
3	Oferecer formações sobre currículo, escuta qualificada, inclusão, diversidade e meio ambiente	SME + Equipe técnica de formação	Início em 2025 - semestral
4	Criar polos descentralizados de formação em áreas periféricas e rurais	SME Secretaria de Administração	Até dez/2026
5	Monitorar a participação e o impacto das formações na prática pedagógica	SME Direções CEIs	Início em 2025 - anual



5.2.5. Promover ambientes educativos saudáveis, seguros e integrados à natureza, estimulando nas crianças da Educação Infantil o cuidado com o meio ambiente e o respeito ao espaço coletivo.

Justificativa

O diagnóstico aponta que todas as unidades de Educação Infantil de Biguaçu possuem parques infantis e brinquedos pedagógicos, mas há desigualdades territoriais e limitações na oferta de espaços que favoreçam o contato com a natureza, a diversidade cultural e a sustentabilidade.

A valorização dos espaços educativos como ambientes de aprendizagem e convivência está diretamente ligada à qualidade da Educação Infantil. Além disso, a introdução de práticas ambientais desde os primeiros anos contribui para a formação de uma consciência ecológica e cidadã.

Essa ação está alinhada ao ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

Meta 5

Aprimorar os espaços físicos das unidades de Educação Infantil até 2027, promovendo ambientes que integrem natureza, sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Diagnosticar as condições dos espaços físicos das unidades de Educação Infantil	SME + Secretaria de Obras	Até jun/2026
2	Implantar ou ampliar áreas verdes, hortas escolares e espaços de convivência ao ar livre	SME + Secretaria de Meio Ambiente + Direções escolares	2026 a 2027





3	Desenvolver projetos pedagógicos voltados à educação ambiental e ao cuidado com o espaço	SME Coordenação Pedagógica	+	Início em 2025 - anual
---	--	-------------------------------	---	------------------------





5.3. FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, PROTEÇÃO INTEGRAL E PARTICIPAÇÃO

5.3.1. Fortalecer o vínculo entre instituições educacionais, famílias e comunidade, promovendo o cuidado integral e a valorização da primeira infância como responsabilidade compartilhada.

Justificativa

O diagnóstico destaca que Biguaçu conta com espaços participativos consolidados, como o Conselho Municipal de Educação (COMED), o CMDCA, o Fórum Municipal de Educação, o CACS Fundeb, o CAE e as Associações de Pais e Professores (APPs). Esses espaços são fundamentais para a escuta ativa e a construção coletiva de estratégias pedagógicas.

Além disso, as APPs têm papel ativo na elaboração de projetos, promoção de eventos e articulação entre escola e família. No entanto, o envolvimento das famílias ainda pode ser ampliado, especialmente no que diz respeito à valorização dos vínculos afetivos, da cultura local e da escuta das crianças sobre seus territórios e experiências.

Meta 1

Realizar ações permanentes de escuta qualificada com as crianças e participação das famílias em 100% das unidades de Educação Infantil até 2027.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Implantar práticas permanentes de escuta qualificada das crianças sobre seus territórios	SME + Coordenações pedagógicas	Início em 2025 - anual
2	Promover formações para profissionais sobre escuta ativa, vínculos e diversidade sociocultural	SME	2025 a 2027
3	Desenvolver projetos pedagógicos territoriais com participação das famílias	SME + Direções CEIs + APPs	2025 a 2026
4	Criar espaços de diálogo entre famílias e escolas para construção de estratégias educativas	SME + Conselhos Municipais	Início em 2025 - semestral
5	Realizar ao menos dois eventos anuais por unidade com foco na valorização da Primeira Infância	Direções CEIs + APPs	2025 a 2027



5.3.2. Promover ambientes educativos protegidos da influência mercadológica, assegurando que crianças de 0 a 6 anos vivenciem experiências pautadas no brincar, na convivência e na valorização da infância, livres da pressão do consumo.

Justificativa

Embora o diagnóstico não trate diretamente da comunicação mercadológica, ele destaca a importância de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da Primeira Infância, a valorização dos vínculos afetivos e a cultura local. A exposição precoce à publicidade e ao consumo compromete o desenvolvimento integral das crianças, influenciando comportamentos, valores e relações sociais.

A restrição à comunicação mercadológica está alinhada ao Marco Legal da Primeira Infância, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às diretrizes da BNCC, que defendem uma Educação Infantil centrada na ludicidade, na escuta e na proteção da infância.

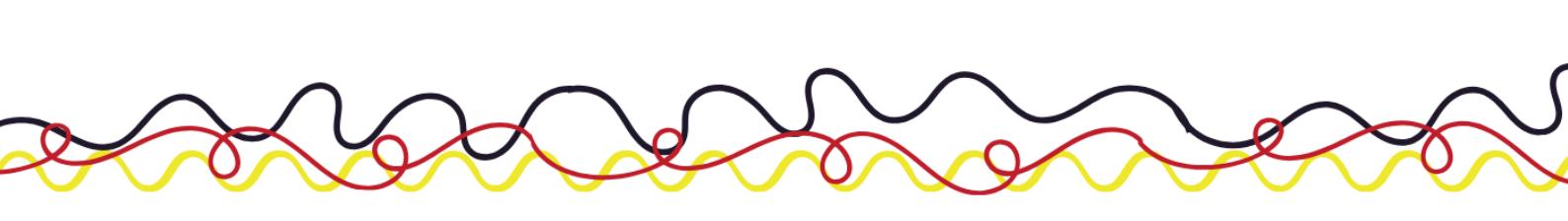
Meta 2

Garantir que 100% das unidades de Educação Infantil adotem práticas pedagógicas livres de comunicação mercadológica até 2027, com envolvimento das famílias e formação dos profissionais.

Ações

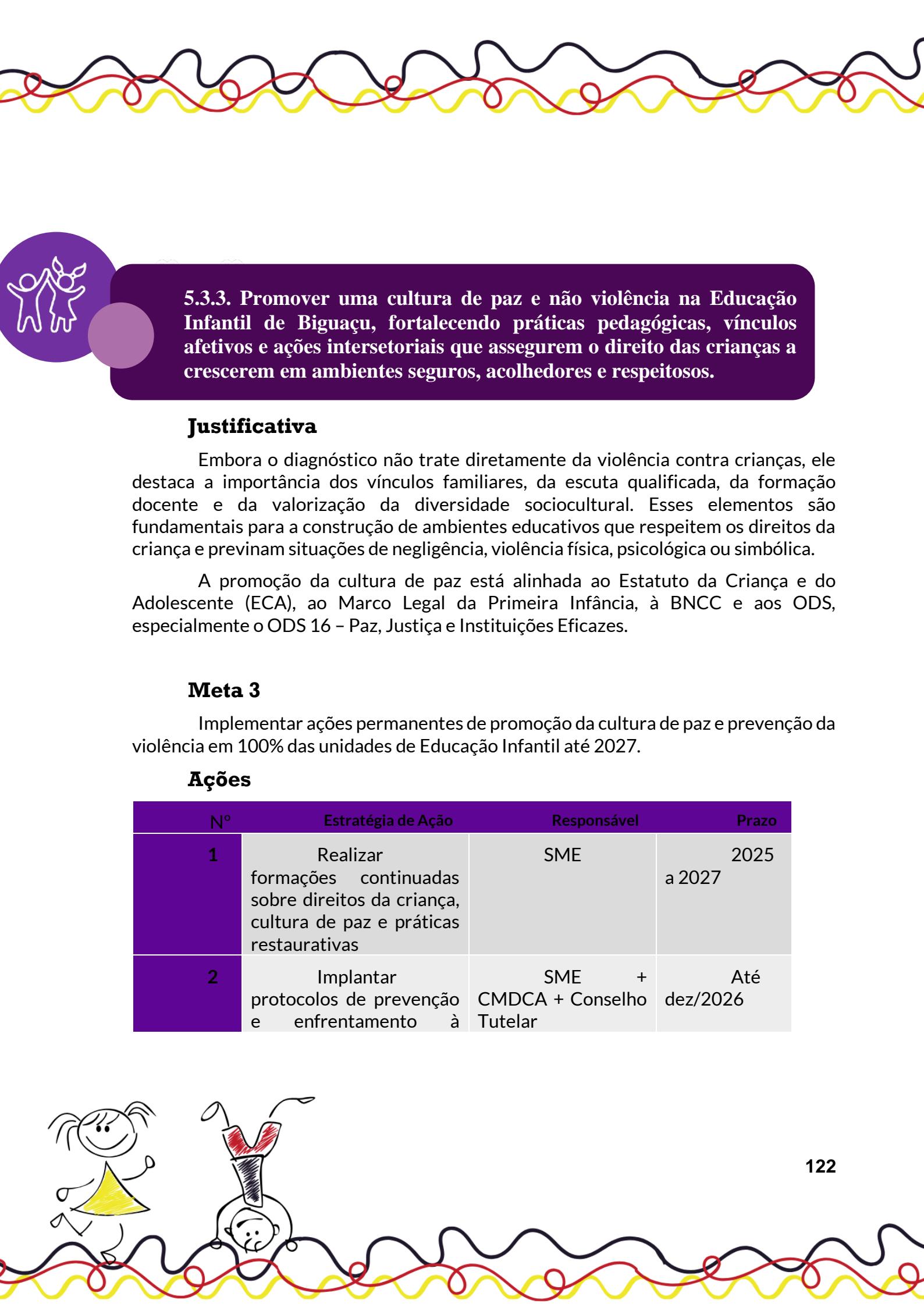
Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Elaborar diretrizes municipais para ambientes escolares livres de comunicação mercadológica	SME + Conselho Municipal de Educação	Até dez/2025
2	Realizar formações com profissionais sobre os	SME	2025 a 2027





	impactos da publicidade na infância		
3	Promover campanhas de conscientização com famílias sobre consumo infantil	SME + APPs + CMDCA	Início em 2025 - anual
4	Incentivar práticas pedagógicas baseadas no brincar, na cultura local e na escuta das crianças	SME Coordenação Pedagógica	2025 a 2027
5	Monitorar materiais pedagógicos e eventos escolares para evitar conteúdos comerciais	Direções CEIs + SME	Início em 2026 - semestral





5.3.3. Promover uma cultura de paz e não violência na Educação Infantil de Biguaçu, fortalecendo práticas pedagógicas, vínculos afetivos e ações intersetoriais que assegurem o direito das crianças a crescerem em ambientes seguros, acolhedores e respeitosos.

Justificativa

Embora o diagnóstico não trate diretamente da violência contra crianças, ele destaca a importância dos vínculos familiares, da escuta qualificada, da formação docente e da valorização da diversidade sociocultural. Esses elementos são fundamentais para a construção de ambientes educativos que respeitem os direitos da criança e previnam situações de negligência, violência física, psicológica ou simbólica.

A promoção da cultura de paz está alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao Marco Legal da Primeira Infância, à BNCC e aos ODS, especialmente o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Meta 3

Implementar ações permanentes de promoção da cultura de paz e prevenção da violência em 100% das unidades de Educação Infantil até 2027.

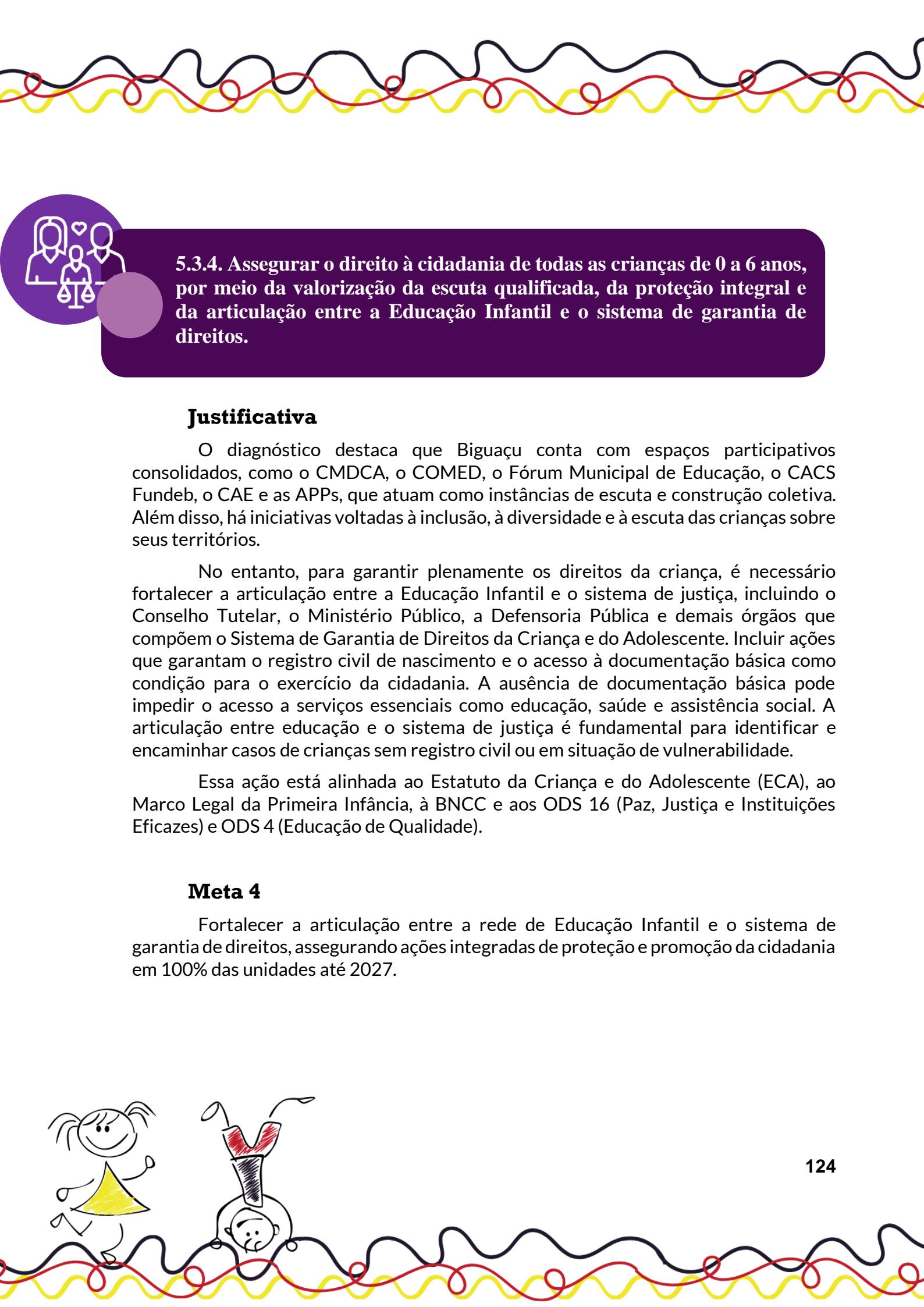
Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar formações continuadas sobre direitos da criança, cultura de paz e práticas restaurativas	SME	2025 a 2027
2	Implantar protocolos de prevenção e enfrentamento à	SME + CMDCA + Conselho Tutelar	Até dez/2026



	violência nas unidades escolares		
3	Desenvolver projetos pedagógicos que valorizem o cuidado, a empatia e a resolução pacífica de conflitos	SME + Direções CEIs	2025 a 2027
4	Promover rodas de conversa e oficinas com famílias sobre educação não violenta	SME + APPs + Secretaria de Assistência Social	Início em 2025 - anual
5	Articular ações intersetoriais com saúde, assistência social e proteção à infância	SME + Secretaria de Saúde + CMDCA	2025 a 2028





5.3.4. Assegurar o direito à cidadania de todas as crianças de 0 a 6 anos, por meio da valorização da escuta qualificada, da proteção integral e da articulação entre a Educação Infantil e o sistema de garantia de direitos.

Justificativa

O diagnóstico destaca que Biguaçu conta com espaços participativos consolidados, como o CMDCA, o COMED, o Fórum Municipal de Educação, o CACS Fundeb, o CAE e as APPs, que atuam como instâncias de escuta e construção coletiva. Além disso, há iniciativas voltadas à inclusão, à diversidade e à escuta das crianças sobre seus territórios.

No entanto, para garantir plenamente os direitos da criança, é necessário fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o sistema de justiça, incluindo o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Incluir ações que garantam o registro civil de nascimento e o acesso à documentação básica como condição para o exercício da cidadania. A ausência de documentação básica pode impedir o acesso a serviços essenciais como educação, saúde e assistência social. A articulação entre educação e o sistema de justiça é fundamental para identificar e encaminhar casos de crianças sem registro civil ou em situação de vulnerabilidade.

Essa ação está alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao Marco Legal da Primeira Infância, à BNCC e aos ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 4 (Educação de Qualidade).

Meta 4

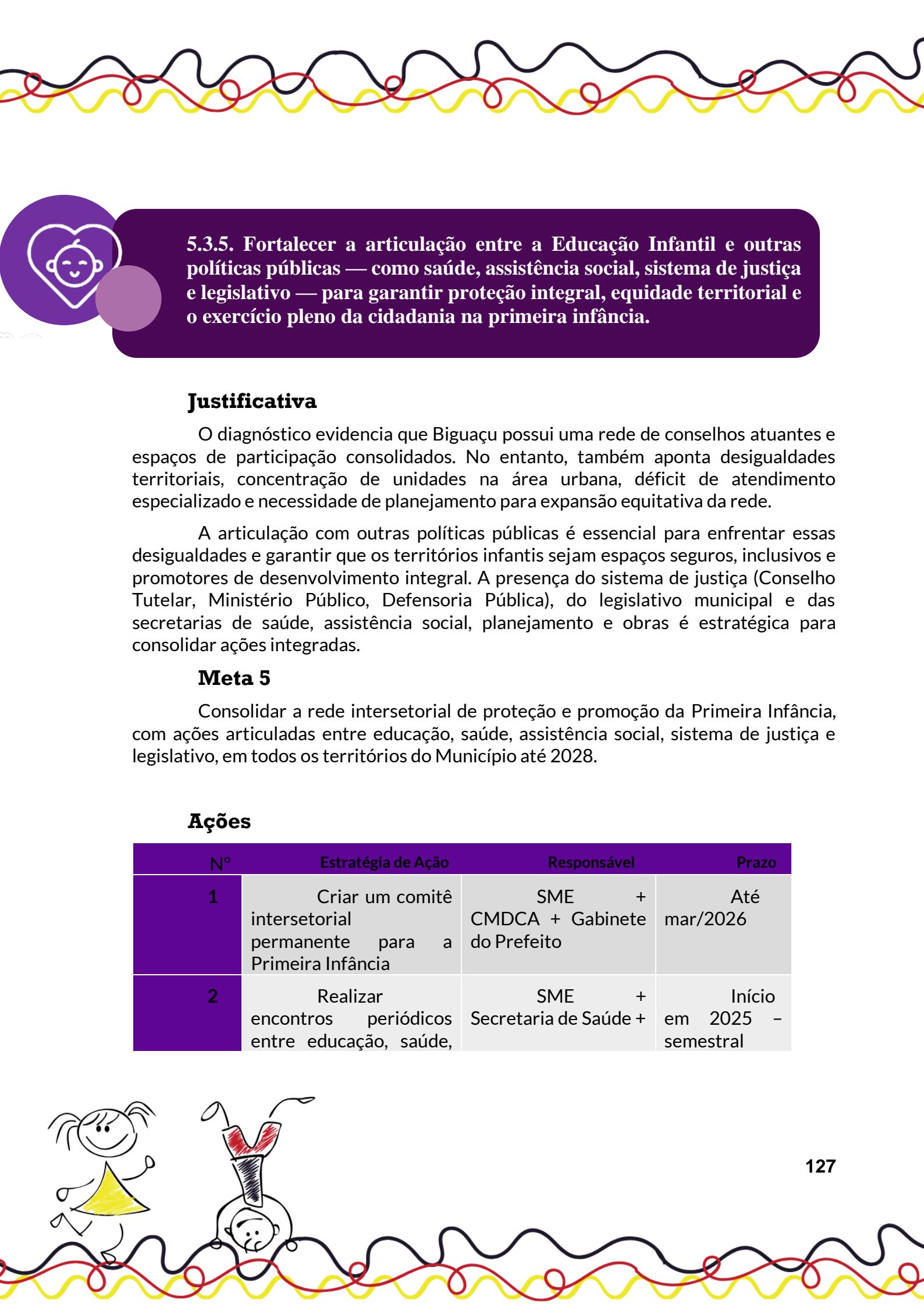
Fortalecer a articulação entre a rede de Educação Infantil e o sistema de garantia de direitos, assegurando ações integradas de proteção e promoção da cidadania em 100% das unidades até 2027.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar diagnóstico anual sobre crianças sem registro civil ou documentação básica	SME + Secretaria de Saúde + Assistência Social	Início 2026 - anual
2	Estabelecer protocolo de encaminhamento para regularização documental	SME + Conselho Tutelar + Cartórios + Defensoria Pública	Até dez/2026
3	Realizar formações com profissionais da educação sobre direitos da criança e cidadania	SME + CMDCA + Conselho Tutelar + MP	2025 a 2027
4	Implantar protocolos de escuta qualificada e encaminhamento de situações de vulnerabilidade	SME + Direções escolares + Conselho Tutelar	Até dez/2026
5	Promover encontros intersetoriais entre educação, saúde, assistência social e justiça	SME + Secretaria de Saúde + Assistência Social + CMDCA	Início em 2025 - anual
6	Desenvolver projetos pedagógicos que valorizem os direitos da criança e a cultura da paz	SME Coordenação Pedagógica	2025 a 2027



7	Criar espaços permanentes de diálogo com famílias sobre cidadania e proteção infantil	+ SME + APPs Conselhos Municipais	Início em 2025 - semestral
---	---	-----------------------------------	----------------------------



5.3.5. Fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e outras políticas públicas — como saúde, assistência social, sistema de justiça e legislativo — para garantir proteção integral, equidade territorial e o exercício pleno da cidadania na primeira infância.

Justificativa

O diagnóstico evidencia que Biguaçu possui uma rede de conselhos atuantes e espaços de participação consolidados. No entanto, também aponta desigualdades territoriais, concentração de unidades na área urbana, déficit de atendimento especializado e necessidade de planejamento para expansão equitativa da rede.

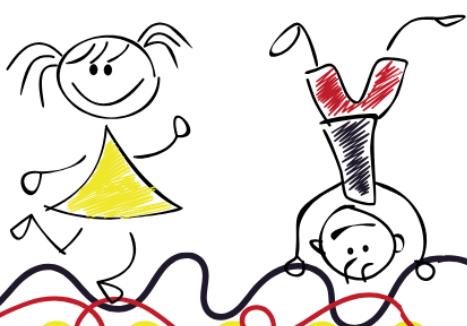
A articulação com outras políticas públicas é essencial para enfrentar essas desigualdades e garantir que os territórios infantis sejam espaços seguros, inclusivos e promotores de desenvolvimento integral. A presença do sistema de justiça (Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública), do legislativo municipal e das secretarias de saúde, assistência social, planejamento e obras é estratégica para consolidar ações integradas.

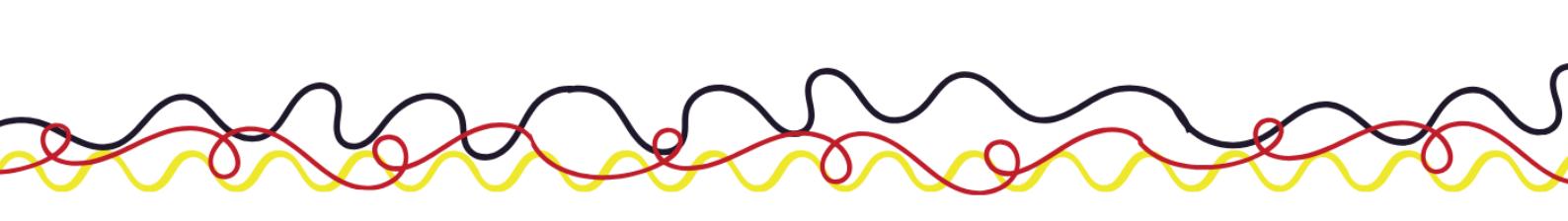
Meta 5

Consolidar a rede intersetorial de proteção e promoção da Primeira Infância, com ações articuladas entre educação, saúde, assistência social, sistema de justiça e legislativo, em todos os territórios do Município até 2028.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Criar um comitê intersetorial permanente para a Primeira Infância	SME + CMDCA + Gabinete do Prefeito	Até mar/2026
2	Realizar encontros periódicos entre educação, saúde,	SME + Secretaria de Saúde +	Início em 2025 – semestral





	assistência social e sistema de justiça	Assistência Social + Conselho Tutelar	
3	Integrar o planejamento territorial da Educação Infantil às ações de urbanismo e infraestrutura	SME + Secretaria de Planejamento + Obras	2025 a 2027
4	Promover audiências públicas e escutas comunitárias com apoio do legislativo municipal	SME + Câmara de Vereadores + APPs	Início em 2025 - anual
5	Desenvolver projetos intersetoriais voltados à proteção integral e à valorização dos territórios infantis	SME + CMDCA + COMED + CAE	2025 a 2028



5.4. FORTALECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

5.4.1. Garantir alimentação escolar saudável, adequada e contínua para todas as crianças da Educação Infantil, valorizando a agricultura familiar e promovendo práticas alimentares que respeitem as especificidades da primeira infância.

Justificativa

O diagnóstico aponta que 21 das 23 unidades de Educação Infantil oferecem alimentação escolar, organizada conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os cardápios são elaborados por nutricionistas e incluem mais de 80 itens, com destaque para a aquisição de hortifrutigranjeiros por meio de chamada pública, beneficiando a Cooperativa de Agricultura Familiar de Biguaçu, que recebe quase 100% do recurso federal destinado ao programa.

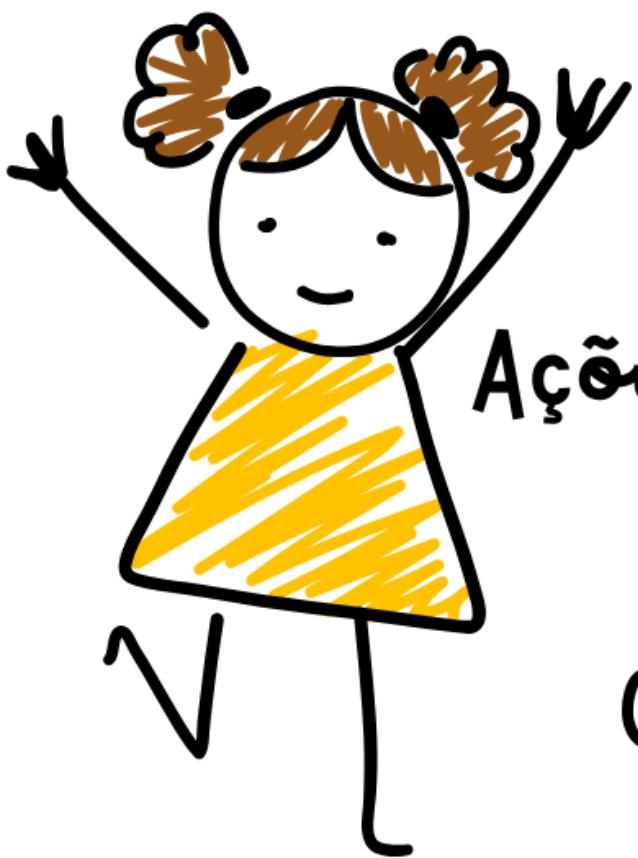
Apesar dos avanços, ainda há duas instituições privadas sem oferta de alimentação escolar, e o fortalecimento da política alimentar deve levar em conta todas as crianças, sendo responsabilidade do Município orientar e fiscalizar todas as instituições no seu território.

Meta 1

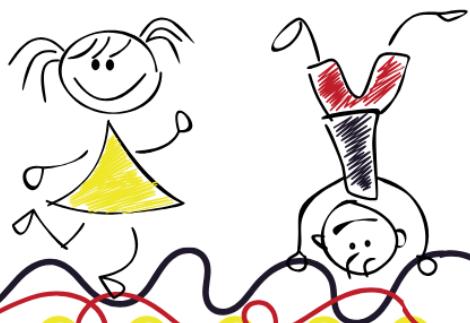
Garantir alimentação escolar em 100% das unidades de Educação Infantil até 2026, com cardápios nutricionalmente adequados e ampliação da parceria com a agricultura familiar.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Atualizar e monitorar o cardápio escolar conforme as diretrizes do PNAE	SME + Equipe de Nutrição Escolar	Início em 2025 - semestral
2	Ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar local	SME + Secretaria de Agricultura + Cooperativas	2025 a 2026
3	Garantir alimentação escolar nas unidades privadas conveniadas	SME + Direções CEIs + Jurídico	Até dez/2026
4	Promover formações com profissionais sobre alimentação saudável na Primeira Infância	SME + Nutricionistas	2025 a 2027
5	Realizar ações educativas com crianças e famílias sobre hábitos alimentares saudáveis	SME + APPs + Secretaria de Saúde	Início em 2025 - anual



Ações Finalísticas e Ações Meio: Crianças com Saúde





6.1 ATENÇÃO À GESTAÇÃO, PARTO, NASCIMENTO E AO RECÉM-NASCIDO

6.1.1 Fortalecer o acompanhamento pré-natal

Justificativa:

Embora 79,3% das gestantes realizem 7 ou mais consultas, há demora de até 6 meses para exames básicos e relatos de atendimento desumanizado, especialmente em áreas indígenas e periféricas. É necessário melhorar a qualidade e o acesso.

Meta 1

Aumentar para 90% a proporção de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal e reduzir o tempo médio de espera para exames para no máximo 15 dias até dezembro 2026.

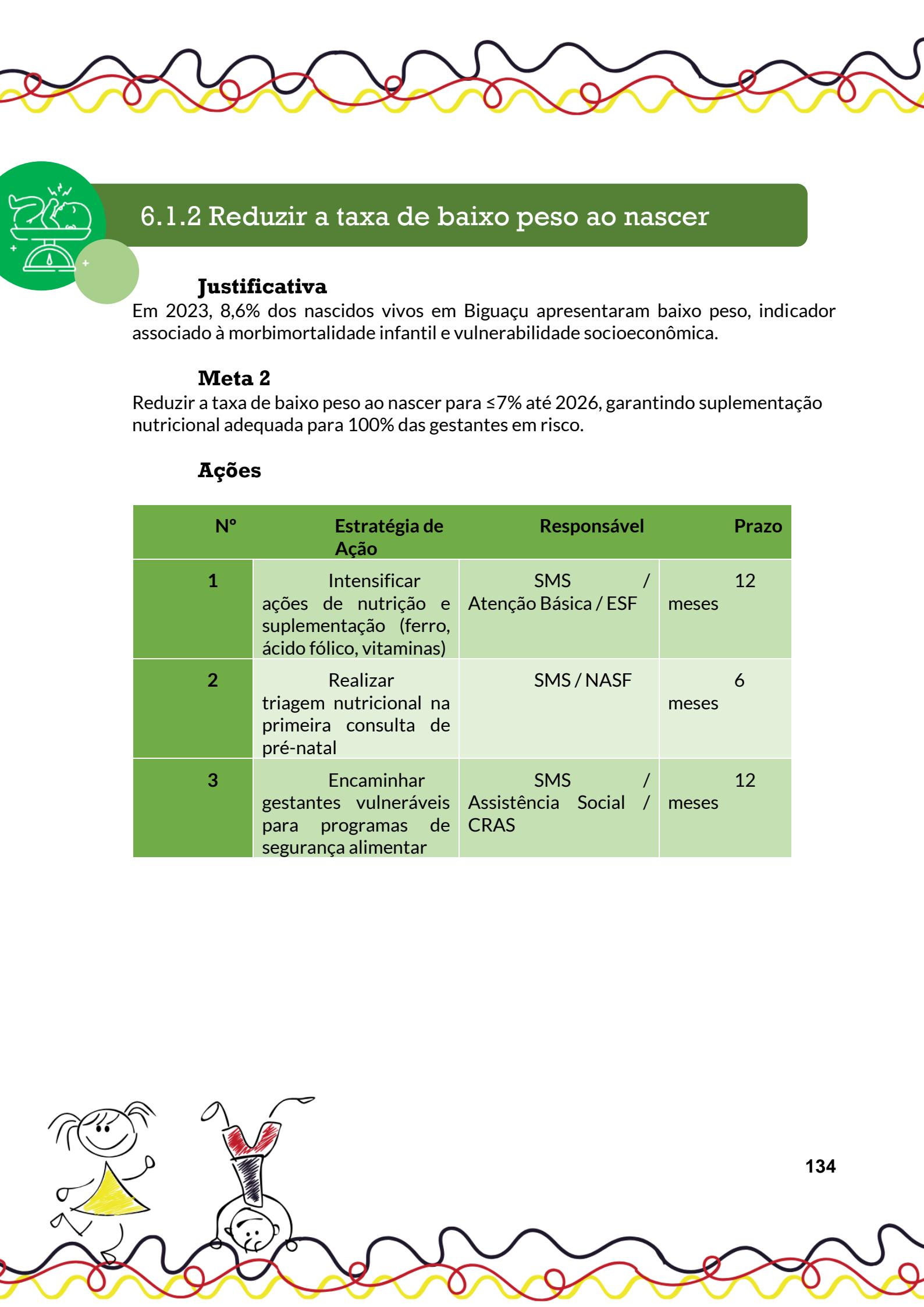
Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Implantar protocolo de busca ativa para gestantes com menos de 7 consultas	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	12 meses



2	Ampliar oferta de exames laboratoriais e de imagem por meio de novos convênios	SMS / Coordenação de Regulação	12 meses
3	Monitorar mensalmente o tempo de espera para exames e consultas	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Atenção básica	12 meses
4	Reducir tempo de espera para exames para no máximo 15 dias	SMS / Coordenação de Regulação	12 meses
5	Realizar encontros bimestrais com gestantes nas UBS	SMS / Coordenação da Atenção Básica	12 meses
6	Capacitar profissionais para abordagem humanizada e culturalmente sensível	SMS / Coordenação da Atenção Básica / Saúde Indígena	18 meses





6.1.2 Reduzir a taxa de baixo peso ao nascer

Justificativa

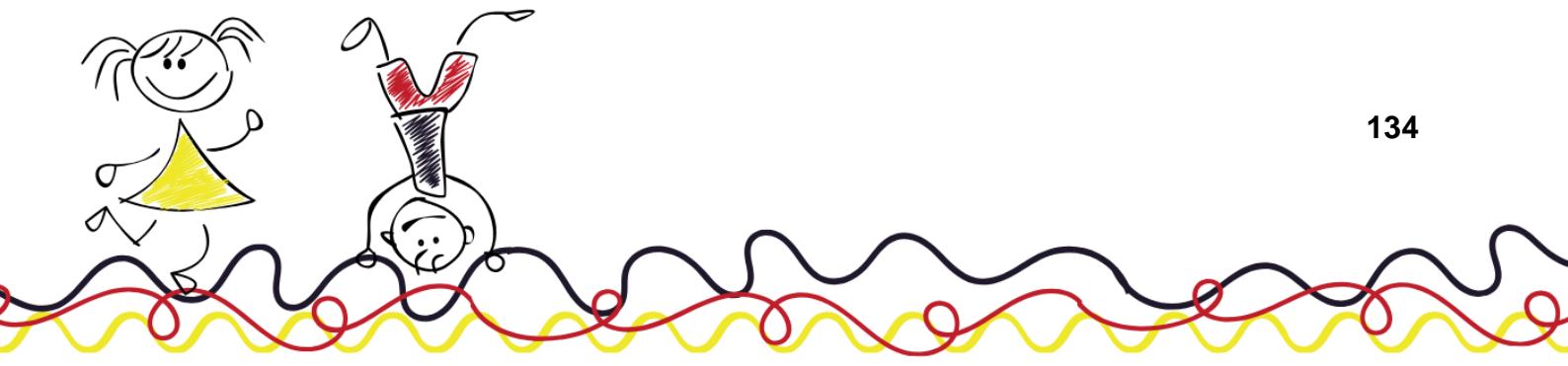
Em 2023, 8,6% dos nascidos vivos em Biguaçu apresentaram baixo peso, indicador associado à morbimortalidade infantil e vulnerabilidade socioeconômica.

Meta 2

Reducir a taxa de baixo peso ao nascer para ≤7% até 2026, garantindo suplementação nutricional adequada para 100% das gestantes em risco.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Intensificar ações de nutrição e suplementação (ferro, ácido fólico, vitaminas)	SMS / Atenção Básica / ESF	12 meses
2	Realizar triagem nutricional na primeira consulta de pré-natal	SMS / NASF	6 meses
3	Encaminhar gestantes vulneráveis para programas de segurança alimentar	SMS / Assistência Social / CRAS	12 meses





6.1.3 Qualificar o atendimento às gestantes adolescentes

Justificativa

Em 2023, 8,09% dos partos foram de adolescentes entre 10 e 19 anos, com maior vulnerabilidade entre pretas, pardas e indígenas. 32% tinham escolaridade inferior ao ensino fundamental completo.

Meta 3

Reducir em 20% a proporção de gestações adolescentes até 2026 e implantar programa intersetorial de apoio à maternidade precoce em 3 territórios prioritários.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Criar programa intersetorial (saúde, educação e assistência social)	SMS + Assistência Social + Educação	12 meses
2	Oferecer atendimento psicológico e orientação sobre direitos reprodutivos	SMS / Saúde Mental / ESF	12 meses
3	Implementar programa de permanência escolar para adolescentes grávidas	Educação + Assistência Social	18 meses
4	Realizar ações educativas sobre saúde sexual e reprodutiva nas escolas	Secretaria de Educação + SMS	12 meses





6.1.4 Monitorar e ampliar a cobertura vacinal de recém-nascidos

Justificativa

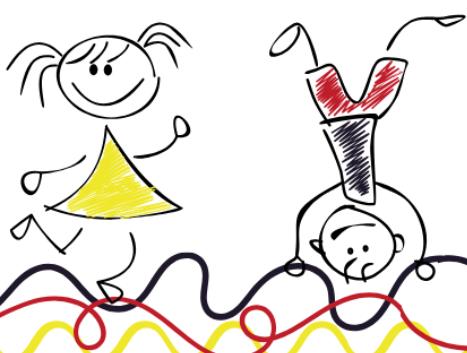
Entre janeiro e julho de 2025, 18,8% das crianças de 0 a 6 anos estavam com vacinas em atraso, especialmente na área rural.

Meta 4

Reducir o atraso vacinal para ≤10% até 2026 e implantar sistema de alerta em 100% das UBS e 70% das escolas públicas.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Implantar sistema de alerta com integração entre UBS e escolas	SMS / Educação / Vigilância Epidemiológica	12 meses
2	Realizar ao menos 4 campanhas anuais de vacinação para crianças de 0 a 6 anos	SMS / Imunização / ESF	Imediato e contínuo
3	Criar equipe volante para vacinação domiciliar em áreas de difícil acesso	SMS Atenção Básica / Vigilância	6 meses para implantação; continuidade mensal





6.1.5 Garantir estrutura adequada para o parto



Justificativa

Apesar de bons indicadores, há relatos de falta de acolhimento e alta taxa de cesarianas (estimada em 45%).

Meta 5

Reducir taxa de cesarianas para ≤40% até 2026 e assegurar presença de acompanhante capacitado em 100% dos partos.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Avaliar capacidade instalada da maternidade	SMS / Rede Hospitalar	6 meses
2	Implantar protocolo que assegure presença de doulas ou acompanhantes capacitados	SMS / Maternidade Humanização	12 meses
3	Monitorar mensalmente a taxa de cesarianas e implementar plano de redução	SMS Maternidade / ESF	18 meses





ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA



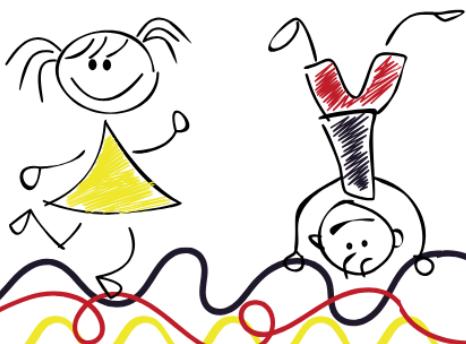
6.2.1 Garantir acesso integral, equitativo e humanizado à saúde da criança de 0 a 6 anos

Justificativa

Alta demanda por serviços, filas de espera (4.707 para psicologia, 816 pediatria), carência de especialistas (neuropediatras, psicólogos, fonoaudiólogos), especialmente para crianças com TEA e deficiência.

Meta 1

Reducir em 50% o tempo médio de espera para consultas e exames pediátricos até 2026





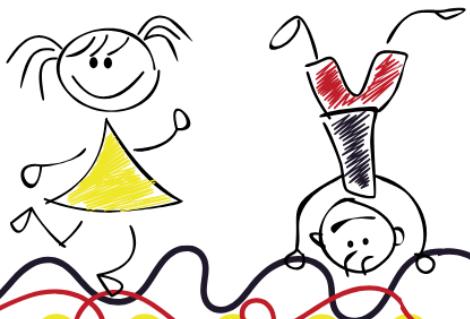
Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Ampliar oferta de consultas e exames pediátricos (contratação e teleatendimento)	SMS	12 meses
2	Implantar Núcleo de Atendimento Especializado para a Primeira Infância (NAEPI)	SMS + Assistência Social	12 meses
3	Integrar CERDIA ao fluxo de regulação para diagnóstico precoce	SMS + CERDIA	6 meses
4	Capacitar profissionais da rede para atendimento humanizado e inclusivo	SMS	12 meses
5	Criar protocolo intersetorial para crianças com deficiência e TEA	SMS + Assistência Social + Educação	12 meses





Ações Finalísticas e Ações Meio: Assistência Social





7 DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA



7.1.1. Criar e implementar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) específico para crianças de 0 a 6 anos.

Justificativa

O diagnóstico aponta a ausência de SCFV específico para a faixa etária de 0 a 6 anos, contrariando as diretrizes nacionais de proteção integral à infância. A criação de um SCFV voltado à Primeira Infância é fundamental para promover o desenvolvimento integral, fortalecer vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de negligência e violação de direitos.

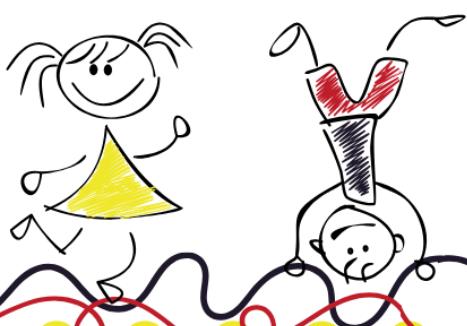
Meta 1

Implantar ao menos 2 núcleos de SCFV para crianças de 0 a 6 anos até 2027, priorizando regiões com maior vulnerabilidade social.



Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar diagnóstico territorial para identificar áreas prioritárias para implantação do SCFV 0-6 anos	Secretaria de Assistência Social e Habitação + CRAS	2025
2	Implantar dois núcleos de SCFV com equipe multidisciplinar e infraestrutura adequada	Secretaria de Assistência Social e Habitação + Secretaria de Educação	2026-2027
3	Capacitar profissionais para atuação com crianças da Primeira Infância	Secretaria de Assistência Social e Habitação + Secretaria de Saúde + Secretaria de Educação	2025-2026





7.1.2. Implantar o Serviço de Família Acolhedora como alternativa ao acolhimento institucional.

Justificativa

A MUNIC 2023 aponta a inexistência do Serviço de Família Acolhedora no Município, o que limita a oferta de alternativas ao acolhimento institucional. A implantação do serviço é essencial para garantir o direito à convivência familiar e comunitária, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

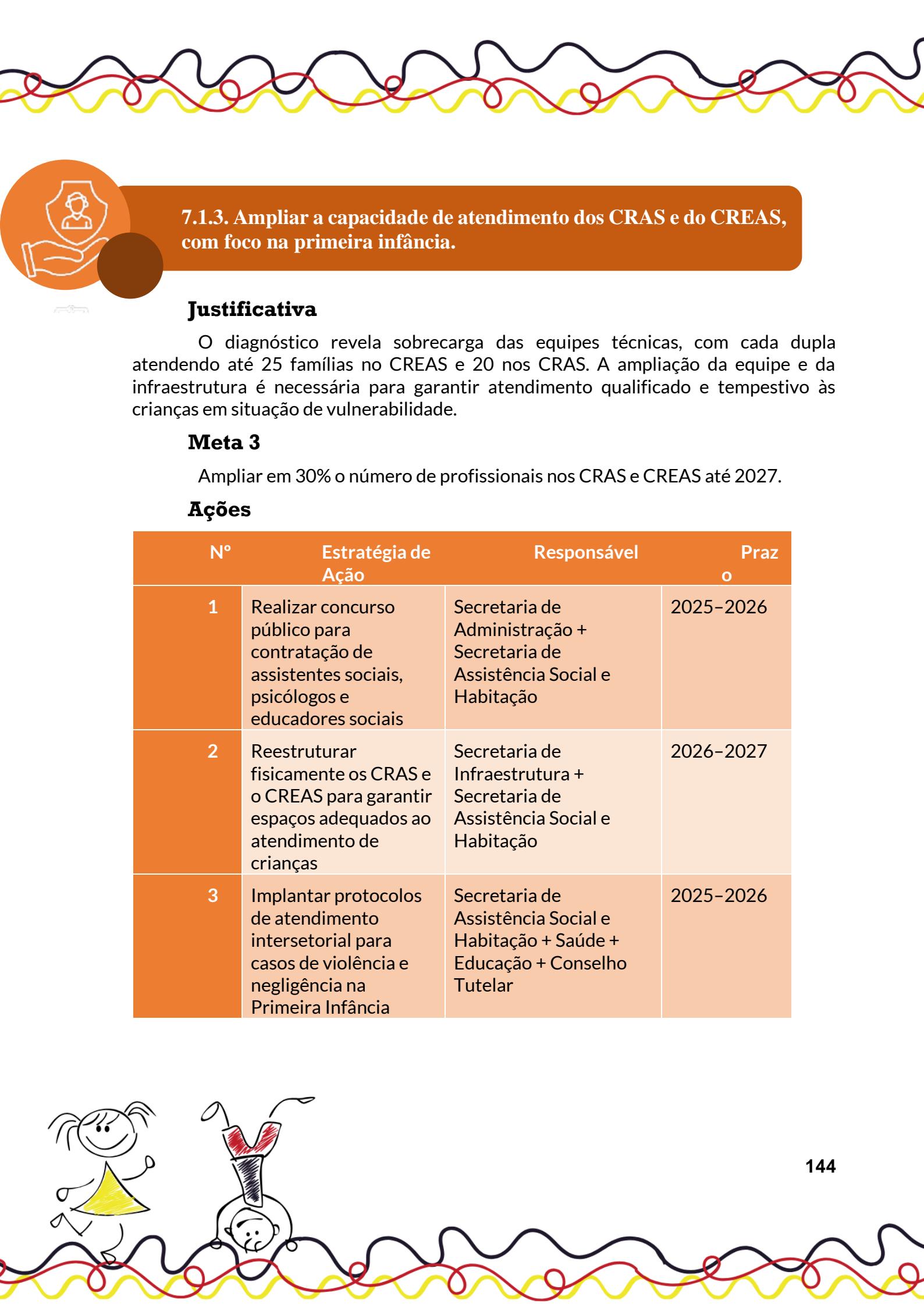
Meta 2

Implantar o Serviço de Família Acolhedora até o final de 2026, com capacidade inicial para 10 crianças.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Elaborar marco legal e regulamentação municipal para o Serviço de Família Acolhedora	Secretaria de Assistência Social e Habitação + Câmara Municipal	2025
2	Realizar campanha de sensibilização e recrutamento de famílias acolhedoras	Secretaria de Assistência Social e Habitação + Conselho Tutelar + Organizações da Sociedade Civil	2025-2026
3	Capacitar e acompanhar famílias acolhedoras	Secretaria de Assistência Social e Habitação + CREAS	2026-2027





7.1.3. Ampliar a capacidade de atendimento dos CRAS e do CREAS, com foco na primeira infância.

Justificativa

O diagnóstico revela sobrecarga das equipes técnicas, com cada dupla atendendo até 25 famílias no CREAS e 20 nos CRAS. A ampliação da equipe e da infraestrutura é necessária para garantir atendimento qualificado e tempestivo às crianças em situação de vulnerabilidade.

Meta 3

Ampliar em 30% o número de profissionais nos CRAS e CREAS até 2027.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar concurso público para contratação de assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais	Secretaria de Administração + Secretaria de Assistência Social e Habitação	2025-2026
2	Reestruturar fisicamente os CRAS e o CREAS para garantir espaços adequados ao atendimento de crianças	Secretaria de Infraestrutura + Secretaria de Assistência Social e Habitação	2026-2027
3	Implantar protocolos de atendimento intersetorial para casos de violência e negligência na Primeira Infância	Secretaria de Assistência Social e Habitação + Saúde + Educação + Conselho Tutelar	2025-2026





7.1.4. Ampliar a cobertura territorial dos CRAS para o atendimento a primeira infância.

Justificativa

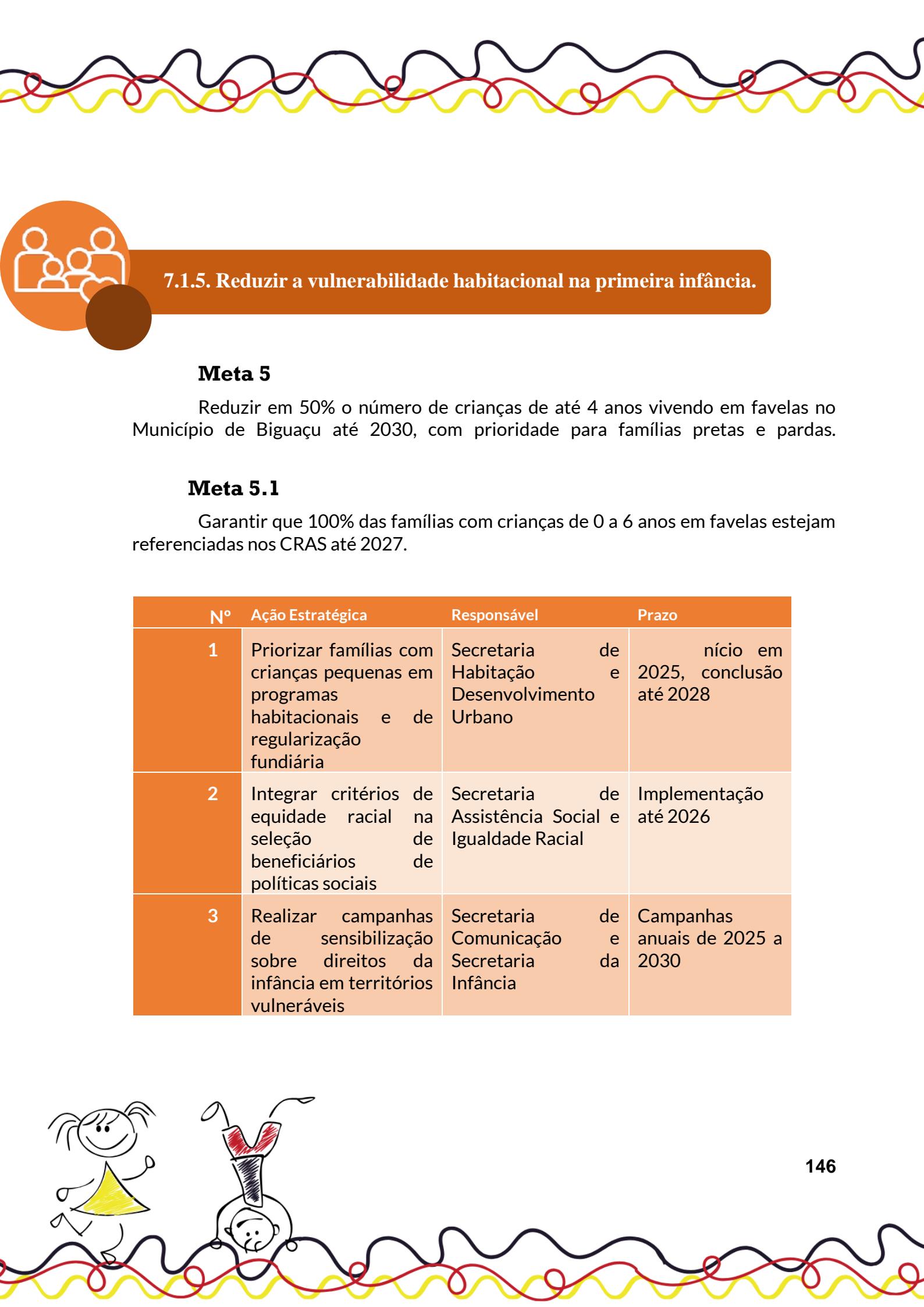
Os CRAS estão atualmente concentrados nas regiões central e sul do Município, deixando outras áreas sem cobertura direta para o atendimento na Primeira Infância.

Meta 4

Implantar ao menos 1 novo CRAS em região não atendida até 2028, priorizando territórios com maior concentração de crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade.

Nº	Ação Estratégica	Responsável	Prazo
1	Realizar mapeamento territorial das áreas descobertas	Secretaria de Planejamento Urbano + Assistência Social	Mapeamento concluído até 2026
2	Identificar espaços públicos ou comunitários com potencial para instalação de novo CRAS	Secretaria de Assistência Social + Secretaria de Patrimônio	Identificação até 2027
3	Prever orçamento para implantação no Plano Plurianual	Secretaria de Finanças + Gabinete do Prefeito	Inclusão no PPA até 2026
4	Negociar com o governo do Estado a construção de um novo CRAS	Secretaria de Assistência Social + Gabinete do Prefeito	Implantação até 2028





7.1.5. Reduzir a vulnerabilidade habitacional na primeira infância.

Meta 5

Reducir em 50% o número de crianças de até 4 anos vivendo em favelas no Município de Biguaçu até 2030, com prioridade para famílias pretas e pardas.

Meta 5.1

Garantir que 100% das famílias com crianças de 0 a 6 anos em favelas estejam referenciadas nos CRAS até 2027.

Nº	Ação Estratégica	Responsável	Prazo
1	Priorizar famílias com crianças pequenas em programas habitacionais e de regularização fundiária	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano	nício em 2025, conclusão até 2028
2	Integrar critérios de equidade racial na seleção de beneficiários de políticas sociais	Secretaria de Assistência Social e Igualdade Racial	Implementação até 2026
3	Realizar campanhas de sensibilização sobre direitos da infância em territórios vulneráveis	Secretaria de Comunicação e Secretaria da Infância	Campanhas anuais de 2025 a 2030





4	Criar comitê intersetorial para monitoramento da vulnerabilidade habitacional na Primeira Infância	Gabinete do Prefeito + Secretarias envolvidas	Instalação até junho de 2026
---	--	---	------------------------------





7.1.6. Prevenir a violência e promover a segurança na primeira infância.

Justificativa

Em 2024, foram registradas 38 notificações de violência interpessoal contra crianças de até 4 anos (7,5 por mil), além de 12 internações por causas externas.

Meta 6

Reducir em 50% as notificações de violência interpessoal contra crianças na Primeira Infância até 6 anos até 2030.

Nº	Ação Estratégica	Responsável	Prazo
1	Estabelecer fluxos de comunicação e encaminhamentos entre os registros policiais e os serviços da rede socioassistencial	Secretaria de Segurança Pública + Secretaria de Assistência Social	Implantação até 2026
2	Integrar, em um sistema intersetorial de monitoramento da violência contra crianças, os dados de notificações (Sinan, boletins de ocorrência, registros do Conselho Tutelar)	Secretaria de Saúde + Secretaria de Assistência Social + Conselho Tutelar	Desenvolvimento do sistema até 2027
3	Capacitar profissionais da rede para identificação e encaminhamento de casos de violência	Secretaria de Saúde + Secretaria da Educação + Assistência Social	Capacitações semestrais de 2025 a 2030



4	Implantar grupos de apoio familiar nos CRAS para prevenção de negligência e violência	Secretaria de Assistência Social	Implantação progressiva até 2028
---	---	----------------------------------	----------------------------------





7.2. ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA PRIMEIRA INFÂNCIA



7.2.1. Garantir atenção especializada às crianças com deficiência na primeira infância.

Justificativa

O diagnóstico aponta que há de 146 crianças de até 6 anos com deficiência vivem em famílias de baixa renda, demandando atenção intersetorial e especializada.

Meta 1

Garantir atendimento especializado para 100% das crianças com deficiência cadastradas no CadÚnico até 2027.

Nº	Ação Estratégica	Responsável	Prazo
1	Criar programa intersetorial de atenção a crianças com deficiência	Secretaria de Saúde + Secretaria de Educação + Assistência Social	Programa estruturado até 2026
2	Capacitar profissionais da assistência social para atendimento inclusivo	Secretaria de Assistência Social	Capacitações anuais de 2025 a 2027



3	Integrar serviços de saúde, educação e assistência para acompanhamento contínuo	Comitê Intersetorial de Inclusão Infantil	Integração plena até 2027
---	---	---	---------------------------





7.2.2. Garantir acesso equitativo aos serviços socioassistenciais para crianças indígenas na primeira infância.

Justificativa

Apesar de representarem apenas 0,95% das crianças de 0 a 6 anos, as crianças indígenas enfrentam barreiras territoriais e culturais no acesso aos serviços.

Meta 2

Garantir que 100% das crianças indígenas de 0 a 6 anos estejam referenciadas e acompanhadas por serviços socioassistenciais até 2027.

Nº	Ação Estratégica	Responsável	Prazo
1	Implantar ponto de atendimento descentralizado ou itinerante do CRAS nas aldeias	Secretaria de Assistência Social + Coordenação de Povos Indígenas	Implantação até 2026
2	Capacitar profissionais para atuação intercultural	Secretaria de Assistência Social + Secretaria de Direitos Humanos	Capacitações até 2027
3	Promover campanhas de sensibilização nas comunidades indígenas	Secretaria de Comunicação + Coordenação de Povos Indígenas	Campanhas anuais de 2025 a 2027





7.2.3. Fortalecer a atuação do Conselho Tutelar por meio da articulação intersetorial, qualificação profissional, modernização tecnológica e ampliação das estratégias de prevenção, garantindo resposta efetiva às situações de vulnerabilidade na primeira infância.

Justificativa

O diagnóstico aponta que o Conselho Tutelar de Biguaçu registrou 507 atendimentos em três meses, envolvendo casos de negligência, violência física, sexual e psicológica, abandono e evasão escolar. A concentração dessas ocorrências em áreas periféricas evidencia desigualdades territoriais e a necessidade de respostas rápidas e integradas.

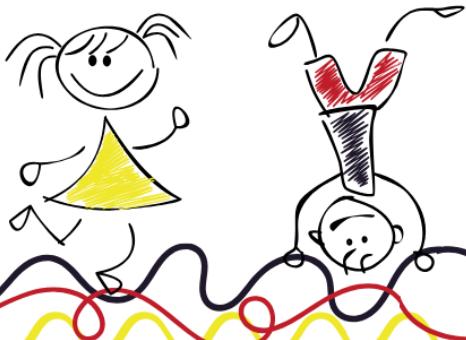
Apesar da atuação em regime de plantão 24 horas, o volume e a complexidade das demandas reforçam a necessidade de:

- Integração com Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança Pública para fluxos ágeis;
- Capacitação continuada em escuta especializada, prevenção à violência e atendimento humanizado;
- Sistema informatizado integrado para monitoramento e comunicação eficiente;
- Campanhas comunitárias para prevenção e fortalecimento dos vínculos familiares;
- Estrutura de sobreaviso para garantir prontidão em situações emergenciais.

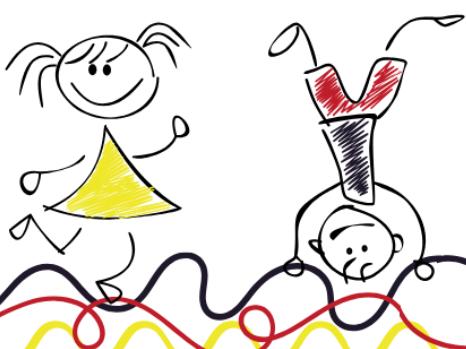
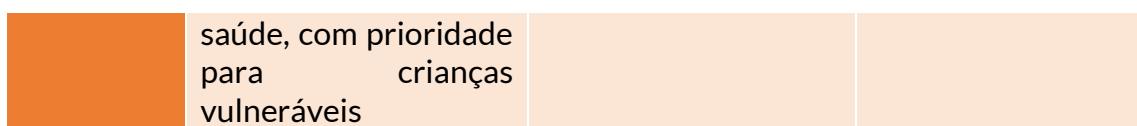
Meta 3

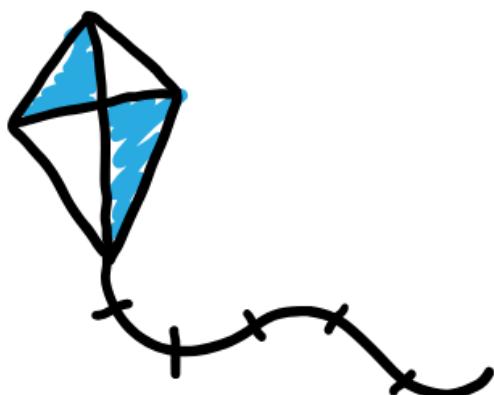
Implementar, até 2027, um conjunto de ações que assegurem:

- 100% dos casos monitorados em sistema integrado;
- Capacitação anual para todos os conselheiros e profissionais da rede;
- Criação de fluxos intersetoriais formalizados;
- Implantação de equipes de sobreaviso;
- Realização de campanhas preventivas em todos os territórios prioritários.



Nº	Ação Estratégica	Responsável	Prazo
1	Formalizar fluxos intersetoriais entre Conselho Tutelar, Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança Pública	Secretaria de Assistência Social + Conselho Tutelar	Até dez/2025
2	Implantar sistema informatizado integrado para monitoramento e comunicação de casos	Conselho Tutelar + Secretaria de Tecnologia	Até jun/2026
3	Realizar capacitação continuada sobre escuta especializada, violência sexual e prevenção à negligência	Conselho Tutelar + Escola de Gestão Municipal	Semestral 2025-2027
4	Implantar equipes de sobreaviso para atendimento emergencial	Secretaria de Assistência Social + Conselho Tutelar	Até dez/2026
5	Desenvolver campanhas comunitárias sobre prevenção à violência e fortalecimento familiar	Secretaria de Comunicação + Conselho Tutelar	Anual 2025-2030
6	Criar protocolo para redução de filas de espera em serviços de	Secretaria de Saúde + Conselho Tutelar	Até dez/2026





Ações Finalísticas e Ações Meio: Territórios da Infância Cultura, Lazer e Meio Ambiente como Espaços de Direito





3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS



8.1. AMBIENTE MAIS ACOLHEDOR E SEGURO PARA O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS



8.1.2 Ampliar o acesso a espaços públicos de lazer para crianças nas regiões com menor cobertura

Justificativa

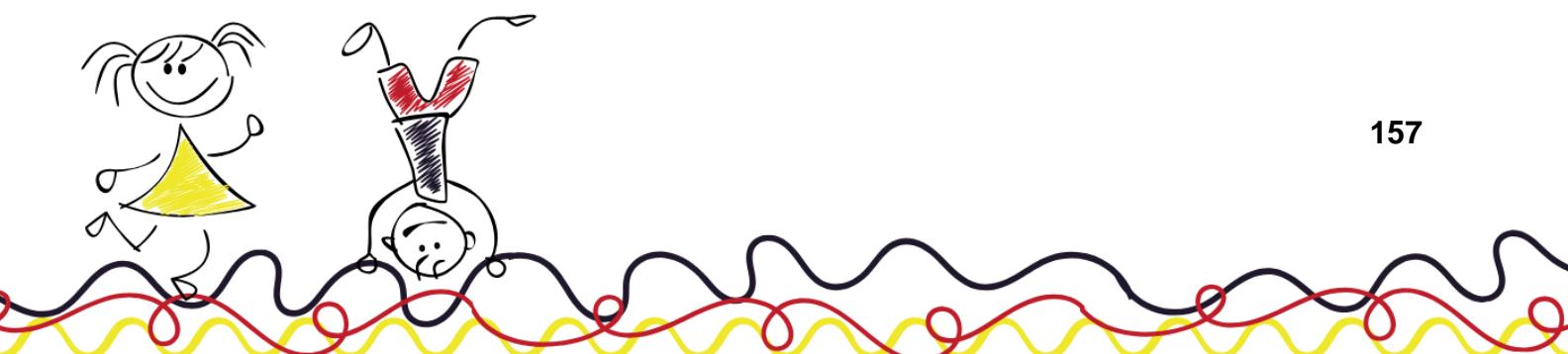
A desigualdade na distribuição de praças limita o direito ao brincar e à convivência comunitária, especialmente em áreas periféricas. A ausência de infraestrutura adequada compromete o desenvolvimento infantil e a equidade territorial.

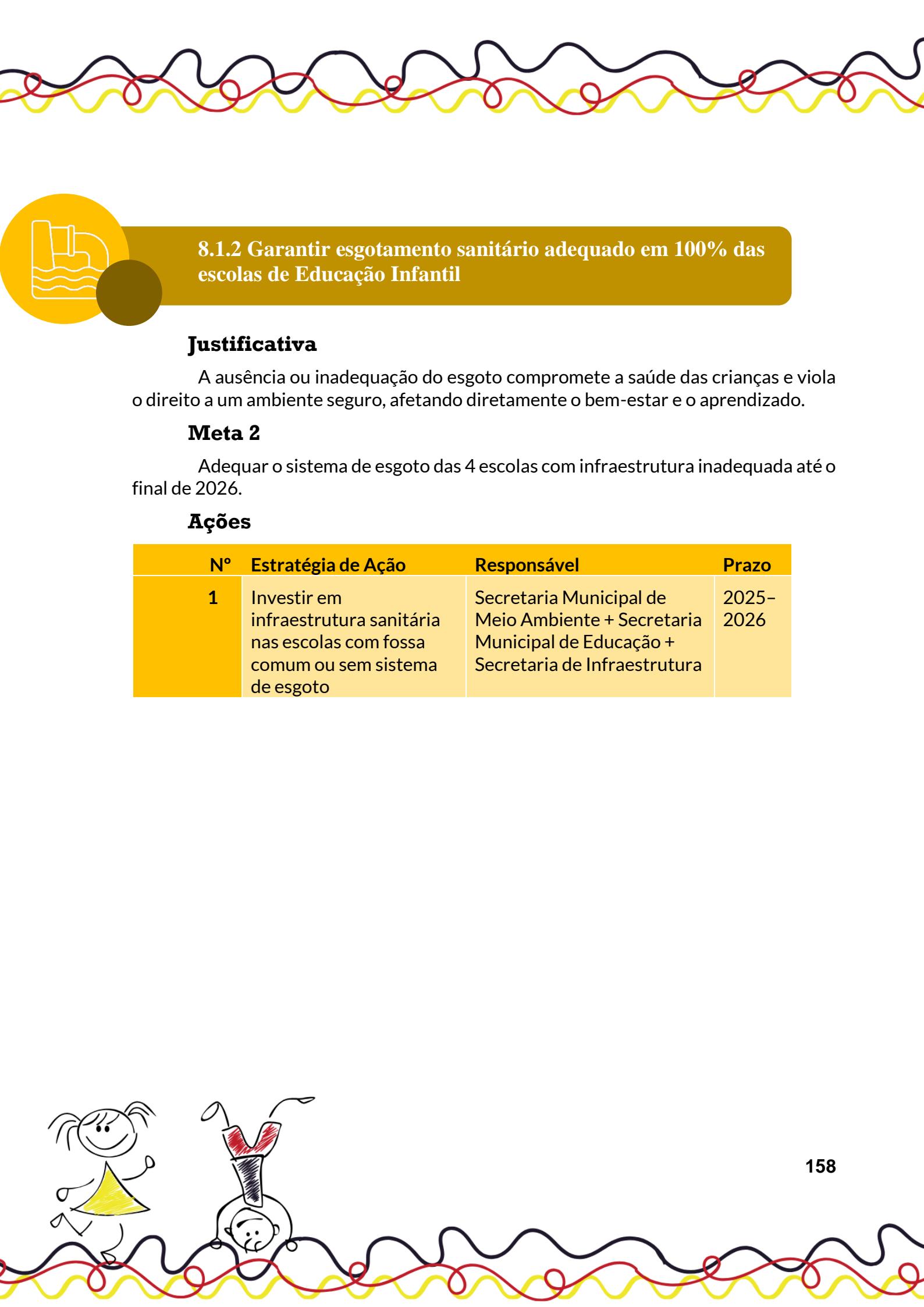
Meta 1

Construir ou revitalizar ao menos 5 espaços de lazer nas regiões oeste e rural até 2027.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Implantar novas praças com infraestrutura voltada à Primeira Infância	Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer + Secretaria Municipal de Obras	2025-2027
2	Revitalizar espaços existentes com foco na infância	Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer + Secretaria Municipal de Obras	2025-2027





8.1.2 Garantir esgotamento sanitário adequado em 100% das escolas de Educação Infantil

Justificativa

A ausência ou inadequação do esgoto compromete a saúde das crianças e viola o direito a um ambiente seguro, afetando diretamente o bem-estar e o aprendizado.

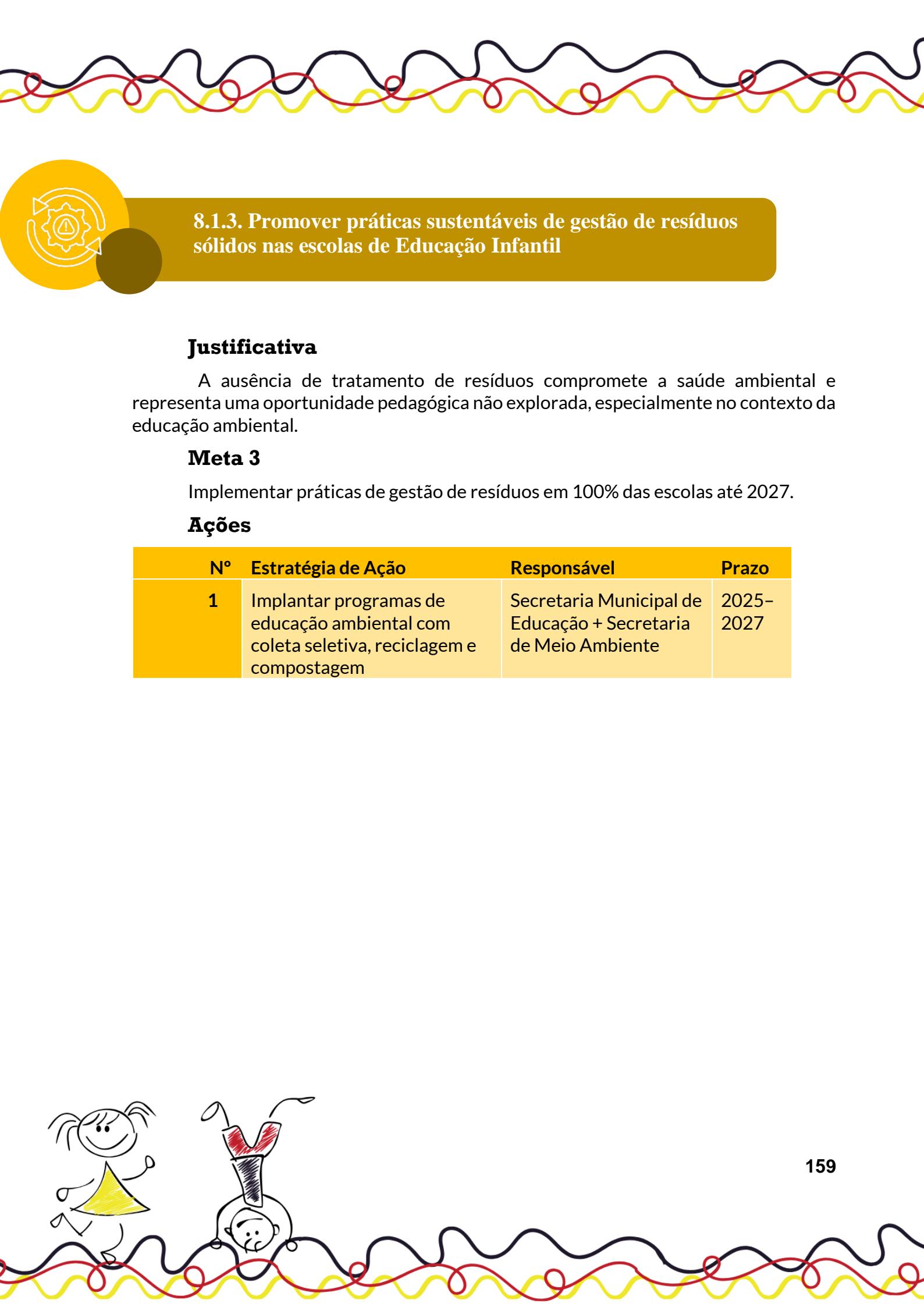
Meta 2

Adequar o sistema de esgoto das 4 escolas com infraestrutura inadequada até o final de 2026.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Investir em infraestrutura sanitária nas escolas com fossa comum ou sem sistema de esgoto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente + Secretaria Municipal de Educação + Secretaria de Infraestrutura	2025-2026





8.1.3. Promover práticas sustentáveis de gestão de resíduos sólidos nas escolas de Educação Infantil

Justificativa

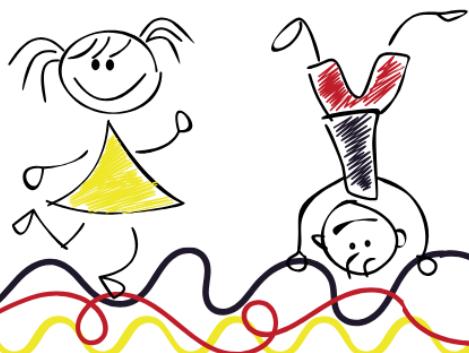
A ausência de tratamento de resíduos compromete a saúde ambiental e representa uma oportunidade pedagógica não explorada, especialmente no contexto da educação ambiental.

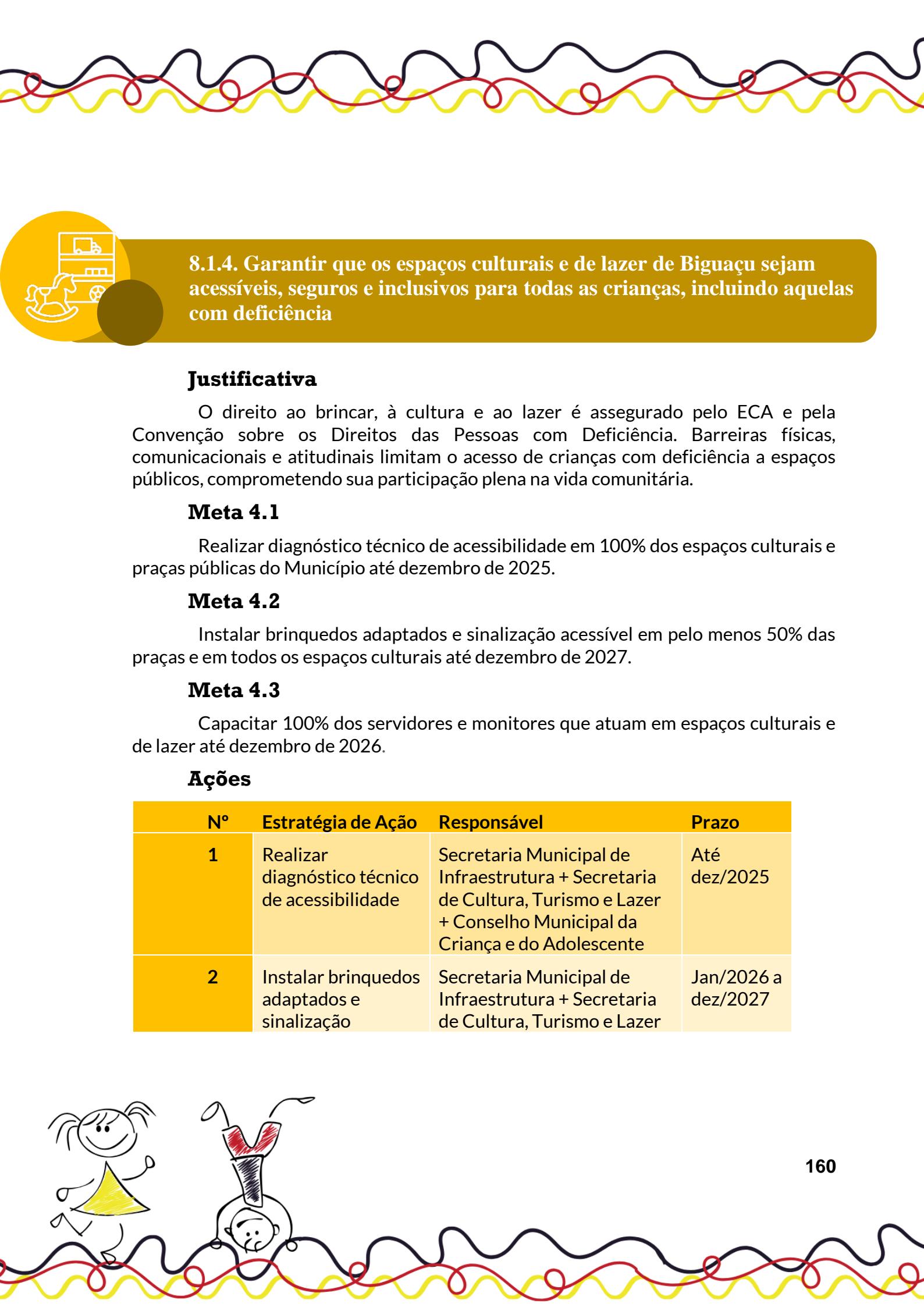
Meta 3

Implementar práticas de gestão de resíduos em 100% das escolas até 2027.

Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Implantar programas de educação ambiental com coleta seletiva, reciclagem e compostagem	Secretaria Municipal de Educação + Secretaria de Meio Ambiente	2025-2027





8.1.4. Garantir que os espaços culturais e de lazer de Biguaçu sejam acessíveis, seguros e inclusivos para todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência

Justificativa

O direito ao brincar, à cultura e ao lazer é assegurado pelo ECA e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais limitam o acesso de crianças com deficiência a espaços públicos, comprometendo sua participação plena na vida comunitária.

Meta 4.1

Realizar diagnóstico técnico de acessibilidade em 100% dos espaços culturais e praças públicas do Município até dezembro de 2025.

Meta 4.2

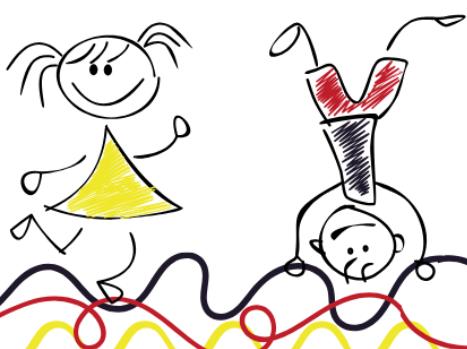
Instalar brinquedos adaptados e sinalização acessível em pelo menos 50% das praças e em todos os espaços culturais até dezembro de 2027.

Meta 4.3

Capacitar 100% dos servidores e monitores que atuam em espaços culturais e de lazer até dezembro de 2026.

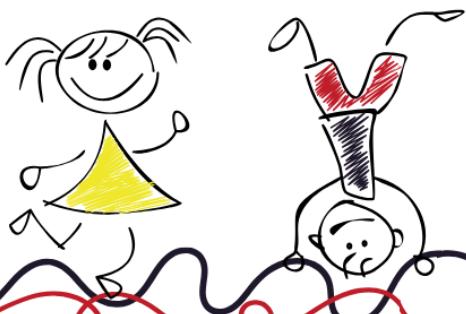
Ações

Nº	Estratégia de Ação	Responsável	Prazo
1	Realizar diagnóstico técnico de acessibilidade	Secretaria Municipal de Infraestrutura + Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer + Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Até dez/2025
2	Instalar brinquedos adaptados e sinalização	Secretaria Municipal de Infraestrutura + Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer	Jan/2026 a dez/2027





	acessível conforme diagnóstico		
3	Capacitar servidores e monitores em inclusão e atendimento especializado	Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer + Secretaria de Educação + instituições especializadas	Jul/2025 a dez/2026





Financiamento, Monitoramento e Avaliação





Financiamento

Para que seja possível concretizar as metas previstas no PMPI, são necessários recursos financeiros suficientes, de forma sustentável e contínua para essa finalidade. Como diretriz geral, o PMPI deve estar integrado às peças orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme preveem a Constituição Federal e o Marco Legal da Primeira Infância.

Os recursos financeiros poderão ser provenientes de diferentes fontes, incluindo o orçamento próprio das secretarias setoriais envolvidas, transferências intergovernamentais, emendas parlamentares, convênios e parcerias com instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil. O aporte de recursos também poderá ser planejado em articulação com fundações municipais e estaduais, além de contar com o apoio de instâncias de controle e participação social, como o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Assistência Social, que também podem contribuir como fontes de financiamento por meio de projetos e iniciativas específicas.

A administração municipal deverá destacar, em seus instrumentos de planejamento e prestação de contas, a soma dos recursos aplicados nos programas e serviços voltados à Primeira Infância, divulgando anualmente o percentual que esses valores representam em relação ao orçamento municipal realizado, em linguagem acessível à população.



Monitoramento e Avaliação

O PMPI de Biguaçu estabelece um conjunto de metas, programas e ações voltados ao atendimento integral de crianças de 0 a 6 anos. A efetivação dessas propostas será acompanhada pelas etapas de monitoramento e avaliação, que, no ciclo do planejamento, são estratégicas e cumprem quatro finalidades principais:

- i) medir os avanços na execução das metas;
- ii) identificar necessidades de ajustes ou reorientações;
- iii) impulsionar a coordenação dos esforços intersetoriais envolvidos;
- iv) divulgar os principais resultados obtidos.



Embora distintas, essas etapas são interconectadas e representam a continuidade da implementação do Plano, não seu encerramento. Cada uma adota métodos e procedimentos próprios, que podem ser aplicados de forma complementar.

É essencial que os dados e informações sejam coletados e analisados de maneira integrada por uma equipe designada com uso de sistemas de controle automatizados para garantir a eficiência. Recomenda-se, ainda, que a condução dessas etapas seja descentralizada e participativa, incorporando as perspectivas dos envolvidos: executores – órgãos, secretarias, instituições – e beneficiários – famílias e crianças.

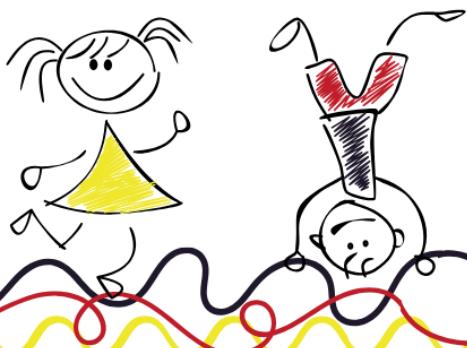
No PMPI de Biguaçu, essa tarefa fica a cargo do Comitê Gestor, do CMDCA e dos Grupos de Trabalho (GTs), instituídos e compostos por representantes das Secretarias. O CMDCA também poderá assumir papel de liderança nesse processo. Devem ser previstas reuniões participativas semestrais, e recomenda-se que os setores contemplados pelo PMPI enviem ao Comitê relatórios trimestrais contendo informações sobre o andamento das ações e os aprendizados organizacionais adquiridos. Espera-se que esses documentos sejam fruto de avaliações internas realizadas pelas equipes responsáveis por cada área temática.

Para garantir o monitoramento eficaz, devem ser definidos os indicadores que irão pautar as análises. Entre as metodologias possíveis, recomenda-se o modelo SMART, que prevê a aplicação de cinco critérios para definição dos indicadores: específicos, mensuráveis, atribuíveis, realistas e temporais. Essa etapa fornece subsídios qualitativos e quantitativos fundamentais não apenas para assegurar a execução das ações previstas, mas também para subsidiar a avaliação final do Plano.

A avaliação deve ser realizada periodicamente e consiste na análise das conclusões obtidas na fase de monitoramento e responde a questões específicas sobre o desempenho da política. Para sua realização, podem ser contratadas instituições de pesquisa com experiência em avaliação de programas e políticas sociais.

Conforme orienta o Plano Nacional pela Primeira Infância, essa etapa deve indicar caminhos para decisões futuras, além de produzir dados e evidências a partir das ações bem-sucedidas, demonstrando quais resultados foram alcançados e quais realidades foram transformadas e melhoradas com o apoio do PMPI.

Ressalta-se que não devem ser avaliadas apenas a execução das estratégias e o avanço das metas, mas também o desempenho orçamentário. Por isso, é fundamental que os mecanismos de monitoramento incluam indicadores financeiros que permitam acompanhar a alocação e o uso dos recursos destinados à Primeira Infância.





Transparência

A transparência na gestão orçamentária deve ser garantida por meio da divulgação anual dos valores aplicados nos programas e serviços voltados à Primeira Infância. Reconhecendo que nem todas as despesas públicas que beneficiam crianças de 0 a 6 anos são exclusivas dessa faixa etária, recomenda-se que haja um esforço contínuo para identificar e apresentar os dados da forma mais precisa e acessível possível, permitindo à sociedade acompanhar e avaliar o investimento realizado.

A etapa de transparência é essencial para garantir o monitoramento e a avaliação eficaz das políticas voltadas à Primeira Infância. Além de permitir o acesso à informação, fortalece o controle social e facilita a tomada de decisões baseadas em evidências. Deve ser vista como uma ferramenta de transformação, capaz de conectar cidadãos e gestores, promovendo políticas públicas mais inclusivas, específicas e alinhadas às necessidades da sociedade.

A disponibilidade, divulgação e transparência dos resultados gerados durante as etapas de execução, monitoramento e avaliação do PMPI contribuem para que o Plano seja reconhecido como referência de política pública, promovendo o engajamento da sociedade na defesa dos direitos da Primeira Infância e fortalecendo sua disseminação no Estado de Santa Catarina.





Referências

AGUAS DE SANTA CATARINA. Região Hidrográfica Tijucas. Disponível em:
<https://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-tijucas/regiao-hidrografica-tijucas#:~:text=A%20RH8%20abrange%20a%20%C3%A1rea,km%C2%B2%C2%20a%20maior%20do%20estado>

BIGUACU. Prefeitura Municipal. Página institucional. Disponível em:
<https://www.bigua.sc.gov.br/pagina-40834/>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para atenção às pessoas com transtorno mental. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf



BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Regulação – SISREG. Disponível em:
https://wiki.saude.gov.br/SISREG/index.php/P%C3%A1gina_principal

CENSO DEMOGRÁFICO 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>

DE ROSE, Isabel Santana; OKENDA, Geraldo Karaí. Xamanismos guarani e tradução no Encontro de Saberes. Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2021.

FECAM. Indicadores municipais. Disponível em:

<https://indicadores.fecam.org.br/indicadores/indice/municipal/ano/2020/codMunicipio/36>

INFOSANBAS. Município de Biguaçu – SC. Disponível em:
<https://infosanbas.org.br/municipio/biguacu-sc/>

IPEADATA. Base de dados econômicos. Disponível em:
<https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

PAINEL DE INDICADORES DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO (SINISA). Disponível em:
<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sc/biguacu>

PFUETZENREUTER, A.; SCHERER, M.; RIBEIRO DE SOUZA, F.; MAIA PORTELA NOGUEIRA, T. Avaliação da Estrutura da Gestão Costeira de Biguaçu, Santa Catarina. Costas, [S. I.], v. 4, n. 1, p. 7–20, 2023. DOI: 10.25267/Costas.2023.v.3.i2.01. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/costas/article/view/9089>

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>



REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (Brasil). Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, 2010. Disponível em:<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (BIGUAÇU). Plano Municipal de Saúde 2022-2025. Biguaçu: Prefeitura Municipal, 2022

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>

SEF – Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. Disponível em:
<https://www.sef.sc.gov.br/api-portal/Documento/ver/4607>



Anexo 1

dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento derivados das Atas de Registro de Preços vinculadas ao Pregão Eletrônico nº 0027/2025 que tem como objeto o registro de preço para a eventual aquisição de materiais elétricos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON RAMOS BATISTA

Presidente da FESPORTE

Cod. Mat.: 1091654

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE

Portaria nº 071/2025-FESPORTE, de 25 de junho de 2025.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, no uso de suas atribuições legais de competência delegada descrita no artigo 1º, § 1º, inciso II, do Decreto nº 348, de 13 de novembro de 2019, e considerando o disposto no Art. 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

Art.1º DESIGNAR o servidor CLOVIS ALCÍDIO DE SOUZA matrícula nº 711.885-6-01, como Gestor e a servidora PATRICIA SILVEIRA NEVES matrícula nº 319947-9-03 como Fiscal, ambos dos Con-

tratos e/ou Autorizações de Fornecimento derivados das Atas de Registro de Preços vinculadas ao Pregão Eletrônico nº 0747/2024 que tem como objeto o registro de preço para a eventual aquisição de materiais hidráulicos sanitários.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON RAMOS BATISTA

Presidente da FESPORTE

Cod. Mat.: 1091671

UDESC – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Extrato de **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA N° INTERNO 034/2024**, nº interno: 034/2024, celebrado entre a UDESC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES, com a interveniência da FUNDAÇÃO

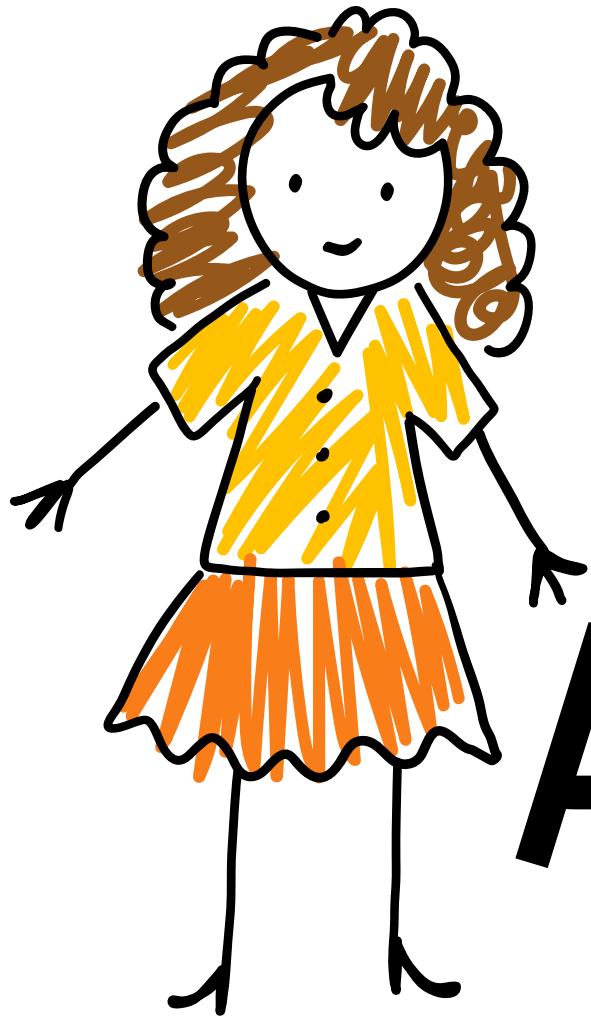
INSTITUTO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS – FIEPE/CAV. SGP-e UDESC 00016968/2025. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e de execução do projeto, bem como a alteração no Plano de Trabalho. Vigência: 30/12/2025.

Cod. Mat.: 1091536

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Extrato de **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, nº interno: 44/2025, celebrado entre a UDESC e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**. SGP-e UDESC 00009391/2025. Objeto: O presente Acordo tem por objeto estabelecer cooperação técnica-científica entre a UDESC e o MUNICÍPIO para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, assessoria técnico-pedagógica e de formação para o desenvolvimento do Plano Municipal para a Primeira Infância, visando ao interesse público, conforme Plano de Trabalho Específico (PTE). Vigência: 20/06/2026

Cod. Mat.: 1091578



Anexo 2

PORTARIA nº 4254 de 08 de julho de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 23, parágrafo único, da Lei Complementar nº 303/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Intersetorial Municipal (CIM), composto por um representante de cada GT e responsável por integrar as ações dos GTs. São representantes do CIM:

Secretário Municipal de Educação - Gustavo Silva Sagas - Representante GT Educação;
Enfermeira - Mariana Ester Borges Costa- Representante GT Saúde;
Gerente de Políticas do SUAS - Maria José Rodi Passerino - Representante GT Assistência Social;
Anderson da Silva - Representante GT Segurança Pública;
Júlia Rodrigues de Castro - Representante GT Cultura, Lazer e Meio Ambiente.

Art. 2º São constituídos os seguintes Grupos de Trabalho (GTs): Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Cultura, Lazer e Meio Ambiente.

Art. 3º São assuntos prioritários do Grupo de trabalho da Educação conforme estabelecido no art. 5º do Marco Legal para a Primeira Infância: Educação infantil, Alimentação e nutrição; Exposição precoce à comunicação mercadológica e o brincar e o lazer e a proteção contra toda forma de violência no ambiente escolar.

Parágrafo único: São representantes do GT Educação:

Gustavo Silva Sagas - Secretário de Educação – Representante governamental

Mônica Luiza Prim Conradi - Diretora Executiva e Geral de Ensino da Educação – Representante governamental

Marina Koenich - Especialista em Assuntos Educacionais – Representante governamental

Anderson da Silva - Polícia Militar – Representante governamental

Monalisa Cenci - Nutricionista – Representante governamental

Marlei Maciel Bageston - Professora Educação Infantil – Representante governamental

Fernanda Campos Siqueira - Diretora da APAE – Representante Sociedade Civil

Cláudio Henrique de Oliveira Neto - Associação Du Projetus – Representante Sociedade Civil

Art. 4º São assuntos prioritários do Grupo de trabalho da Saúde conforme estabelecido no art. 5º do Marco Legal para a Primeira Infância: Saúde e Prevenção de acidentes.

Parágrafo único: São representantes do GT Saúde:

Mariana Ester Borges Costa – Enfermeira – Representante governamental

Juliana Coimbra - Coordenadora de Indicadores da Atenção Básica – Representante governamental

Caroline Marie Model Almeida - Conselho Tutelar - Representante Sociedade Civil

Ana Paula Medeiros Silva Vicente - Conselheira Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) – Representante Sociedade Civil

Elaine Cristina da Silveira Machado– Conselho Municipal de Saúde – Representante Sociedade Civil

Art. 5º São assuntos prioritários do Grupo de trabalho da Assistência Social conforme estabelecido no art. 5º do Marco Legal para a Primeira Infância: Assistência Social, Convivência familiar e comunitária, Proteção contra toda forma de violência e Prevenção de Acidentes.

Parágrafo único: São representantes do GT Assistência Social

Maria José Rodi Passerino- Gerente de Políticas do SUAS - Representante governamental

Natália Tavares de Mello - Técnica da Vigilância Socioassistencial - Representante Governamental

Isis Vanessa Piccinini Silva – Entidade AMA 2 - Representante Sociedade Civil

Simone Pereira Marçal – Entidade Vovó Sebastiana - Representante Sociedade Civil

Art. 6º São assuntos prioritários do Grupo de trabalho da Segurança Pública conforme estabelecido no art. 5º do Marco Legal para a Primeira Infância: Proteção contra toda forma de violência e Prevenção de Acidentes.

Parágrafo único: São representantes do GT Segurança Pública:

Bárbara Antão Inácio - Conselheira Tutelar – Representante Sociedade Civil

Rafaela Dall Agnol - Conselheira Tutelar – Representante Sociedade Civil

Antônio Marcos Barreiros - Polícia Militar- Representante governamental

Ana Flávia Silveira Pereira – Ordem dos Advogados do Brasil OAB – Representante Sociedade Civil

Art. 7º São assuntos prioritários do Grupo de trabalho da Cultura, Lazer e Meio Ambiente conforme estabelecido no art. 5º do Marco Legal para a Primeira Infância: Cultura, o brincar e o lazer e o espaço e o meio ambiente em sociedade.

Parágrafo único: São representantes do GT Cultura, Lazer e Meio Ambiente

Luiz Gustavo da Silva - Secretário Adjunto de Cultura, Turismo e Lazer - Representante governamental

Júlia Rodrigues de Castro - Gerente de Cultura - Representante governamental

Maria Eduarda Aguiar de Barcelos - Gerente Operacional FAMABI - Representante governamental

Aryane Cristina da Cunha - Igualdade Racial - Representante Governamental.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de julho de 2025.

VINIÍCIUS HAMILTON DO AMARAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL